

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANDRESSA DA SILVA CORRÊA

ENTRE O HOMEM DE BEM E O BEM COMUM:

Um estudo sobre o substrato motivacional para as lutas por reconhecimento em  
associados de empreendimentos econômicos solidários

Dissertação de Mestrado

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANDRESSA DA SILVA CORRÊA

ENTRE O HOMEM DE BEM E O BEM COMUM

Um estudo sobre o substrato motivacional para as lutas por reconhecimento em  
associados de empreendimentos econômicos solidários

Dissertação apresentada à banca  
examinadora do Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul como  
requisito à obtenção do título de Mestre  
em Sociologia.

Orientadora: Dra. Cinara Lerrer  
Rosenfield

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Andressa da Silva Corrêa

ENTRE O HOMEM DE BEM E O BEM COMUM

Um estudo sobre o substrato motivacional para as lutas por reconhecimento em  
associados de empreendimentos econômicos solidários

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia como  
requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Aprovado em 09 de abril de 2012.

Banca Examinadora

---

Dra. Cíntia Lerrer Rosenfield  
(Orientadora)

---

Dr. Giovanni Saavedra  
(Membro)

---

Dr. Marcelo Kunrath Silva  
(Membro)

---

Dr. Luís Roberto Cardoso de Oliveira  
(Membro)

## *Agradecimentos*

*Aos meus pais, por seu apoio afetivo incondicional a todas as escolhas que tomo na minha vida, e por me conectarem com seu mundo, tão diferente do meu.*

*Ao meu irmão, por ser meu parceiro de existência e por me ajudar a transformar minha dissertação em prática, quando eu estava sofrendo com ela.*

*À Elen por me incentivar a fazer o mestrado; à Rolila pela caminha e pelas noites sem dormir; à Anne por ser minha irmã escolhida e por sua companhia me proporcionar a sensação de que tudo é possível; à Lu, por ser um presente precioso no meu cotidiano, e por ser presente nele; e à Anita e ao Garibald (meus cachorros) pela companhia em todo o processo de dissertação.*

*À Thays por ser “minha companheira de viagem” na academia e na vida; pelas longas conversas sobre Honneth e Boltanski no D43, sem as quais esta dissertação não se teria feito; e, principalmente, por se dispor a cuidar, junto comigo, de um brotinho de amizade que hoje está uma flor linda, que deixa meu caminho mais bonito.*

*À Cinara pela acolhida na UFRGS, por acreditar no meu trabalho, por me auxiliar a dar forma às minhas ideias e pelo seu olhar sociológico generoso, com o qual aprendo em cada nova etapa.*

*Ao Gaiger por ter me apresentado, em suas palavras, o maravilhoso mundo da pesquisa, e ao grupo Ecosol UNISINOS pelos primeiros compartilhamentos no mundo acadêmico.*

*Aos professores Marcelo Kunrath, Giovani Saavedra e Luis Roberto Cardoso de Oliveira, que se dispuseram gentilmente a ler meu trabalho.*

*Ao professor José Carlos dos Anjos e ao grupo de sociologia e antropologia moral da ANPOCS por terem me mostrado que eu precisava escutar mais os dados e enquadrá-los menos.*

*Aos coletivos estudados: ao grupo Misturando Arte por me mostrar que outros pequenos mundos são possíveis e que eu sempre posso construí-los; à cooperativa Mãos Amigas, pela acolhida de mãe que tiveram comigo e pelas mulheres fortes que abriga; e à associação Cavahada, pela sua efervescência e por me proporcionar conhecer universos que eu não imaginava.*

*À UERGS por me apresentar Marx e Paulo Freire, por me fazer uma adolescente “revolucionária” e por me colocar a “pulga” da sociologia atrás da orelha.*

*À UFRGS por contribuir com minha formação; e ao CNPq, por apoiar a minha pesquisa com uma bolsa, a partir da qual pude pagar minhas contas nestes dois anos.*

*À sanga, pelo companheirismo, em especial ao Renato por me auxiliar a olhar, distanciada, pro meu olhar, diante das coisas que me tocam; ao Lama, por me possibilitar acessar a sabedoria e por construir o CEBB, um lugar especial e ímpar para se viver.*

*Ao Darma, por me lembrar que tudo isso é vazio; por me lembrar que eu não sou meu corpo, minha mente e nem meu coração; por me lembrar da minha liberdade (relativa e absoluta).*

*E, todavia, afirmamos que os resultados correm sempre o risco de transformar-se em um lastro, e que o especial se encontra na encruzilhada entre nosso sentido pessoal e o vazio, nossa obstinação em aplacá-lo, e os ventos. Tudo isso não pode ser transmitido. É a zona do silêncio. Falar é um dever, justamente porque o essencial permanece mudo.*

*(Eugenio Barba – Além das Ilhas Flutuantes)*

## RESUMO

O presente trabalho versa sobre os processos que possibilitam o engajamento dos sujeitos em lutas por reconhecimento. Tal problematização foi construída a partir de evidências empíricas que indicavam que, após o ingresso em empreendimentos econômicos solidários, alguns trabalhadores passavam a entender-se como importantes para o todo social, lutando por reconhecimento. Assim, o objetivo da pesquisa foi descobrir como ocorriam os câmbios morais, relativos ao próprio valor, que proporcionavam a inserção política. Para desenvolver teoricamente o proposto, utilizou-se as elaborações sobre reconhecimento de Axel Honneth, as quais advogam que o substrato para o ensejo da luta social são constrangimentos estabelecidos na experiência cotidiana – a partir de situações de vergonha social, entendidas como violação, exclusão e depredação. Entretanto, durante o decorrer da pesquisa, nem sempre o empenho de lutas por reconhecimento se estabeleceu a partir das experiências de vergonha social, condição que exigiu a complementação do referencial teórico anteriormente referido. Destarte, baseando-se em autores como Santos, Cardoso de Oliveira e Souza, entendeu-se que o modelo honnethiano é construído a partir de um padrão normativo cívico, o qual tem como fundamento uma igualdade entre todos os sujeitos, que não se estabelece no Brasil. Assim, neste país, as humilhações sociais teriam a possibilidade de serem naturalizadas, tendo dificuldades para se tornar substrato para a luta por reconhecimento, já que privilégios são admitidos. Partindo destas elaborações, os resultados da pesquisa confirmaram que uma igualdade mínima não estava estabelecida e que esta condição desigual proporcionava a formação de bloqueios internos para a luta, pois muitos dos sujeitos entrevistados se observavam com menor valor, enquanto pessoa, aceitando as humilhações sofridas. Neste contexto, os empreendimentos econômicos solidários constituíram-se como um *meio social disponível* para promover aprendizados morais referentes à lógica cívica, a partir da qual os atores construam a condição igualitária e passavam a empenhar críticas a modelos hierárquicos e, em alguns casos, a lutar por reconhecimento. As variáveis centrais, propiciadas pelas vivências no coletivo de trabalho, que possibilitaram que este processo fosse efetivado, foram: o estabelecimento de uma solidariedade entre os participantes do grupo de trabalho (manifestada em um reconhecimento antecipado das habilidades individuais), a partir da qual os atores se consideraram importantes e se engajaram no projeto coletivo e; o contato dos associados com a esfera pública que possibilitou um aprendizado moral relativo aos processos deliberativos democráticos e forneceu um horizonte valorativo alternativo de estima (democrático, solidário, sustentável).

Palavras-chave: luta por reconhecimento, economia solidária, igualdade.

## ABSTRACT

This study deals with the processes that enable the engagement of actors in struggles for recognition. This strategy was built from empirical evidence indicating that, after joining in solidarity economic enterprises, some workers went on to be construed as important for the social whole, struggling for recognition. The objective of this research was to find out the exchange occurred as moral, for the value itself, which provided the inclusion policy. To develop the proposed was used the Axel Honneth's recognition theory, which means that the substrate for the opportunity of the social struggle are difficulties in everyday life - from situations of social shame, manifested in cases of violation, exclusion and degradation. However, during the course of research, not always the commitment to struggle for recognition is established from the experiences of social shame, condition that required the adaptation of the theory. Thus, based on authors such as Santos, Souza and Cardoso de Oliveira, it was understood that the model honnethiano is constructed from civic model, which is based on a equality among all subjects that not is established in Brazil. Therefore, in this country, social humiliation would be able to be naturalized and the substrate of struggle for recognition has had difficulty to produce, because privileges are allowed. Based on these elaborations, the research results confirmed that an equal minimum was not established and that this uneven condition provided the formation of internal difficulties to the fight, since the subjects note themselves with lower value, as a person, accepting humiliation. In this context, the solidarity economic ventures (ESS) become a social environment to promote learning regarding the moral logic civic, from which the actors built equal condition and passed to engage the critical hierarchical models, and in some cases, to fight for recognition . The central variables, offered by the collective experiences of work, that enabled this process to be effected, were: the establishment of a solidarity among the participants of working group (manifested in an early recognition of individual skills), from which the actors were considered important and joined in the collective project; the contact associated with public spaces that allowed a moral learning on the democratic deliberative processes and provided an alternative evaluative horizon estimates (democratic, humane, sustainable)

Keywords: struggles for recognition; solidarity economic ventures; equality.

## PREÂMBULO

*Entre*

eu e você; uma palavra e uma prática; um conceito e uma experiência; o conhecimento e a sabedoria.

*Entre,*

quem abre a porta sou *eu*, agora, mas quem te recebe, na dissertação, são as *pessoas*, na verdade, o impessoal. enquanto você não entra, presto alguns esclarecimentos, sobre os títulos deste estudo.

*Entre*

a igualdade e o privilégio; o real e o ideal; e o homem de bem e o bem comum – são os nomes dos capítulos – se estabelece o espaço entre. da não dualidade, espaço do meio, o não lugar, de fronteira, do vazio, da contradição, das possibilidades. é isto o que eu pretendi abordar. assim, esclareço, e aqui está a justificativa do preâmbulo, que nos títulos dos capítulos tive como única intenção suscitar imagens, o que significa que nenhum dos extremos será substancializado, dissertado ou literalizado.

*Entre,*

mas antes ainda advirto que no meio do caminho eu te tirarei novamente do contato com o impessoal. será aí nosso último encontro. então, peço que, no final, se não for muito incômodo, feche a porta. eu não poderei fazê-lo. fui reconhecida, antes de ser conhecida, e tive que sair mais cedo, porque afinal, o mundo acadêmico prefere não receber o *eu*.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 CAPÍTULO 1 RECONHECIMENTO: ENTRE A IGUALDADE E O PRIVILÉGIO</b>	<b>25</b>
2.1 A teoria do reconhecimento como categoria central para compreensão das sociedades modernas.....	26
2.1.1 Reconhecimento: um paradigma cívico da justiça.....	27
2.1.2 Axel Honneth: um modelo de análise do substrato motivacional para as lutas por reconhecimento.....	33
2.2 A teoria do reconhecimento em países periféricos.....	40
2.2.1 Desigualdades morais – limites para as lutas por reconhecimento.....	41
2.2.1.1 Boaventura de Souza Santos.....	41
2.2.1.2 Luís Roberto Cardoso de Oliveira.....	42
2.2.1.3 Jessé de Souza.....	44
2.2.2 Crítica a Axel Honneth: para a construção de um modelo de análise alternativo.....	46
<b>3 CAPÍTULO 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA : ENTRE O REAL E O IDEAL.....</b>	<b>56</b>
3.1 O ideal solidário: uma contextualização histórica do fenômeno.....	57
3.2 O ideal solidário: um modelo cívico sob diferentes olhares.....	63
3.2.1 Paul Singer.....	63
3.2.2 Jean Louis Laville.....	65
3.2.3 José Luiz Coraggio.....	67
3.2.4 Boaventura de Souza Santos.....	69
3.3 O real institucionalizado: estudos sobre o objeto de pesquisa.....	71
3.4 O real pela janela - os empreendimentos econômicos solidários estudados.....	82
3.4.1 Grupo Misturando Arte (artesanato).....	82
3.4.2 Grupo Mãos Amigas (confeção).....	86
3.4.3 Associação Cavalhada (triagem de resíduos sólidos).....	88
<b>4 CAPÍTULO 3 ENTRE O HOMEM DE BEM E O BEM COMUM.....</b>	<b>93</b>
4.1 Modelos normativos para além da ordem cívica.....	94
4.1.1 Pretensões de subjetividade.....	95
4.1.2 Constrangimentos.....	95
4.1.3 Violação: substrato para a luta por reconhecimento?.....	99
4.1.4 Situações ilícitas: entre a pessoa do bem e a pessoa do mal.....	101
4.2 O empreendimento econômico solidário como espaço social disponível para ensejar lutas por reconhecimento?.....	105
4.2.1 Em luta.....	106
4.2.2 Em repouso.....	116
4.2.3 Em tensão.....	121
4.3 Da família ao trabalho: transição entre padrões de reconhecimento social.....	126
<b>5 CONCLUSÕES.....</b>	<b>132</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>143</b>
<b>7 ANEXOS.....</b>	<b>149</b>
7.1 – Tabela de caracterização dos entrevistados.....	149

## 1 - INTRODUÇÃO

As mudanças no mundo do trabalho, inauguradas a partir da década de 1970, tiveram como uma de suas consequências o aumento no número de trabalhadores por conta própria. Dentre estes, os que se organizaram em experiências associativas ganharam destaque no Brasil, no final da década de 1990, pois passaram a ser identificados como pertencentes à Economia Solidária (ES)<sup>1</sup>. O termo se torna corrente, de um lado, por contemplar iniciativas laborais que compreendem uma forma de ativação econômica de grupos que não estavam acessando o mercado laboral (GAIGER, 2008), e de outro, por evidenciar uma proposta de construção econômica alternativa à típica empresa capitalista, integrando valores relativos à igualdade, autogestão e democracia.

Atualmente a ES configura-se como um campo relativamente consolidado tanto no nível acadêmico quanto no âmbito político. Assim, no início deste século, houve o aumento da produção bibliográfica relacionada ao tema, a multiplicação dos empreendimentos associativos e o reconhecimento das políticas públicas no nível municipal, estadual e federal. No Brasil, destaca-se a criação, em 2003, de uma Secretaria Nacional de ES (SENAES), a qual abarca diversas ações de fomento, como o Mapeamento Nacional da ES, que identificou, em 2007, mais de 21 mil empreendimentos (SENAES, 2010).

A definição de empreendimento econômico solidário (EES)<sup>2</sup> designa coletivos de trabalhadores constituídos pela livre associação, que se orientam a partir da organização democrática e da cooperação no trabalho. Em um nível maior de abstração, esta concepção é enriquecida por autores que reconhecem, em tais experiências, normativas de solidariedade, igualdade e democracia que lhes confeririam uma lógica de trabalho não utilitária (GAIGER; LAVILLE, 2009; CORAGGIO, 2009).

Entretanto, apesar desta base de compreensão comum, a academia conforma discursos polissêmicos sobre o tema, a saber: precarização do trabalho, estratégias empreendedoras, diminuição da pobreza, alternativas ao capitalismo, democratização da economia, entre outros. Na afirmação do caráter emancipatório da ES, os principais autores são Gaiger e Singer – enfatizando a gestão democrática do empreendimento e como decorrência desta, novos processos de subjetivação que incluem a politização dos trabalhadores – e Laville e Coraggio – atribuindo a especificidade de tais práticas a uma

---

<sup>1</sup>A partir deste momento, referir-se-á a Economia Solidária como ES.

<sup>2</sup>A partir deste momento, referir-se-á a empreendimento econômico solidário como EES.

capacidade organizativa de inserção na esfera pública. Em contraposição a estas assertivas, de um lado, alguns trabalhos questionam a capacidade da autogestão garantir a politização, considerando que em muitos casos ela reduz-se a procedimentos formais de participação (ROSENFELD, 2003). E de outro, evidenciam-se conclusões que afirmam que tais organizações limitam-se à reprodução simples, tornando-se utópico entender a inserção pública dos EES como instrumento de transformação social (NEVES DE SOUZA, 2008).

Entendendo que, apesar dos limites, tais experiências possuem potencial peculiar no que diz respeito a transformações na forma como os sujeitos<sup>3</sup> passam a observar sua atuação no mundo a partir do trabalho, fato que foi evidenciado em uma pesquisa anterior<sup>4</sup>, priorizou-se investigações que descrevessem mudanças na vida dos associados. Destacaram-se estudos que concluíram transformações no nível intersubjetivo, no que se refere ao aumento da estima, principalmente em grupos marginalizados socialmente como mulheres e catadores de lixo (COSTA e NEVES, 2007; OLIVEIRA, 2005; MICHELOTTI, 2006; DAROS, 2009; LACERDA, 2009).

Tais descobertas ratificaram a importância do estudo dos EES, pois sujeitos que enfrentavam situações de violência, pobreza, humilhações por preconceito de raça e gênero passam, a partir do coletivo de trabalho, a lutar por reconhecimento. Neste processo, destituem uma visão negativa de si e constroem uma autoimagem que merece e deve ser reconhecida pelo todo social como importante (DAROS, 2009). Nas palavras de Lacerda (2009), por exemplo, este processo foi nomeado como “*outros ganhos em outras moedas*”, estas manifestadas sob a forma de um reconhecimento, antes inexistente, por parte de colegas de trabalho e do Estado:

Aqui o rendimento financeiro ainda é pouco, mas existe outro tipo de rendimento que é o reconhecimento, a mobilização, a articulação de conhecimentos, de ganhar um curso agora como o do Planceq, de ter um reconhecimento nacional. (Representante do grupo Fio Nobre na diretoria da Justa Trama)<sup>5</sup>.

Quando a gente é funcionário não participa das decisões, né? Hoje a gente participa, a gente vota, a gente escolhe o presidente, o conselho, é tudo gente igual a gente lá. Tem uma questão de se sentir importante em uma eleição, decisão, porque meu voto é igual a de qualquer um, a igualdade é uma coisa

---

<sup>3</sup>Nesta dissertação utilizar-se-ão os termos ator, sujeito e indivíduo indistintamente.

<sup>4</sup>Referencia-se aqui à pesquisa Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento Periférico, empenhada pelo grupo de pesquisa da UNISINOS, do qual participei entre 2008 e 2010, sob coordenação do Prof. Luiz Inácio Gaiger.

<sup>5</sup>Citação retirada de: LACERDA, 2009, p. 127.

muito boa.” (trabalhador da CONESSP).<sup>6</sup>

O estudo dos trabalhos acima descritos concluiu que a capacidade de entender-se como um par social que merece igual valor constituía-se predominantemente como um achado das pesquisas consultadas, mas não como seu ponto de partida. Assim, na busca de uma perspectiva teórica que pudesse entender estes processos, encontrou-se a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. Esta, apesar de não pautar a realidade dos EES em seus escritos, parece apresentar-se com grande potencial explicativo, explicitado a partir de três pontos comuns aos EES.

O primeiro refere-se às experiências de vergonha social que, na teoria do reconhecimento de Honneth, configuram-se como o substrato motivacional que incita lutas por reconhecimento. Igualmente, no universo em que são gestados os EES evidencia-se, nos termos de Honneth, situações de vergonha social – privações, exclusão e violação. No trabalho de Daros (2009), encontram-se exemplos de violência doméstica, exclusão escolar, insucesso e desrespeito nas experiências de trabalho. A autora entrevista catadores de lixo, entretanto, tais experiências são comuns para sujeitos em situações de pobreza. Neste sentido, grande parte dos associados de EES, os quais vivem em contextos de grande precariedade, teriam em suas trajetórias o elemento fundante que poderia ensejar-lhes a necessidade de lutar por reconhecimento.

A segunda convergência considera a assertiva de Honneth, que entende as situações de resistência como promotoras de valores comuns, a partir de perigos compartilhados. Tal experiência geraria, segundo o autor, um sentimento de solidariedade, no qual todos passam a estimar-se reciprocamente: *“é a concordância no objetivo prático, predominando sobre tudo, que gera de súbito um horizonte intersubjetivo de valores no qual cada um aprende a reconhecer em igual medida o significado das capacidades e propriedades do outro”* (HONNETH, 2003, p. 209). Neste caso, afirma-se que os próprios empreendimentos podem ser considerados uma manifestação de resistência coletiva, que nasce do perigo de não lograr o sustento da família por falta de renda. Sendo assim, acredita-se que estes espaços poderiam gerar essa solidariedade grupal que Honneth aponta, tornando as demandas dos sujeitos passíveis de serem apoiadas por uma coletividade.

---

6Ibid.

Outra aproximação identificada nesta perspectiva teórica, com relação aos EES, é o descentramento que empenha quanto aos aspectos redistributivos. Como vem sendo explicitado nos dados do mapeamento<sup>7</sup>, a maioria dos empreendimentos não logram níveis de renda<sup>8</sup> significativos que pudessem justificar o engajamento e a continuidade das organizações. Logo, para além da renda, existem outros elementos nodais que merecem ser analisados com maior atenção nas práticas de tais coletivos. Assim, considera-se que a dimensão moral, evidenciada na teoria do reconhecimento de Axel Honneth, configura-se como uma categoria ímpar para entender os possíveis processos de engajamento político que ocorrem a partir da inserção nos EES.

Estas elaborações promoveram um cruzamento entre: a) evidências empíricas relativas à autoatribuição de estima e lutas por reconhecimento, após o ingresso no EES, no que se refere à condição dos associados como trabalhadores importantes para o todo social e; b) uma teoria que propõe explicar como eclodem e se estabelecem, a partir do sentimento de vergonha social, as lutas por reconhecimento. A questão de pesquisa empírica buscou entender como este processo de atribuição de valor próprio, fundante para o ensejo por lutas que visem o reconhecimento da estima, produz-se a partir da inserção no EES. Antes de traçar maiores aprofundamentos relativos ao embasamento teórico deste questionamento, se esclarece como tal intento foi efetivado, em termos metodológicos.

A investigação proposta constituiu-se como qualitativa por buscar um espectro de dados de caráter compreensivo, já que contempla a análise de como a participação em EES enseja as lutas por reconhecimento. Segundo Strauss (2008), a pesquisa qualitativa se refere à vida das pessoas, experiências, comportamentos, emoções, sentimentos, privilegiando uma análise interpretativa centrada no detalhe. Neste sentido, a abordagem teórica utilizada justifica o uso da pesquisa qualitativa, pois focaliza as experiências individuais, sendo central para o estudo entender o processo de transformação subjetiva empenhado pelo ator sobre si mesmo e junto aos outros, na construção do autorrespeito e da autoestima.

O recorte empírico foi constituído por associados de três EES, das áreas de

---

<sup>7</sup>Este foi realizado pela SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária) entre os anos de 2005 e 2007, tendo como objetivo criar um banco de dados com informações amplas, a partir das quais se pudesse caracterizar o fenômeno no Brasil. Este levantamento teve ainda, como objetivo, indicar problemas e potencialidades dos EES, a partir das quais são traçados caminhos de ação para políticas públicas e focos de investigação para pesquisas científicas.

<sup>8</sup>Dos 21.742 empreendimentos, somente 8.324 conseguem pagar as despesas e ter sobra, sendo que a retirada desta por cada associado é frequentemente menor que um salário mínimo (SENAES, 2010).

reciclagem, Associação de Triagem Cavahada (trinta integrantes); artesanato, Grupo Misturando Arte (cinco integrantes) e; confecção, Cooperativa<sup>9</sup> Mãos Amigas (quatro integrantes). Nos dois últimos EES realizaram-se entrevistas com a totalidade dos associados, já na associação de Triagem Cavahada elegeram-se treze trabalhadores, visando priorizar a diversidade de idades e tempo de ingresso no EES. O tamanho dos EES, pequeno, justifica-se por caracterizar mais de 70% das organizações identificadas no Mapeamento Nacional da ES (SENAES, 2010) e a abordagem de diferentes segmentos importa pela diversidade de dinâmicas organizacionais e relacionais destes coletivos<sup>10</sup>.

Como técnica de coleta de dados, conciliou-se a observação, com 22 entrevistas narrativas. A primeira se caracteriza pela utilização dos sentidos na captação da informação, que se dá em uma situação cotidiana, podendo a posição do investigador variar entre participante total e observador total (CORTES, 1998). A mesma é selecionada pela sua contribuição na compreensão das relações de solidariedade entre os participantes de EES, assim como, na identificação das características dos espaços públicos nos quais se envolvem os associados a partir do ingresso no empreendimento.

A entrevista narrativa é escolhida pela importância dada às experiências individuais, construída pelo detalhamento e pela profundidade, frequentemente acompanhada por uma avaliação espontânea, empenhada pelo próprio entrevistado, quanto às escolhas de vida realizadas até o momento (BAUER; GASKELL, 2002). Essa abordagem mostra-se adequada para acessar as experiências que o ator considerou, em suas vivências, situações de desrespeito e vergonha social.

Na apreciação das entrevistas utilizou-se a análise de conteúdo categorial, a qual tem como objetivo o *“desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo agrupamentos analógicos”* (BARDIN, 1977). As categorias foram definidas a partir do modelo de análise, o qual será explicitado no primeiro capítulo da dissertação, e tiveram como objetivo identificar as situações, na vida dos sujeitos, que provocaram os câmbios morais. Dinâmica de análise que proporcionou estabelecer a conexão entre vivências pessoais,

---

<sup>9</sup> Formalmente este EES está formalizado como microempresa, entretanto, as mulheres o definem como cooperativa.

<sup>10</sup> As diferenças quanto aos padrões organizacionais e relacionais dos empreendimentos têm se tornado um impedimento para generalizações referentes à ES. Na pesquisa *“Microempreendedorismo e Associativismo em Países de Desenvolvimento periférico”*, já mencionada em outra nota, a análise foi realizada por segmentos, tamanha eram as diferenças entre os EES. A partir desta experiência e da grande quantidade de estudos de caso que também evidenciam a diversidade das organizações autogeridas, considera-se que a análise por segmento vem apresentando-se como a mais adequada para sacar conclusões sobre o universo da ES.

inserção no EES e luta por reconhecimento.

Feitas as devidas considerações metodológicas, retoma-se o conceito a partir do qual se constrói a questão de pesquisa - a saber, luta por reconhecimento - buscando-se um aprofundamento das problematizações a serem abordadas nesta dissertação. Para o autor da escola de Frankfurt, a definição do reconhecimento está vinculada à injustiça moral, pois a situação de ter negada a possibilidade de ser reconhecido e aceito intersubjetivamente despreza um aspecto central do bem-estar dos sujeitos. Assim, para que se estabeleça uma sociedade justa, esta deveria garantir a todos o reconhecimento recíproco em três esferas centrais para a autorrealização: o amor – atenção emocional que traria a confiança em si mesmo; a ordem legal – aquisição de direitos, que traria o autorrespeito; e a solidariedade – autoestima que traria a aceitação solidária das atividades de todos (HONNETH, 2007, p 85 – 87).

Isto é, que sem a suposição de uma certa medida de autoconfiança, de autonomia legalmente considerada como uma relíquia, e de uma crença na habilidade de alguém, é impossível imaginar um processo bem sucedido de autorrealização, significando aqui a busca espontânea dos objetivos livremente escolhidos na vida. (...) Como visto acima, esta auconfiança ou formas sem ansiedade de se relacionar com o seu eu formam aspectos de uma relação positiva com o eu, que pode somente ser alcançada através da experiência de reconhecimento. (...) Estes diferentes padrões de reconhecimento representam pré-requisitos intersubjetivos, que temos que acrescentar a nossas mentes quando tentamos descrever as estruturas gerais de uma vida bem-sucedida (HONNETH, 2007, p.88).

Como fica evidenciado na citação, uma relação positiva consigo mesmo só poderia ser efetivada a partir da obtenção de reconhecimento recíproco nas três esferas: amor, direito e solidariedade. Quando tal condição não se estabelece, os sujeitos teriam justificações morais para empreender lutas, as quais, sendo estabelecidas a partir do não reconhecimento, teriam nos sentimentos de violação (amor), privação de direitos (direito) e rebaixamento social (solidariedade) seu substrato motivacional. Honneth esclarece que a dimensão de tais sensações para cada sujeito está entrelaçada com as expectativas que o mesmo imprimiu na ação sobre a qual o conflito foi estabelecido. Assim, utilizando-se de Dewey e Mead, o autor defende que o refreamento de uma ação, sobre a qual o sujeito tinha expectativas de subjetividade, impele um processo de conscientização moral do sujeito em relação à sua atitude. Situação que geraria um conflito interno através do sentimento de vergonha social, materializado nas atitudes de culpa, quando o refreamento é causado pelo próprio sujeito, ou de indignação, quando causado por outros:

No primeiro caso, o sujeito se vivencia como de menor valor, porque ele feriu

uma norma moral cuja observância havia constituído um princípio de seus próprios ideais de ego; no segundo caso, porém, o sujeito é oprimido por um sentimento de falta do próprio valor, porque seus parceiros de interação ferem normas cuja observância o fez valer como a pessoa que ele deseja ser conforme seus ideais de ego (HONNETH, 2003, p.223).

Ou seja, o sujeito espera lograr reconhecimento nas três esferas e quando isso não acontece, por algo que entenda como incompetência sua, ou pela atitude de alguém que impede a realização de sua pretensão, surgiria a possibilidade de uma reflexão vinculada ao fracasso. Tal situação teria como consequência o sentimento de vergonha social, o qual poderia tornar-se o impulso motivacional para uma luta por reconhecimento, porque, segundo Honneth, os humanos não logram agir neutramente às ofensas sociais – maus tratos físicos, privação de direitos ou degradação. Entretanto, esta reação do sujeito somente poderia ser efetivada como luta diante de um contexto social disponível, ou seja, um espaço no qual o sujeito perceba suas demandas como legítimas e passíveis de apoio por uma coletividade.

Saber empiricamente se o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos da vergonha social e da vexação, se torna uma convicção política e moral depende, sobretudo de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos – somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política (HONNETH, 2003, p. 224).

É interessante perceber que os argumentos de Honneth trabalham com o pressuposto de que os sujeitos teriam pretensões sociais de subjetividade ligadas à esfera do amor, do direito e da solidariedade. Assim, quando o ator empreende ou sofre uma ação na qual suas expectativas são frustradas, emergiria o ensejo de lutar pelo reconhecimento na esfera em que sofreu a humilhação. O meio social disponível, expressado em uma coletividade de apoio, configura-se aqui como um aporte para a demanda por justiça que o sujeito já construiu quando vivenciada a situação de desrespeito. Ou seja, tal assertiva pressupõe que todos os sujeitos, ao experimentar o refreamento de suas ações, no sentido de violação, privação e exclusão, constituiriam o substrato para a luta por reconhecimento. A coletividade seria, então, um meio para a efetivação de uma luta que o sujeito já tinha gana de empenhar.

Entretanto, durante o percurso de pesquisa, as entrevistas demonstraram que os sujeitos vivenciavam experiências de vergonha social, no sentido honnethiano, mas estas não eram entendidas pelos mesmos como um desrespeito. A partir destas evidências, considerou-se que a admissão do pressuposto de Honneth – que defende que a humilhação é o substrato

para a luta por reconhecimento e se constitui enquanto tal nas situações em que os sujeitos têm sua ação refreada – incita a formulação de uma pergunta, quando pensado em realidades como a brasileira: sendo as situações de violação, privação e exclusão numerosas no Brasil, porque muitos sujeitos sofrem estas humilhações sociais e não lutam por reconhecimento? Tais questionamentos, empenhados no final da análise dos dados, impeliram a busca por outros referenciais teóricos que pudessem dar conta de explicar o hiato entre a humilhação e a percepção desta, como desrespeito. Neste sentido, Souza (2006) e Cardoso de Oliveira (2009; 2011) esclarecem que no Brasil não se estabelece uma igualdade que garantiria o respeito em igual medida entre todos. Esta condição admite que alguns sujeitos desfrutem do reconhecimento nas três esferas e outros não, sendo esta situação socialmente legitimada, mesmo que não legalmente, já que nossa constituição entende todos como cidadãos com igualdade de direitos. Apesar de atribuírem variáveis explicativas diferentes para o fenômeno, consideram que a justificativa para a desigualdade é construída a partir de um referencial moral.

Em ambos os autores brasileiros, o diagnóstico construído considera que falta aos sujeitos um aprendizado moral referente aos valores igualitários e às instâncias democráticas que sustentasse lutas por reconhecimento por parte dos sujeitos desprezados. Para Cardoso de Oliveira (2011) o pressuposto da teoria do reconhecimento se constrói a partir de um universo cívico que incorpora a igualdade, a democracia e o bem comum. Entretanto, na sociedade brasileira este padrão não se apresenta como dominante na orientação da vida dos sujeitos. Ou seja, o referencial honnethiano entende que todos os indivíduos consideram-se como iguais, tendo assim, as mesmas pretensões de subjetividade na esfera do amor, do direito e da solidariedade, as quais possibilitariam, diante do desprezo, o empenho de lutas por reconhecimento. Postura que se apresenta limitada para a compreensão da sociedade brasileira.

A pluralidade nacional, no que se refere ao modelo de orientação imperante na condução da vida cotidiana, não impediu que sujeitos, a partir do ingresso em EES, empenhassem lutas por reconhecimento. Assim, considerou-se que o estudo destes coletivos seria central para entender como se efetiva para o ator o processo de vivência do desrespeito, nos termos de Honneth, e a reflexão moral que proporcionará o empenho em lutas por reconhecimento de seu valor, a partir do trabalho. Reflexões que resultaram na segunda elaboração da questão a ser desenvolvida por esta dissertação: como os sujeitos constroem ou reforçam um horizonte normativo cívico, a partir do ingresso em EES, sentindo-se desejosos

de empenhar lutas por reconhecimento na esfera da solidariedade, nos termos colocados por Axel Honneth? Ou seja, se os sujeitos não desfrutam de um horizonte valorativo que legitimaria sua luta por reconhecimento, quais vivências esses coletivos laborais proporcionam aos seus associados que lhes promovem: o sentimento de igual valor, a identificação do desrespeito, a articulação com uma coletividade e a luta por reconhecimento. Está implícita, na formulação da problemática, a hipótese de que um meio social disponível para ensejar lutas por reconhecimento, mais do que garantir apoio às demandas individuais, pode fomentar processos de inserção dos sujeitos em um padrão cívico, quando este não estiver instituído. Esta incorporação proporcionaria expectativas de subjetividade na esfera da solidariedade, nos termos de Honneth, ou seja, ter as habilidades individuais reconhecidas como valorosas para o todo social.

As elaborações traçadas no parágrafo acima representaram a inclusão de mais um elemento a ser verificado na dissertação, pois na questão inicial buscou-se entender como os EES tornavam-se um meio social disponível para ensejar lutas por reconhecimento. Entretanto, diante do contexto brasileiro, no qual experiências de humilhação eram naturalizadas, percebeu-se que para responder à primeira pergunta seria necessário mapear se os sujeitos já entravam no coletivo com uma lógica cívica (se já se consideravam dignos de respeito diante do todo social), ou se esta era fomentada a partir do ingresso no EES. Destarte, tais formulações orientaram a elaboração de dois objetivos, que passaram a se constituir como norte da dissertação, a saber: 1) perceber se antes da entrada no empreendimento os sujeitos já tinham constituídas expectativas de subjetividade na esfera da solidariedade, nos termos de Honneth, ou seja, se orientavam suas ações no trabalho a partir de um padrão cívico; e 2) identificar as experiências, proporcionadas a partir da inserção no EES, que proporcionaram a reflexão moral das vivências dos associados e constituíram o sentimento de igualdade a partir do qual o sujeito passa a empenhar lutas por reconhecimento na esfera da solidariedade.

Com relação ao primeiro objetivo, a hipótese considerada, a partir das elaborações dos autores brasileiros, é que muitos sujeitos não desfrutam de uma ordem cívica de reconhecimento, no que se refere à sua inserção laboral. Assim, considera-se que os EES podem se constituir como aporte para construir tais normativas. Já assertivas referentes ao segundo objetivo consideram que os EES são espaços laborais potenciais para ensejar lutas sociais por predominar em seu universo simbólico e prático referências vinculadas à igualdade, democracia e bem comum. Ou seja, os EES são caracterizados internamente pela igualdade de propriedade dos meios de produção e pela atribuição de um processo

autogestionário e cooperativo na gestão destes. De outro lado, os coletivos normalmente desfrutam de uma inserção na esfera pública, vinculando-se a fóruns, instituições de fomento e atores políticos para lograr sua sobrevivência. Neste sentido, a elaboração que fundamenta a possibilidade destes EES inserirem ou sublinharem a lógica cívica, no cotidiano dos atores, está fundamentada em dois processos: 1) internos ao coletivo de trabalho – pois a igualdade e os problemas compartilhados proporcionariam uma solidariedade e uma identidade comum e; 2) externos ao coletivo de trabalho – pois o contato com instituições de fomento auxiliariam a construir um padrão de estima no qual o trabalho desenvolvido no EES é valorado. Estas experiências vivenciadas em diferentes níveis pelos sujeitos vão, aos poucos, configurando-se como um recurso moral, que incorpora as expectativas honnetianas na esfera da solidariedade, a partir do qual o sujeito passa a considerar a depreciação como um desrespeito à sua própria humanidade, empenhando, então, lutas por reconhecimento.

Quanto ao primeiro elemento – solidariedade – Gaiger (2009), por exemplo, ao referir-se aos empreendimentos, utiliza o termo comunidade de trabalho, expressando o reconhecimento das capacidades individuais, tanto na potencialização da atividade econômica, como na formação de uma identidade coletiva que ultrapassa as questões materiais. Como já se expos no texto, nos EES, os trabalhadores compartilham experiências de fracasso diante do mercado de trabalho, unificando forças individuais como forma de lograr melhor renda e qualidade de vida. Neste contexto, capacidades que anteriormente não eram reconhecidas socialmente passam a ter relevância em um coletivo no qual todos se relacionam como iguais, proporcionando esse reconhecimento antecipado, que se materializa no interior do EES.

Já com relação à inserção em esferas públicas, o principal autor a focar esta questão é Laville (2004; 2006). Segundo ele, é nesta inserção pública que está a peculiaridade da ES, pois retoma o vínculo entre política e economia, tornando-se um meio para a resolução de problemas locais. O foco é colocado na busca por demandas coletivas a partir do grupo já constituído e mobilizado por reivindicações. Segundo o autor, a principal contribuição social destes grupos estaria na sua capacidade de fomentar lutas por direitos subjetivos:

Portanto, para além da sua ação no mercado, cujo benefício social restringir-se-ia apenas ao grupo dos cooperados internos (o que por si só já difere da lógica capitalista em razão da apropriação coletiva dos ganhos econômicos), a tendência do movimento é aquela de valorização de uma dimensão pública da sua ação mediante à ênfase nos impactos da organização na vida local. É exatamente esta dimensão pública da ação, ou seja, de um agir no espaço público, que confere à

Acredita-se que o reconhecimento antecipado, junto à inserção na esfera pública, poderia auxiliar o desenvolvimento de um processo reflexivo no qual o sujeito passa a se orientar por um “*outro generalizado*”<sup>11</sup>. Honneth (2003), a partir da exposição das ideias de Mead, defende que as possibilidades de reflexão são colocadas diante de situações problemas enfrentadas pelo ator, nas quais se estabelece uma tensão dialógica entre o “*eu*”<sup>12</sup> e o “*me*”. O primeiro seria caracterizado por ações não fundadas no coletivo ao qual o sujeito está imerso e o segundo, pela ação realizada a partir da orientação do “*outro generalizado*”, o qual contém expectativas normativas legitimadas pelo grupo (HONNETH, 2003, p. 130-131). O “*me*” seria uma espécie de autoimagem cognitiva que se transforma em uma autoimagem prática quando o sujeito passa a perceber-se a si mesmo como “*outro*”. Neste sentido, com o “*me*”, o sujeito influencia suas próprias ações a partir “*das expectativas normativas de seu ambiente de pessoal*” (HONNEHT, 2003, p. 133).

Assim, entende-se que no processo de inserção no grupo do EES o sujeito entra em contato com outros horizontes normativos, pautados tanto pela esfera interna – assembleias, formações, retiradas, cooperação, troca de saberes, etc. – como externa da ES – manifestações, feiras, reuniões, formações, etc. – para os quais constrói um novo “*me*”, visando lograr acordo nas situações cotidianas do meio social ao qual está inserido. Em certa medida, este “*me*” comporta exigências grupais, relacionadas a um sujeito participativo, crítico e solidário que é construído a partir do universo simbólico da própria ES, o qual faz referências a valores cívicos. Neste sentido, Saavedra (2007), apesar de não tratar do objeto de estudo escolhido, traz argumentos que sublinham alguns aspectos das considerações acima descritas, pois, segundo o autor, as exigências sociais de um grupo específico explicam um novo horizonte de interpretação, aspecto que evidencia a relação motivacional entre sentimento individual de injustiça e luta coletiva por reconhecimento.

---

<sup>11</sup>Este conceito é originário da obra de Mead e refere-se à possibilidade do estabelecimento de uma autoconsciência dos sujeitos que interpreta o conteúdo social de uma ação, a partir do significado que ela tem para os outros. Neste sentido, a constituição de um outro generalizado está fundamentada na reflexão de que o ator percebe as normativas que demanda o universo social ao qual está vinculado, assim constrói padrões de ação determinados com os quais logrará sucesso, em um contexto comunicativo específico (HONNEHT, 2003, p. 128-129).

<sup>12</sup>Nesta dissertação sempre que fizemos menção a expressões dos autores referenciados utilizar-se-ão itálico e aspas (“”).

Em síntese, o argumento construído até o momento, coloca que no Brasil não se estabelece, de forma plena, um padrão cívico a partir do qual os sujeitos compartilham um valor de igualdade que possibilite que todos construam expectativas por reconhecimento na esfera da solidariedade no sentido honnethiano. Entretanto, considerando evidências empíricas que indicam lutas por reconhecimento a partir de associados de EES, considerou-se que estes espaços laborais poderiam constituir-se como um meio social disponível para ensejar lutas por reconhecimento na esfera da solidariedade. Tal hipótese é construída por considerar que estes coletivos laborais estão imersos em universo cívico construído a partir de uma dimensão interna – que poderia produzir um reconhecimento antecipado das habilidades e uma solidariedade grupal; e outra dimensão externa – que comportaria a emergência de um novo horizonte valorativo de estima no qual seu trabalho seria valorado. O reconhecimento antecipado que se configura como uma reciprocidade interna traria a vontade de engajamento em um projeto coletivo; e o movimento social pautaria a possibilidade de crítica ao padrão de estima vigente e se materializaria como um coletivo maior onde as demandas por estima podem transformar-se em bandeiras de luta. Ambas as dimensões, quando vivenciadas pelos sujeitos a partir da inserção no EES, trariam a possibilidade de reflexão e a construção de um “*outro generalizado*” que passa a se orientar pela expectativa de ter suas habilidades reconhecidas pelo todo social. Processo que incitaria o empenho de lutas por reconhecimento na esfera da solidariedade.

Objetivando desenvolver o argumento evidenciado acima, a dissertação foi composta de três capítulos, além da conclusão. É importante observar que a articulação destes com o objeto de estudo é sempre realizada no início e no final de cada seção, espaço no qual se busca recuperar o argumento central da dissertação. No primeiro capítulo tem-se como objetivo fundamentar teoricamente as questões colocadas, assim, inicialmente descreve-se os principais elementos da teoria do reconhecimento, construindo-se, a partir dos escritos de Honneth, um modelo de análise que proporcionaria visualizar a eclosão de lutas por reconhecimento. Posteriormente, argumenta-se - a partir de Santos, Souza e Cardoso de Oliveira - que as proposições expostas anteriormente são construídas a partir de um paradigma cívico, comportando como pressuposto uma igualdade que estaria diluída no todo social e que no Brasil não se efetiva. Assim, entendendo que tais peculiaridades nacionais seriam negligenciadas se fosse mantido o modelo de análise a partir da teoria honnethiana, procurou-se reformular o mesmo, reelaborando-se o conteúdo de algumas categorias. Uma destas é o **meio social disponível** ao reconhecimento, o qual teria importância fundamental

para a emergência do substrato motivacional para as lutas sociais. Com relação a este, constrói-se duas variáveis, solidariedade e esfera pública, as quais já foram comentadas e serão desenvolvidas no primeiro capítulo como potenciais promotoras de câmbios morais que ensejam o reconhecimento.

No segundo capítulo pretende-se argumentar que o universo simbólico da ES é caracterizado por um paradigma cívico e que tal condição influencia as experiências reais dos EES. Sendo assim, estes poderiam ser espaços potenciais para ensejar lutas por reconhecimento porque carregam premissas democráticas com as quais os trabalhadores devem aprender a relacionar-se. Para fundamentar o descrito, indica-se inicialmente abstrações sobre o fenômeno – seu histórico e sua significação social – e demonstra-se que o próprio conceito de economia solidária só pode emergir de um paradigma igualitário. Posteriormente, diminuindo-se o nível de abstração para aproximar-se do real, traz-se à baila alguns estudos empíricos que demonstram as peculiaridades deste processo de trabalho através da socialização, autoestima e luta por direitos. Por fim, relata-se o universo no qual está imerso cada um dos EES estudados, a saber: Associação de Triagem Cavalhada, Cooperativa de Confecção Mãos Amigas e Grupo de Artesanato Misturando Arte. Nesta explanação, pretendeu-se deixar evidente o movimento entre o real e o ideal que frequentemente interpela a vida dos associados dos EES.

Na terceira parte da dissertação, empenha-se a análise dos dados, a qual está organizada, sinteticamente, a partir de dois objetivos: 1) demonstrar evidências relativas à influência limitada das expectativas de subjetividade colocadas por Honneth, na condução da vida cotidiana, fator que indica a presença de outras lógicas de ação, nos sujeitos, que não a cívica e; 2) comprovar como as variáveis construídas no primeiro capítulo referentes ao *meio social disponível* efetivam-se na promoção dos câmbios morais que promovem a luta por reconhecimento. Para cumprir este último intento, tendo como filtro níveis de engajamento ao ideal colocado pelo EES, classificou-se os sujeitos da seguinte forma: **em luta, em repouso e em tensão**. Através destes perfis, logrou-se identificar o que havia de comum nas vivências dos atores, empreendidas a partir da entrada no EES, que propiciavam ou impediam o engajamento em lutas por reconhecimento. Ainda em uma terceira seção do capítulo retomam-se os dados expostos anteriormente e sintetiza-se as principais conclusões do estudo encontradas até o momento.

Finalmente, a partir dos três capítulos descritos anteriormente, espera-se responder às questões colocadas por esta dissertação, as quais têm como principal objetivo entender como se configura o espaço **entre** a humilhação, a vergonha social e a luta por reconhecimento. Como já se observou, durante a leitura dos dados, surgiram limitações da teoria escolhida – o reconhecimento de Axel Honneth – e outros referenciais tiveram que ser inseridos, os quais, devido à falta de tempo para apropriação, talvez não tenham sido incorporados de maneira satisfatória. Mesmo considerando algumas limitações, entende-se que é possível encontrar neste trabalho uma riqueza de dados e de relações analíticas que poderão tornar-se subsídio para reflexões acerca da própria teoria do reconhecimento, especialmente quando pensada em contextos periféricos, e da importância dos EES para a promoção dos processos democráticos.

## 2. CAPÍTULO 1 – RECONHECIMENTO: ENTRE A IGUALDADE E O PRIVILÉGIO

Este capítulo tem como objetivo fornecer os fundamentos teóricos que servirão para entender como o ensejo pela luta por reconhecimento é produzido. Esta é entendida a partir das formulações de Axel Honneth, o qual, dentre os autores da teoria do reconhecimento, considerou-se o mais adequado para fornecer um modelo de análise que auxiliasse na compreensão das bases motivacionais que levam os sujeitos a engajar-se em um coletivo e lutar por reconhecimento. Considera-se que entender este processo tem uma importância ímpar para a realidade brasileira, pois contribui para a formação de sujeitos que interfiram na realidade social e contribuam para estabelecer relações mais justas.

Para Honneth (2003), o elemento que motiva as lutas por reconhecimento é as vivências de humilhação social. Entretanto, se no Brasil são comuns tais situações, porque grande parte da população segue sofrendo situações de degradação, exclusão e violação? Quais são os elementos que impedem que lutas por reconhecimento emergjam na esfera pública? O principal argumento desenvolvido neste primeiro capítulo é de que a teoria do reconhecimento pressupõe um contrato cívico compartilhado por todos os sujeitos da sociedade, pois é a condição igualitária que garante que estes classifiquem experiências de vergonha social como injustas, indignando-se e buscando lutar pelos seus direitos. Entretanto, os autores brasileiros consideram, de um lado, que operam aqui padrões normativos que têm na personalidade seu filtro de justiça (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004a) e, de outro lado, que muitos sujeitos não têm as habilidades necessárias para demandar no universo cívico (SOUZA, 2006). Tais elementos impediriam o estabelecimento da igualdade como médium hegemônico das relações cotidianas e dificultariam a formação das bases para um padrão cívico. Assim, se o contrato igualitário não se estabelece, o modelo de análise de Honneth deve ser revisado para se pensar a realidade brasileira.

Tal discussão é fulcral para essa dissertação, dado seu objetivo de entender como sujeitos se engajam em lutas por reconhecimento a partir da entrada em um EES. Isso significa que antes desta inserção sofriam experiências de humilhação, mas não empenhavam lutas por reconhecimento. Neste sentido, centra-se a análise nos processos de câmbios morais, buscando esclarecer se o coletivo de trabalho configura-se como um apoio para demandas já formuladas pelos associados ou se as próprias reivindicações são formuladas no contato com o EES, o qual insere o sujeito em um modelo normativo cívico.

Para desenvolver o exposto, o capítulo estrutura-se a partir de dois eixos. O primeiro pretende demonstrar que o reconhecimento emerge como categoria central para a compreensão das sociedades modernas, argumento que é desenvolvido por dois subitens: 1) Reconhecimento – um paradigma cívico da justiça e; 2) Axel Honneth – um modelo de análise do substrato motivacional para as lutas por reconhecimento. Já na segunda parte do texto, que tematiza a teoria do reconhecimento nas sociedades periféricas e também se divide em duas partes, propõe-se evidenciar, de um lado, as desigualdades morais admitidas nos países periféricos<sup>13</sup>, utilizando-se para tanto de Santos, Cardoso de Oliveira e Souza; e de outro lado, a partir dos autores recém citados, empenha-se uma crítica ao modelo de análise de Honneth, junto a uma reelaboração das categorias propostas por ele. Com esses elementos espera-se elaborar uma base teórica que logre encontrar elementos para responder a questão de pesquisa da dissertação.

## 2.1 – A teoria do reconhecimento como categoria central para a compreensão das sociedades modernas.

O reconhecimento tem sido, nos últimos anos, tema central nas discussões filosóficas e sociológicas. Em certa medida, a emergência da discussão no mundo acadêmico parece ganhar amplitude por articular, como demonstra Cardoso de Oliveira (2011b, p.4) “*identité, droit(s) et citoyenneté*”. Tríade que amplia, através do primeiro conceito, as promessas já inscritas na modernidade, as quais indicavam a possibilidade de emancipação humana através da racionalização. Diante do contexto histórico atual, no qual emergem muitas lutas por reconhecimento, tal categoria parece renovar as tentativas da Teoria Crítica em buscar no real as possibilidades da “*sociedade emancipada, inscritas na forma atual de organização social sob a forma de uma tendência real de desenvolvimento*” (HONNETH, 2003, p.9).

Para entender como hoje se busca contemplar as promessas modernas de emancipação é central perceber a vinculação entre teoria do reconhecimento e justiça social, pois é na busca da renovação desta última que se constroem as elaborações dos autores referidos nos próximos parágrafos. Logo em seguida, a partir das elaborações de Honneth, dá-se privilégio para o eco que tais abstrações têm no entendimento dos processos cotidianos de reconhecimento intersubjetivo, os quais contemplam uma etapa anterior à chegada das

---

<sup>13</sup> Nesta dissertação entende-se por países periféricos aqueles que detêm menor poder político, econômico e militar, em relação aos países de primeiro mundo.

demandas à esfera pública. Este último ponto é o foco desta dissertação, entretanto, o processo que motiva a luta por reconhecimento só pode ser adequadamente compreendido quando se entende a partir de qual perspectiva emerge a teoria em questão. Por este motivo, conciliou-se no texto a perspectiva macro, referente à vinculação entre justiça e reconhecimento, e a micro, relacionada aos câmbios dos sujeitos, pois a partir destes elementos pode-se identificar o padrão normativo que orienta a teoria do reconhecimento. Assim, nesta seção, pretende-se demonstrar como este está intimamente vinculado a uma lógica cívica que tem como pressuposto a validade do contrato igualitário.

### 2.1.1 Reconhecimento – um paradigma cívico da justiça<sup>14</sup>

Alguns processos históricos do século XX – a emergência de lutas por reconhecimento da identidade de diferentes grupos sociais (FRASER; HONNETH 2006); um processo comunicativo intensivo que possibilitou que pessoas de países diversos manifestassem suas opiniões; e uma ampliação e aprofundamento do processo de democratização (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011b) – propiciaram a retomada das teorizações que privilegiavam a igualdade de direitos e a valoração das individualidades como resultado de lutas sociais na busca da autorrealização humana. Para além da conquista pontual de direitos, os autores passam a entender que estes fatos poderiam indicar um processo formativo da sociedade, inferência que legitimaria o conceito de reconhecimento (do direito à igualdade e à individualidade) como categoria central para compreensão do social.

Assim, retomando Hegel, autores como Taylor e Honneth desenvolvem uma teoria do reconhecimento com a capacidade de renovar e ampliar o paradigma da justiça, vinculando a luta de grupos sociais a um desenvolvimento geral da sociedade. Nesta perspectiva, acredita-se que dois aspectos são centrais para a reformulação do olhar sobre o social: 1) os sujeitos se constituem através do reconhecimento intersubjetivo, o qual assume aqui um caráter ontológico e; 2) sendo o reconhecimento necessário para a existência dos sujeitos ou nas palavras de Honneth, para autorrealização, uma sociedade justa é aquela que garante o reconhecimento.

---

<sup>14</sup>Este argumento é encontrado em Cardoso de Oliveira (2011a), o qual questiona a possibilidade do estabelecimento de lutas por direitos e reconhecimento em sociedades que têm um modelo normativo cívico fragilizado, como no caso do Brasil, onde convivem, de um lado, um padrão de justiça baseado na igualdade, e de outro, um padrão normativo baseado em privilégios.

O primeiro aspecto apontado é desenvolvido principalmente por Taylor e Honneth, a partir das elaborações de Hegel. O argumento central é que a relação intersubjetiva de reconhecimento é fundante na constituição do sujeito, o que pode ser percebido nestas elaborações: “*o reconhecimento justo não é apenas uma cortesia, mas uma necessidade humana vital*” (TAYLOR, 1994, p. 25 in FRASER, 2007, p.120); “*só quando dois indivíduos se veem confirmados em sua autonomia por seu respectivo defrontante eles podem chegar de maneira complementar a uma compreensão de si mesmos como um Eu autonomamente agente e individualizado*” (HONNETH, 2003, p. 119-120). Como se percebe nas passagens, o reconhecimento do outro é fundamental para a percepção do sujeito sobre si. Esta se constrói através dos valores compartilhados aprendidos nas relações intersubjetivas, os quais servirão como base valorativa para que o sujeito possa julgar sua performance, assim como, a dos outros. Em síntese, há um potencial moral das relações intersubjetivas, a partir do qual o sujeito entra em “*diálogo com as coisas que nossos outros significantes desejam ver em nós, e às vezes em luta com elas*” (TAYLOR, 1993, p.53 in SILVA, 2006, p.3).

A centralidade dos processos de reconhecimento na formação satisfatória de um sujeito traz à baila as experiências de humilhação, ou seja, de não reconhecimento. Sendo todos os sujeitos dotados de uma identidade que necessita ser reconhecida, a sociedade deveria assegurar a possibilidade de reconhecimento para todos, sendo as humilhações formas de injustiça social. Afirmarões que geram a segunda discussão a ser descrita aqui, a qual tenciona a relação entre reconhecimento e justiça. Assim, se antes as injustiças eram pensadas apenas num âmbito formal de igualdade, a teoria do reconhecimento propõe um aprofundamento do horizonte cívico, porque incorpora a necessidade de pensar as relações cotidianas que envolvem desde pais e filhos, até o contato entre diferentes profissionais. Ou seja, a teoria do reconhecimento incorpora a perspectiva de um olhar para com o outro, o qual merece respeito, como premissa da relação. Assim, para além da obediência a uma lei que iguala os atores, focaliza-se, nesta teoria, o olhar do sujeito sobre seu defrontante. Diante desta perspectiva não cabe somente o estudo da relação do sujeito com a lei, mas o entendimento dos câmbios morais que possibilitam o que Honneth chama, para além da igualdade, de um interesse afetivo em relação ao outro. Normativas que formariam um ideal de justiça baseado no reconhecimento.

Para Fraser (2007), alguns problemas estão colocados nesta perspectiva, pois a autora acredita que Honneth e Taylor, por defenderem a injustiça como uma identidade prejudicada,

estão inseridos em um paradigma ético. Segundo a autora, tal postura não é procedente em uma sociedade democrática, na qual cada grupo deveria estabelecer seu ideal de boa vida. Neste sentido, sua proposta entende que as lutas por reconhecimento deveriam ser incluídas em uma perspectiva moral, em contraposição a uma postura ética, a partir da qual propõe como médium regulatório a paridade participativa. Esta tem como objetivo garantir que todos os sujeitos tenham os mesmos direitos de participação nas discussões públicas e insere-se em um modelo de status, onde o não reconhecimento “*é uma questão de obstáculos externamente manifestos e publicamente verificáveis*” (FRASER, 2007, p.122). Assim, a sociedade poderia viabilizar políticas de reconhecimento a partir de um padrão de justiça com caráter deontológico, aliando, a estas, políticas de redistribuição, as quais Fraser considera fundamentais para o estabelecimento de uma sociedade justa. Neste sentido, o ideal de justiça para essa autora incorporaria tanto a redistribuição como o reconhecimento, não sendo percebido, neste último, um potencial explicativo para o todo social.

Honneth considera que o estreitamento do entendimento sobre o reconhecimento em Fraser é resultado das elaborações, segundo ele errôneas, de Charles Taylor, o qual argumenta que atualmente as políticas por igualdade estão sendo submergidas por lutas que reivindicam reconhecimento de diferenças culturais (HONNETH, 2007). Para Taylor, o conceito de justiça na modernidade estaria relacionado ao reconhecimento do direito à diferença, a qual deve ser assegurada e fomentada. Esta preocupação seria central porque atua na sociedade moderna uma hierarquia moral (SOUZA, 2006) que desqualifica sujeitos e grupos em prol de uma perspectiva universalista de bem. Logo, para buscar uma alternativa a essa homogeneização o direito à diferença deve ser preservado, concepção que aproxima o autor da postura comunitarista, na qual “*o Estado adota uma concepção substantiva de bem, levando em conta metas coletivas, primando pela defesa da comunidade e pela diversidade cultural*” (SILVA, 2006, p. 317-318).

Acredita-se que o novo destas perspectivas estaria na ampliação do conteúdo cívico, a qual está colocada principalmente em Honneth, pois, para além de um status, este autor considera o câmbio moral relativo à compreensão e ao respeito ao universo do outro. Neste sentido, as lutas sociais teriam um caráter positivo, pois estabeleceriam momentos em que mudanças nos horizontes valorativos poderiam ser geradas e possibilidades de comunicação entre os grupos, estabelecidas. Esta dissertação se aproxima deste enfoque, pois não centraliza a preservação de identidade de grupos culturais, via reconhecimento, como em Taylor, e nem

se restringe à garantia de status na redistribuição e no reconhecimento, como em Fraser. Com relação a este último aspecto, Honneth (2009; 2006) considera que as lutas por redistribuição são sempre lutas por reconhecimento de um valor, logo este último incluiria a redistribuição:

Conflitos sobre distribuição, contanto que eles não estejam meramente preocupados apenas com a aplicação de regras institucionalizadas, são sempre lutas simbólicas pela legitimidade do dispositivo sociocultural que determina o valor de atividades, atributos e contribuições (HONNETH, 2007, p. 92).

Além disso, para o autor, a diferença entre ética e moral, argumento no qual está pautada a contraposição de Fraser a sua teoria, não é um elemento importante, porque considera que uma determinada moralidade sempre carrega consigo um ideal de vida boa. O autor questiona os modelos dicotômicos que mantêm a divisão entre moral (liberalistas - Kant) e ética (comunitaristas - Aristóteles), colocando como proposta alternativa um padrão formal de eticidade: *“ela partilha com aquela o interesse por normas as mais universais possíveis, compreendidas como condições para determinadas possibilidades, mas partilha com estas a orientação pelo fim da autorrealização humana”* (HONNETH, 2003, p.271). O aspecto abstrato e universal estaria vinculado à necessidade de garantir a todos as condições intersubjetivas de reconhecimento, o qual o autor concebe a partir de sua perspectiva ontológica. E o aspecto próximo à concepção ética, que evidencia um ideal de vida boa, estaria colocado nas esferas do reconhecimento, as quais podem ter seu conteúdo transformado pelas lutas sociais, garantindo assim que, historicamente, a possibilidade da autorrealização humana seja preservada.

Neste sentido, considera-se legítimo o deslocamento do paradigma da redistribuição para o do reconhecimento, pois este proporcionaria uma ampliação do conteúdo da justiça, que será colocada nas três esferas do reconhecimento. Com relação à concepção tradicional da justiça, vinculada à redistribuição, Honneth (2009) aponta que a mesma é construída a partir de três erros: 1) considerar a autonomia pessoal de forma puramente individual – já que acredita que dispondo de meios materiais o indivíduo logra seus planos de vida; 2) adotar uma perspectiva procedimentalista – já que a concretização do esquema distributivo é conectada com a realização virtual de um procedimento que tem nos bens materiais existência prévia e; 3) entender o Estado democrático como ator legítimo da redistribuição e logo garantidor da justiça. Já em Honneth o médium da justiça estaria no reconhecimento social na esfera do amor, do direito e da solidariedade. Assim, a definição de justiça partiria das relações já existentes, garantindo a autoconfiança (amor), o autorrespeito (direito) e a autoestima (solidariedade). Padrão que Honneth denomina “reconstrutivo” porque baseado nas relações

comunicativas e conquistas da própria modernidade, as quais imprimem um caráter plural à justiça social.

A possibilidade de realização destas três formas de reconhecimento para todos os sujeitos seria constituída a partir de lutas sociais:

Trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 257).

Aqui o foco é colocado nas lutas valorativas dos processos comunicativos, forma de compreensão que tem Hegel como principal inspiração. Assim, ao invés de considerar as teses de tipo atomístico que defendem que o homem se associa pela autopreservação, Honneth advoga que a associação e a disputa contribuem para elaboração de novos valores, ampliando o horizonte ético da comunidade:

O conflito prático que se ascende entre os sujeitos é por origem um acontecimento ético, na medida em que objetiva o reconhecimento intersubjetivo das dimensões da individualidade humana. Ou seja, um contrato entre os homens não finda o estado precário de uma luta por sobrevivência de todos contra todos, mas, inversamente, a luta como médium moral leva a uma etapa mais madura de relação ética (HONNETH, 2003, p. 48).

Segundo o autor (2003), predomina nas ciências sociais uma postura de compreensão que entende a análise das lutas como manifestação de interesses grupais, focalizando predominantemente desigualdades redistributivas como motivação principal dos sujeitos. Diferente destes modelos explicativos que denomina utilitaristas, ele sugere, como já vimos, que o substrato para a luta está em experiências morais de desrespeito e que, quando estas são institucionalizadas em demandas, proporcionam um processo formativo junto ao todo social. A partir deste argumento o autor desenvolve um padrão, constituídos pelas três esferas do reconhecimento, as quais serão descritas com maior detalhe na próxima sessão do texto, que teria como função julgar as lutas que contribuem e as que inibem o progresso moral.

A centralidade do conceito de reconhecimento se inscreve na capacidade que o mesmo tem de entender lutas individuais como parte da descrição de estruturas universais de vida bem sucedida, pois a autorrealização pressupõe o compartilhamento de valores. A contribuição das lutas ao progresso moral se mede pela sua capacidade de fomentar formas

não distorcidas de reconhecimento:

(...) ideais morais capazes de enriquecer normativamente nossas representações da comunidade social; pois, junto com a perspectiva de relações ampliadas de reconhecimento, elas abrem ao mesmo tempo uma perspectiva exegética sob a qual se tornam transparentes as causas sociais responsáveis pelos sentimentos individuais de lesão (HONNETH, 2003, p. 258).

Em síntese, os três autores – Taylor, Honneth e Fraser – estabelecem ampliações para o conteúdo da justiça. Apesar das diferentes premissas, buscam estabelecer uma teoria que defenda normativas a partir das quais todos os sujeitos possam autorrealizar-se (Taylor e Honneth) e, ao mesmo tempo, tenham direitos de participar das discussões públicas para construir a sociedade que almejam (Taylor, Honneth e Fraser). O apelo cívico está na afirmação do direito de todos ao reconhecimento, ou seja, na fundamentação igualitária, na qual não se admitem privilégios. Trata-se agora de entender qual a vinculação destas assertivas com o substrato motivacional para a luta por reconhecimento, tema principal desta dissertação.

A clareza de que esta teoria é formulada a partir de um paradigma cívico, que para ser efetivado necessita uma igualdade e um respeito mútuo entre todos os cidadãos, é fundamental para entender a possibilidade de eclosão das lutas por reconhecimento, pois tal condição torna-se uma premissa para estas últimas. Ou seja, o sujeito só conseguirá demandar por reconhecimento quando considera que um direito seu foi desrespeitado, que o contrato social estabelecido, através da igualdade, não foi cumprido. Nesse sentido, é fundamental, para quem utiliza a teoria do reconhecimento como referencial principal, perceber em que medida, no contexto estudado, a igualdade e respeito mútuo estão disseminados entre os sujeitos, pois é o próprio ideal cívico que se configura como substrato para as lutas por reconhecimento.

Ainda argumentando a perspectiva cívica como suporte fundante da teoria em questão, aponta-se, nas elaborações de Axel Honneth, normativas mais específicas relativas à vida boa e justa que deveria ser garantida a todos. Esta está colocada nas três esferas do reconhecimento – amor, direito e solidariedade – as quais serviriam, segundo o autor, para julgar quais lutas poderiam ser consideradas legítimas e quais deveriam ser classificadas como falsas. O critério de julgamento está colocado no princípio da liberdade e da igualdade, pois relações na esfera do amor, por exemplo, ancoradas em premissas patriarcais, seriam,

segundo Honneth (2006), fundamentadas em falsos reconhecimentos. Logo, a reconstrução histórica que o autor realiza para caracterizar estas esferas parte das conquistas por direitos e dos câmbios nas relações intersubjetivas empenhadas pela modernidade instituída a partir dos países centrais. Elaboraões que evidenciam um ideal de justiça fundamentado na igualdade, no qual as teorias do reconhecimento pressupõem que todos estariam incluídos. Em nenhum momento coloca-se em questão a existência de pessoas que não estariam no contrato cívico ou que orientam suas vidas a partir de outros valores. Maiores desenvolvimentos sobre as dificuldades que esta perspectiva carrega para a análise das sociedades periféricas serão traçadas no ponto 2.2. Estas servirão para reformular o modelo de análise referente à eclosão de lutas por reconhecimento, o qual compõe o próximo item a ser desenvolvido por esta dissertação.

2.1.2. Axel Honneth – um modelo de análise do substrato motivacional das lutas por reconhecimento.

Até o momento esclareceu-se o potencial da teoria do reconhecimento para o entendimento da dinâmica social. Ainda buscou-se evidenciar, a partir de alguns elementos, que o paradigma no qual a teoria é construída, no que diz respeito à análise dos processos atuais, é predominantemente cívico. Neste subitem buscar-se-á traçar considerações mais pontuais, as quais se referem às assertivas de Honneth relativas aos processos de eclosão de lutas por reconhecimento. Os mesmos têm centralidade na teoria porque são as lutas que promovem o progresso moral, assim, entender como elas são motivadas torna-se uma questão fulcral, já que tais elaborações poderiam servir para entender momentos de refluxos nas mobilizações. Assim, o exposto aqui se relaciona com os mecanismos que poderiam promover lutas por reconhecimento, pois é esta a questão de pesquisa que a dissertação de mestrado pretende responder, entendendo que os EES são espaços importantes para se conhecer este processo.

Honneth foi o eleito porque busca entender um momento anterior à inserção na esfera pública, o qual compreende a passagem da experiência individual de vergonha social para o empenho de lutas por reconhecimento. Já as preocupações contidas na teorização de Fraser, colocadas no modelo de status, priorizam um grupo já organizado que empenha lutas na esfera pública. E Taylor, apesar de partir das experiências intersubjetivas de reconhecimento, centra sua análise na demanda de grupos já constituídos. Assim, entendendo que o centro da questão colocada nesta pesquisa buscava compreender como o indivíduo

vivenciava a humilhação, interagia com um grupo e criava a necessidade de empenho da demanda na esfera pública, considerou-se que as elaborações teóricas de Honneth auxiliariam a formular um modelo analítico mais apropriado.

O primeiro aspecto desenvolvido pelo autor que interessa a esta investigação é a herança das elaborações de Habermas. Este, na década de 1970, transfere o centro da Teoria Crítica da análise dos processos de trabalho para um paradigma comunicacional. Apostando nos aspectos intersubjetivos da linguagem, considera que o traço característico da socialização humana é o acordo comunicativo, o qual proporciona a existência material, tendo este a possibilidade de emancipar<sup>15</sup> os sujeitos. Como diagnóstico o autor advoga que a sociedade está dividida entre o mundo sistêmico – constituído por dois subsistemas dominantes, o político, com o médium poder e o econômico, com o médium dinheiro – que estaria centrado no processo de reprodução material da sociedade e seria orientado por uma racionalidade instrumental isenta de moral; e em contraposição, o mundo da vida, no qual o médium seria a linguagem e as interações se estabeleceriam visando à formação de consensos, por meio de processos discursivos empenhados na esfera pública (HONNETH, 1999; HABERMAS, 1986). Estes últimos teriam a possibilidade de buscar na linguagem empenhada cotidianamente uma leitura alternativa para pensar os processos emancipatórios creditados ainda à racionalidade, mas agora transportados de uma perspectiva da consciência para o campo intersubjetivo: *“Habermas rebaixará, por assim dizer, o conceito de razão iluminista, retirando-o do domínio da verdade absoluta descoberta pelo demiurgo e recolocando-o na produção intersubjetiva e cotidiana de acordos racionais”* (SILVA ARAÚJO, 2009, p.4).

Habermas (1986), ao pautar o progresso moral e social, entende-o como possibilidade de racionalização do mundo da vida, através da discussão pública mediada pela linguagem. Esta empreitada dotaria os indivíduos de possibilidades emancipatórias mais amplas, assim como, de maior individuação. Tal processo se efetiva se a comunicação estiver livre de restrições e coações que são garantidas pelo próprio Estado de direito (HABERMAS, 2003). A crítica de Honneth a Habermas entende que aquele atribui maior importância à garantia da formalidade dos processos democráticos em busca do consenso, tendo como

---

<sup>15</sup>Este não é um termo utilizado por Honneth, o qual trabalha predominantemente com a categoria autorrealização, entretanto, é um conceito presente nas formulações de Habermas, as quais se explicitam no parágrafo em questão.

médium o direito, do que às lutas e as discussões valorativas postas nas demandas dos diferentes grupos sociais (HONNETH, 2009).

Assim, o que Honneth preserva em sua teoria é a centralidade dos processos comunicativos, inserindo ainda nestas elaborações, para além da linguagem, as interações corporais. Entretanto, a inserção destes processos nega a dualidade estabelecida entre mundo sistêmico e mundo da vida, pois considera esta essencialista. Para o autor não há nenhum espaço destituído de moral e de lutas de poder. Logo, o mote central para a compreensão do social passa a ser o conflito comunicativo e não mais a tensão entre sistema e mundo da vida. Escolha que coloca o normativo como o centro do mundo social e não somente como resultado de um consenso racional orientado – como no mundo da vida de Habermas (HONNETH, 2006). Ou seja, em Habermas a principal preocupação era garantir uma boa comunicação para que todos possam expressar-se livremente. Em Honneth, o foco está nos conflitos que se colocam no cotidiano, na medida em que eles desrespeitam os padrões de reconhecimento e ensejam lutas sociais. Têm-se nestas elaborações o primeiro aspecto a ser considerado no modelo de análise que a dissertação pretende considerar, a saber, o foco nos conflitos e nas relações comunicativas cotidianas. Baseando-se no colocado, não caberá julgar se existem ou não, entre os sujeitos estudados, um espaço que garanta a participação de todos, mas focalizar-se-á o mapeamento dos valores que são compartilhados e dos que estão em disputa, no universo cotidiano. Para, a partir destes, entender como se forma, ou não, o substrato para a luta por reconhecimento.

O segundo elemento que é central para formular o modelo de análise que responde, em Honneth, a questão de pesquisa planteada, refere-se aos padrões normativos colocados nas três esferas do reconhecimento, pois são nestas que se encontram os conflitos (e injustiças) pelos quais o autor se interessa. No referencial teórico as três esferas do reconhecimento são resultado de processos históricos e, apesar de serem cambiantes, serviriam para julgar as lutas legítimas das lutas falsas. Isso seria possível porque seu caráter mutante está subordinado a pressupostos cívicos (igualdade e liberdade), como se indicou na primeira subseção. Assim, entender o conteúdo atual de cada uma das esferas é central porque a partir deste se poderá identificar na realidade social o tipo de conflito que promove injustiças e que motivariam lutas por reconhecimento legítimas. Neste sentido, descreve-se abaixo a caracterização de cada uma das esferas:

1. Amor - Esta forma de reconhecimento abrange relações entre parceiros, amigos e relações entre pais/filhos, e tem seu principal fundamento na teoria psicanalítica das relações de objeto de Winnicott, a qual descreve o processo de desvinculação entre mãe e filho que permite à criança adquirir a capacidade de estar só, via reconhecimento recíproco. Esta situação é conquistada na continuidade da dedicação comum, que possibilita uma relação consigo de autoconfiança, necessária às outras formas de reconhecimento. Em relações entre adultos, o êxito também se estabeleceria na tensão entre simbiose e autonomia, tendo nas unilateralizações como, por exemplo, o masoquismo, uma relação mal sucedida (HONNETH, 2003). Institucionalmente, este processo se manifesta no direito à infância (obrigação dos pais em garantir um crescimento saudável e que propicie um futuro independente aos filhos) e no matrimônio (a liberdade de matrimônio pelo amor entre pessoas independentes), tendo como princípio regente as necessidades próprias de cada um dos sujeitos (HONNETH, 2007).

2. Direito - Esta forma de reconhecimento se refere à demanda por igualdade entre os homens, estabelecendo a capacidade de imputabilidade moral de todos diante da sociedade. Desta forma, compreende tanto a consciência das obrigações em relação aos outros quanto a segurança relativa ao cumprimento social de algumas das nossas pretensões. Tal reconhecimento pode ser retomado historicamente, contemplando a conquista de direitos de liberdade no século XVIII, de direitos políticos no século XIX, e de direitos sociais no século XX, todos justificados a partir da premissa de igual valor. Ampliação que proporcionou dois caminhos para reivindicações, a primeira de caráter material e a segunda relativa a status, contemplando, por exemplo, os direitos sociais. Nesta esfera, a autorrelação positiva, proporcionada por tal reconhecimento, é o autorrespeito, conquistado a partir de um caráter público ligado à possibilidade de reivindicação (HONNETH, 2003;2007).

3. Solidariedade - Esta categoria se refere à capacidade de estima, que permite que cada sujeito se referencie positivamente a partir de suas capacidades concretas. Para tanto, baseia-se em um sistema de valor comum– histórico e cambiante – que determina o grau de contribuição intersubjetiva de cada um ao todo social. A retomada histórica neste ponto se refere à transição da categoria honra à categoria prestígio. Honneth aponta que anteriormente à Idade Moderna, quando os grupos eram valorativamente hierarquizados pela sociedade, a estima vinculava-se ao orgulho de pertencimento a um grupo específico, no qual o valor era dado previamente, e somente a um nível interno gerava-se um sentimento de solidariedade a partir do qual todos eram reconhecidos por suas capacidades. Na modernidade, com a

emergência do individualismo, da deslegitimação do modelo de status pela burguesia e da perda da legitimidade da ordem transcendental sobre o cotidiano, a estima social passa a ser avaliada como uma grandeza biograficamente individual que, entretanto, depende do horizonte de valores socialmente estabelecido. Esta tensão, entre a necessidade de um reconhecimento biográfico, dependente de consensos sociais, proporciona a emergência de lutas culturais permanentes, dadas no nível simbólico, a partir da conquista da esfera pública, pois as capacidades individuais devem ser legitimadas neste padrão cultural universal, abstrato e cambiante. O que diferencia a antiga estima da atual é que a primeira referia-se somente à identidade coletiva do próprio grupo, materializada em um sentimento de orgulho ou honra e, na segunda, devido ao novo contexto de individuação, o grupo é necessário na medida em que serve para cambiar os padrões culturais universais. Esta capacidade de autoestima conquistada diante das lutas sociais conferiria, ao processo de reconhecimento, um tipo de solidariedade pós-tradicional, pois estabeleceria a possibilidade de uma estima simétrica já que, para além da tolerância, há um interesse afetivo pela particularidade do outro que contribui aos fins da sociedade (HONNETH, 2003). Esta esfera tem no trabalho seu espaço privilegiado e estaria representada, apesar de provisoriamente, por uma ordem unilateral: trabalho industrial, masculino, assalariado e qualificado (HONNETH, 2006; 2007).

Assim, os conflitos observados por Honneth são basicamente os que desrespeitariam conquistas cívicas – exclusão, degradação e violação – e seriam capazes de motivar lutas por reconhecimento. Tal questão é fulcral para analisar como eclodem as lutas por reconhecimento, pois será necessário mapear se estes constrangimentos indicados são, no Brasil, substrato para o ensejo pelo reconhecimento. Para Honneth, considerando que a modernidade é orientada pelo modelo cívico, no qual o contrato seria válido para todos, os sujeitos, ao sofrerem humilhações não conseguiriam ficar neutros, pois entenderiam que o constrangimento desrespeitou direitos atribuídos à sua humanidade. Neste sentido é pressuposto, para o autor, que todos os sujeitos têm expectativas de subjetividade (de respeito) nas três esferas, ou seja, todos querem relações de amor livres, ser considerados nos processos deliberativos do todo social e ser reconhecidos por suas habilidades individuais, dependendo destes reconhecimentos para se autorrealizarem.

O argumento central do autor, que constitui o terceiro elemento que interessa a essa dissertação para a formulação do modelo de análise, é que os conflitos morais são originados a partir da experiência de desrespeito social, a qual gera sentimentos que se configuram como

o elemento motivacional para a ampliação da autonomia, entendida como uma autorrelação imperturbada a partir do reconhecimento. Assim, a luta por reconhecimento nas três esferas supracitadas é estabelecida a partir do não reconhecimento, que tem nos sentimentos de violação (amor), privação de direitos (direito) e rebaixamento social (solidariedade) seus correspondentes negativos. O esclarecimento da construção psíquica realizada neste processo é formulado a partir dos escritos de Mead, que tratam de pensar como efetivamente os conflitos promovem um processo de reflexão moral do ator sobre si e sobre o seu entorno:

Para o sujeito só surge um mundo de vivências psíquicas no momento em que, explicitando um problema prático preconcebido, ele entra de tal modo em dificuldades que suas interpretações da situação, até então objetivamente comprovadas, acabam sendo privadas de sua validade e separadas da realidade restante a título de meras representações subjetivas: o psíquico é de certo modo a experiência que um sujeito faz consigo próprio quando um problema que se apresenta praticamente o impede de um cumprimento habitual de sua atividade (HONNETH, 2003, p 127).

Em outras palavras, o sujeito só se dá conta do significado social de suas ações, assim como do comportamento de seu defrontante, quando relações problemáticas se estabelecem, ocorrendo uma generalização de comportamentos sociais bem-sucedidos. Ou seja, em determinado ambiente o sujeito passa a entender os comportamentos admitidos, com relação aos quais constrói um “*me*”<sup>16</sup> (padrão de ação a ser seguido). Em relação a este “*me*” o sujeito pode ter dois tipos de reações: reafirmá-lo, ou discordar do mesmo. Neste último caso, o sujeito passa a agir com seu “*eu*”, lutando para que suas demandas sejam aceitas pelo coletivo na construção de um “*me*” futuro. Neste sentido, Mead ainda avança na reflexão e atribui maior protagonismo ao sujeito diante do social, pois considera que o “*eu*” tem um caráter criador que contempla pretensões próprias (HONNETH, 2003, p. 145). Com relação ao todo do social, as lutas dos grupos seriam um “*eu*”, lutando por um “*me*” futuro, ou seja, demandando uma comunidade jurídica ampliada, colocada nas justificações das lutas por reconhecimento.

Mead oferece para o processo evolutivo assim circunscrito uma explicação que o torna transparente em seus fundamentos motivacionais: as forças que impelem reiterada e inovadoramente o “movimento de reconhecimento”<sup>17</sup> são representadas pelas camadas incontroláveis do “*eu*”, que só podem se exteriorizar livre e espontaneamente quando encontram o assentimento de um “outro generalizado” (HONNETH, 2003, p. 145).

---

<sup>16</sup>Estes termos – eu e me – são criados por Mead e Honneth (2003), ao se referir a eles, utiliza aspas, padrão que foi aqui repetido nesta dissertação. Uma maior descrição dos mesmos está colocada na introdução da dissertação.

<sup>17</sup>Aspas utilizadas pelo autor.

Este cabedal pode servir para se entender tanto processos maiores – as demandas dos movimentos sociais junto ao todo social – como processos micro – relativos à relação dos sujeitos com um coletivo no qual estejam inseridos. Esta última possibilidade é particularmente interessante para esta pesquisa, ou seja: Em que medida o EES constrói um novo padrão de comportamento, ou melhor, um novo “*me*” a ser seguido pelos associados que ensaja o reconhecimento? Estes últimos desejam seguir o padrão adotado pelo coletivo do EES ou, ao contrário, almejam desvincular-se dele afirmando seu “*eu*”. Reflexões que nos auxiliam a pensar como ocorrem os câmbios morais e finalizam os elementos da teoria honnethiana que vão construir o modelo de análise. Em síntese, focaliza-se as expectativas de subjetividade nos processos cotidianos, assim como, os conflitos estabelecidos em relação a estas. Este mapeamento possibilita encontrar o horizonte de valores compartilhados entre os sujeitos e as situações em que emerge a vergonha social, no sentido honnethiano. Logo em seguida, observa-se como o sujeito se comporta diante dessa e se, neste processo, o ingresso no EES formula um outro “*me*” que influencia o ensejo pela luta por reconhecimento. No esquema abaixo uma síntese da teoria auferida:



Ou seja, para Honneth, nas relações comunicativas os sujeitos têm pretensões sociais de subjetividade. Estas estão ligadas aos padrões normativos do reconhecimento na esfera do amor, do direito e da solidariedade e constituem o espaço no qual os atores podem construir

uma auto relação imperturbada consigo mesmo ou, em seus termos, a autorrealização. No cotidiano os sujeitos, muitas vezes, deparam-se com situações conflituosas, que interrompem o curso normal de sua ação, nas quais se sentem desrespeitados em relação às suas expectativas de subjetividade. Neste momento, a reflexão social promove um saber sobre o significado de sua ação, tendo como consequência o sentimento de vergonha social, colocado nos sentimentos de culpa ou indignação. Considerando que as pretensões nas três esferas constituem-se como um direito cívico na sociedade moderna o sujeito forma, a partir da vergonha social, o substrato para a luta por reconhecimento. Entretanto, a transformação desta em luta social vai depender da possibilidade do ator acessar um meio social disponível que apoie suas demandas. Neste sentido, o coletivo se constitui como apoio para demandas que os sujeitos já tinham, materializando-se como um instrumento para a luta.

É este processo, transformado em um modelo de análise, que se pretende testar na dissertação aqui apresentada. No Brasil, o engajamento em lutas por reconhecimento ocorre seguindo o caminho indicado por Honneth? Problematizações a esta questão serão realizadas na próxima seção. De pronto, se esclarece que as elaborações aqui descritas já constituem parte do modelo de análise proposto, ou seja: **pretensões de subjetividade** (em Honneth referem-se ao pressuposto da construção, por parte do indivíduo, de expectativas para si próprio relativas à obtenção de reconhecimento nas três esferas – o conteúdo de tal realização foi explicitado quando se descreveu o conteúdo normativo destas – p.33-34); **constrangimentos** (em Honneth referem-se à privação, degradação ou violação, os quais se constituiriam como o substrato motivacional para a luta por reconhecimento) e **o meio social disponível** (Honneth não desenvolve indicativos claros destes, apenas coloca que os mesmos teriam características de movimentos sociais e seriam espaços no qual as demandas dos sujeitos teriam apoio). Categorias que serão complementadas e transformadas a partir das elaborações dos pesquisadores da realidade periférica.

## 2.2 – A teoria do reconhecimento em países periféricos

Esta seção tem como objetivo demonstrar a limitação de um universo cívico para compreender a realidade periférica, a qual comporta este padrão normativo, assim como, outras concepções do justo, colocadas nas relações cotidianas. No primeiro subitem da seção, tal assertiva é construída teoricamente a partir das elaborações de Santos, Cardoso de Oliveira e Souza. A hipótese geral considera que a estima recíproca e o sentimento de igualdade não se estabelece no Brasil, enfraquecendo a capacidade dos sujeitos de empenharem lutas por

reconhecimento na esfera pública. Já na segunda parte do texto, retoma-se o modelo de análise de Honneth e, a partir de críticas ao mesmo, reelaboram-se suas categorias. Empenho que permite a construção de um modelo de análise alternativo.

## 2.2.2 – Desigualdades morais – limites para as lutas por reconhecimento

Através das elaborações teóricas de Santos, Cardoso de Oliveira e Souza, este subitem tem como principal objetivo fornecer material para se reelaborar um modelo de análise das lutas por reconhecimento, adequado à realidade brasileira. Evidencia-se, de cada autor, elementos que servem para construir a crítica da teoria do reconhecimento, a qual indica que em países como o Brasil o padrão cívico não se estabelece de forma plena.

### 2.2.2.1 – Boaventura de Souza Santos

Para este pesquisador o paradigma sócio-cultural da modernidade emergiu entre o século XVI e finais do XVIII na Europa e teve como característica fundante reunir emancipação e regulação. Esta última seria construída através do Estado, do mercado e da comunidade. Já quanto à emancipação, o autor esclarece, baseado em Weber, que a mesma se constituiria pela comunhão das racionalidades estético-expressiva, cognitiva (vinculada a ciência) e moral prática (vinculada a ética e ao direito) (SANTOS, 2002).

O paradigma da modernidade pretende um desenvolvimento harmonioso e recíproco do pilar da regulação e do pilar da emancipação, e pretende também que esse desenvolvimento se traduza indefectivamente pela completa racionalização da vida colectiva e individual. Esta dupla vinculação – entre os dois pilares, e entre eles e a práxis social – vai garantir a harmonização de valores sociais potencialmente incompatíveis, tais como justiça e autonomia, solidariedade e identidade, igualdade e liberdade (SANTOS, 2002, p. 50).

Entretanto, o diagnóstico do autor é que o paradigma da regulação domina a perspectiva da emancipação. Assim, a modernidade, que tem justificação e se legitima através do ideal cívico, não consegue reproduzir os dois pilares, o que prejudica a efetivação da igualdade. O direito e a ciência, por exemplo, acabaram servindo ao Estado e ao mercado e promovem a colonização de culturas, as quais têm suas origens levadas à inexistência. Esta condição seria vivenciada por inúmeros sujeitos, destituindo a capacidade do paradigma regulação/emancipação ser estabelecido para todos. Assim, advoga que existe na realidade social uma linha abissal; de um lado estariam pessoas incluídas no paradigma da justiça

moderno, sendo regulados pelo mercado, Estado e comunidade, através da ciência e do direito; e, de outro lado da linha, encontrariam-se indivíduos que o primeiro lado da linha abissal ignora, ou seja, os quais não podem manifestar sua cultura e para os quais não se fariam valer as leis e benefícios do padrão cívico.

A modernidade ocidental, em vez de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza, separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemônico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efetivamente como não existente o estado de natureza. (SANTOS, 2007, p. 8).

O objetivo da argumentação de Santos (2002; 2007) é denunciar territórios que o mundo ocidental cívico ignora e se apropria através da violência. Como exemplo cita línguas nativas destruídas, Guantamo ou a Palestina. Coloca ainda que o mundo ocidental classifica os sujeitos em humanos e sub-humanos, sendo que no tratamento destes últimos é legítimo ignorar as leis referentes à igualdade. É neste sentido que, para o autor, a injustiça global estaria vinculada a uma injustiça cognitiva (moral): *“defendo apenas que, abissais ou não, as formas de pensamento não ocidental têm sido tratadas de um modo abissal pelo pensamento moderno ocidental”* (SANTOS, 2007, p.3).

Para as elaborações desta dissertação o argumento que se deseja evidenciar refere-se à existência de populações que não estão incluídas e reguladas pelo universo cívico. Santos vai centrar sua crítica no lado da linha abissal que detém o poder de relegar o outro lado à inexistência. Já esta dissertação pretende observar o lado daqueles que são negligenciados. Ou seja, busca-se investigar em que medida estes também ignoram o padrão cívico, não construindo expectativas de subjetividade em consonância com o padrão honnethiano.

#### 2.2.2.2 – Luís Roberto Cardoso de Oliveira

O autor centra seus estudos nas experiências de insulto moral articulando, para tanto, a noção hegeliana de reconhecimento, a partir de Taylor e Honneth, o debate sobre consideração de Rousseau e a noção de dádiva e reciprocidade de Mauss colocadas em Caillé e Godbout (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008). Neste caminho, seu objetivo é entender, nos conflitos por reconhecimento, como a dimensão dos sentimentos agride a noção de dignidade, a qual *“é caracterizada como uma condição dependente de expressões de reconhecimento ou de manifestações de consideração, cuja negação pode ser vivida como um insulto pela vítima,*

*percebido como tal por terceiros*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008, p.3).

Para melhor definir a noção de dignidade, a partir da qual é possível entender o desrespeito, o autor retoma modelos de igualdade em diferentes países. Esta correlação é realizada porque segundo ele igualdade, equidade e dignidade são conceitos vinculados, sendo esta relação que torna possível entender a partir de quais referenciais os sujeitos demandam direitos e o próprio status de cidadão (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011a). Coloca que desde Marshall, que tem como referência um universo cívico, a cidadania se relaciona a um status igualitário entre os cidadãos. Entretanto, dependendo da sociedade, ou seja, do modelo de igualdade, tal premissa seria efetivada de forma distinta. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, há uma compreensão impessoal da igualdade, a qual é estabelecida a partir do cidadão portador de direitos individuais e universais. Em contraposição, no Canadá tem-se como foco a formação de uma vontade geral e a igualdade estabelecida a partir do respeito às diferenças. Assim tem-se nestes países uma dignidade que permeia enfoques de cidadania localizados entre o indivíduo impessoal, portador de direitos, e a identidade comunitária, na qual o cidadão busca construir o consenso. No primeiro caso, a diferença implicaria ferir a noção de dignidade e, no segundo, a dignidade é construída a partir da diferença, negá-la constituiria então um desrespeito. Assim, o autor defende que a análise de tais temas “*não pode ser feita de forma adequada a partir de um parâmetro externo, etnocentricamente*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011, p.6), devendo, assim, ser subordinada a uma compreensão local do modelo de igualdade.

No Brasil, de forma distinta aos modelos já referidos, encontra-se uma dissonância entre a forma institucionalizada de justiça, baseada nos princípios constitucionais liberais, e os padrões hierárquicos admitidos na realidade social. Estes últimos se fundamentam no princípio da pessoalidade como filtro da justiça, o qual possibilita que, diante de determinada situação, os sujeitos julguem se existe no parceiro de interação a substância moral de uma pessoa digna: “*apenas aquelas pessoas nas quais conseguimos identificar a substância moral característica das pessoas dignas mereceriam reconhecimento pleno e (quase) automático dos direitos de cidadania*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004a, p.3). Assim, se considerarem que o interlocutor está destituído de dignidade, a injustiça cívica é justificada. Neste contexto, são comuns processos de discriminação cívica entre os sujeitos, atuando a consideração como premissa classificatória dos parceiros de relação. Destarte, a confusão relativa ao modelo de igualdade dificultaria a incorporação da noção da dignidade que orienta o respeito entre todos

os cidadãos na vida cotidiana:

Associando a concepção de igualdade como tratamento uniforme à igualdade de direitos, e a concepção de igualdade como tratamento diferenciado à justificação de privilégios, sugeri que a singularidade brasileira estaria na arbitrariedade da definição entre os campos de vigência das duas concepções, ou de uma certa indistinção entre o exercício de direitos e de privilégios, caracterizando a inexistência de um mundo cívico bem conformado entre nós (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011, p.3)

O resultado da dissonância entre os modelos de igualdade provocaria uma desarticulação entre esfera pública – concebida como o lugar no qual “*normas, projetos e concepções de mundo são publicizadas e estão sujeitas a debate público*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004a, p.7) – e espaço público – entendido como “*o campo de relações situadas fora do contexto doméstico ou da intimidade onde as interações sociais efetivamente têm lugar*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004a, p.7). No primeiro caso, opera o princípio da igualdade de forma hegemônica e, no segundo, o filtro da consideração pessoal. Em síntese, a desarticulação entre as duas esferas caracteriza-se como o grande problema que legitimaria a discriminação relacionada às diferenças de valor e o privilégio de direitos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004a; 2011).

Para esta dissertação interessa particularmente a elaboração do autor que se refere ao estabelecimento, no Brasil, de um modelo cívico limitado pela pessoalidade. Estas assertivas serviram para considerar que os sujeitos poderiam ingressar no EES tendo como referencia outro padrão de justiça, sendo assim, era colocada no coletivo de trabalho a capacidade de propiciar que os associados construíssem um horizonte cívico de valores.

#### 2.2.2.3 – Jessé de Souza

Souza (2006) advoga que a desigualdade foi naturalizada no Brasil, pois 1/3 da população é impedida de acessar direitos básicos, situação que relega a este estrato da sociedade a condição de subcidadãos. Para perceber como tal processo ocorre no cotidiano, o autor buscou entender “*porque as pessoas, e muito especialmente uma determinada classe de pessoas, sentem humilhação e mal-estar social com sua experiência cotidiana*”(SOUZA, 2006, p.11), fato que as impede de demandar justiça, único caminho para desnaturalizar a desigualdade. Para qualificar teoricamente estas questões o autor buscará articular a moralidade em Taylor e o poder em Bourdieu.

A partir de Taylor, Souza (2006) defende que as sociedades estão sujeitas a uma

hierarquia moral dotada de valores opacos e pré-reflexivos que qualifica alguns sujeitos e desqualifica outros. Segundo o autor, esta hierarquia estaria vinculada a uma moral caracterizada pela dualidade entre corpo e mente. A esta última dimensão seria atribuído o mérito, sendo o controle uma conduta necessária para não ser excluído do mundo do trabalho socialmente valorado, composto pela disciplina e pelo domínio do corpo. Neste horizonte valorativo, o mercado dispensa justificações e se orienta pelo que o autor denomina de uma ideologia do desempenho, a qual passa a ser fundamento da autoestima.

Defende que na Europa houve um processo histórico de lutas e conquistas de direitos que proporcionou um aprendizado moral relativo à universalidade do princípio de igualdade entre os sujeitos, que permite a articulação de demandas por reconhecimento. Partindo do conceito de *habitus* de Bourdieu, entende que nas sociedades centrais este processo teria garantido a formação de um *habitus* primário, o qual é caracterizado pelo estabelecimento de um respeito mínimo entre todos os sujeitos de uma determinada sociedade, permitindo que os mesmos possam incorporar em suas pretensões a noção de dignidade. Em contraposição, nos países periféricos não ocorre este processo, os direitos e a modernização são impulsionados pelo Estado. Esta situação conforma um *habitus* precário, que se caracteriza pela fragmentação, ou seja, não se estabelece na população um respeito entre todos, condicionando uma parte significativa dos sujeitos ao status de inúteis e improdutivos (SOUZA, 2006).

A distinção fundamental entre esses dois tipos de sociedade “modernas” parece localizar-se na ausência de generalização do *habitus* primário, ou seja, ao contrário da universalização efetiva da categoria de produtor útil e cidadão nas sociedades avançadas, nas sociedades periféricas. Nestas últimas, constitui-se na verdade um fosso moral cultural e político e econômico entre as classes incluídas na lógica de mercado, estado e esfera pública, e a ralé excluída (SOUZA, 2006, p.44).

Essa dimensão da homogeneização da dignidade, que o autor entende como o fundamento do reconhecimento, tanto no campo jurídico como no cotidiano, não estaria estabelecida no Brasil. Os sujeitos admitiriam as desigualdades porque as características da personalidade dos mesmos, principalmente os das classes baixas, não comportariam “*disciplina, controle do corpo, cálculo prospectivo, autorresponsabilidade e autodomínio*”, sendo o corpo utilizado como “*mero dispêndio de energia muscular*” sem “*nenhuma dimensão de conhecimento incorporado*” (MATTOS, 2006, p.161). Fator que, devido à hierarquia moral que privilegia a mente e o controle, negaria a possibilidade de um respeito à

dignidade entre todos.

Por fim, Souza (2006) aponta que as vivências proporcionadas por esse padrão moral excludente desqualificaria a participação dos sujeitos na esfera pública que, junto com o Estado e o mercado, constitui-se em mais uma instituição importante no capitalismo. Segundo o autor, a participação na esfera pública “*pressupõe o mundo da vida racionalizado, ou seja, a efetiva generalização do habitus primário, nas suas virtualidades de comportamento público e político*” (SOUZA, 2006, p.49). Tendo no Brasil a predominância do *habitus precário*, ocorreria uma abdicação da esfera pública e a naturalização das humilhações sofridas por parte das classes desfavorecidas.

Das elaborações acima interessa indicar que a competência para empenhar lutas por reconhecimento exige capacidades colocadas pela esfera cívica – a aptidão comunicativa, por exemplo – que, na maioria das vezes, os sujeitos humilhados não possuem. Mais um elemento que se torna um impedimento para que lutas por reconhecimento eclodam, pois os sujeitos se consideram previamente desqualificados, percebem sua condição desigual e, em alguns casos, mesmo sentindo a indignação, não empenham lutas. Em outros termos, mesmo quando as pessoas consideram-se seres de direitos, a modernidade exige formas de agir, relativas ao ingresso na esfera pública e a cobranças do Estado, que seu universo não comporta, impedindo que as demandas por respeito e estima se efetivem.

## 2.2.2 – Crítica a Axel Honneth - para a construção de um modelo de análise alternativo

O diagnóstico comum, encontrado nos autores da subseção anterior, é que no Brasil não se estabelece um respeito entre os sujeitos que pudesse garantir a inclusão de todos no universo cívico, no qual os direitos subjetivos fossem respeitados e a possibilidade de estima recíproca fosse efetivada. Segundo Cardoso de Oliveira (2004a), tal situação significaria um déficit para a cidadania que comporta respeito a direitos e consideração à pessoa. Ao invés desta condição igualitária, haveria no contexto brasileiro e, para Santos, no periférico, os dignos e os indignos. Para estes últimos as normativas igualitaristas se estabeleceriam com limitações, assim, a premissa de uma igualdade prévia não se estabelece, fator que dificulta a emergência de lutas por reconhecimento diante das injustiças cívicas. Ou seja, se os sujeitos consideram que algumas pessoas são dignas de um tipo de reconhecimento e outras não, torna-se natural que alguns sejam desqualificados.

Resgatando os autores indica-se que, para Santos (2002), o mundo moderno

ocidental vinculado à construção dos países centrais, a partir do qual Honneth formula sua teoria, ignora que existam sujeitos excluídos da lógica cívica. Tal inexistência impede que estes acessem direitos, tendo como consequência uma autoimagem que nega a possibilidade de demandar justiça em termos cívicos. Em Souza (2006) a inexistência da condição igualitária é traduzida como um habitus precário, através do qual se manifestaria uma hierarquia moral que prejudicaria não só os sujeitos que estão em universos no qual a lógica cívica não chega (dos quais se refere Santos), mas também pessoas que têm nas normativas igualitárias uma referência, pois para cobrá-las, demandam-se habilidades para as quais os sujeitos entendem-se inaptos. Por fim, a principal contribuição de Cardoso de Oliveira (2004a; 2011) para as discussões travadas neste estudo é evidenciar a presença da pessoalidade como normativa que convive com o modelo cívico, causando tensões para que a justiça, nos termos posto pela modernidade, seja estabelecida.

Devido ao contexto aludido, o referencial honnethiano se enfraquece, pois a premissa igualitária mínima, a qual permite que os sujeitos percebam as injustiças e considerem-se dignos de demandar junto à sociedade, inexistiria na sociedade brasileira como referência única do corpo social. Condição que não permite, de um lado, que sujeitos valorizem os que não se inserem nos padrões de estima colocados por eles e, de outro, que indivíduos, principalmente os que ocupam posições desqualificadas, construam uma imagem positiva de sua contribuição social. Dupla indicação que inibe as lutas por reconhecimento, por limites externos e internos aos sujeitos, impedindo a possibilidade apontada por Honneth da efetivação de processos que contribuam para o progresso moral, o qual ocorreria a partir da discussão pública dos potenciais normativos inscritos nas diferentes esferas do reconhecimento.

Complementando a discussão realizada até o momento, outros intelectuais também contribuem para a reflexão sobre o tema e corroboram o argumento colocado acima. O diagnóstico de Pinto (2008) parte da ideia que atualmente no Brasil o reconhecimento é estabelecido externamente pelas políticas públicas e não por um processo de autorreconhecimento e luta social, como é colocado na teoria do reconhecimento de Honneth. Assim, tais políticas inibiriam a constituição dos sujeitos enquanto agentes políticos:

O elo perdido parece ser o processo de construção de discurso, ou apropriação de elementos discursivos, por parte daqueles excluídos sociais, para que no espaço

público<sup>18</sup> eles possam constituir-se como o promotor da ação social a partir de sua própria construção como agente, concomitante às demandas a ao aparecimento de espaços e possibilidades políticas de reconhecimento (PINTO, 2008, p.48).

Freitas (2010) aproxima sua argumentação de Souza e coloca que foi naturalizada, pelos sujeitos das classes baixas, a construção da identidade com menor valor, fato que impossibilita a efetivação da cidadania. Neste caminho, também se coloca Mayer (2007), o qual aponta que o processo de desqualificação social a partir das ocupações dificulta a participação política. De outro lado, Benevides (2011) não privilegia o entendimento da questão a partir da divisão entre grupos sociais, mas argumenta que o modelo do pesquisador alemão não pode servir como base para análise e avaliação da sociedade brasileira porque esta estaria imersa, desde o período colonial, em uma cultura do favor:

Ocorre que a cultura do favor mina exatamente aquela esfera da autonomia pessoal e da liberdade negativa proporcionada pelas leis e, portanto, a possibilidade de uma maior individuação que, segundo Honneth, está na própria base da evolução das sociedades. Entre nós o favor mina pela base justamente na possibilidade de colocação pública da vontade, na medida em que aquele que aceita o favor coloca-se imediatamente na condição de dependente (BENEVIDES, 2011, p. 6).

Em síntese, estes pesquisadores evidenciam a precedência do sentimento de dignidade (e da efetivação deste através da cidadania) sobre o reconhecimento, pois somente a partir daquele o empenho das lutas poderia ser efetivado, condição que não estaria estabelecida no Brasil. Neste sentido, a teoria do reconhecimento de Axel Honneth partiria de um pressuposto inexistente, ou seja, que os três padrões de reconhecimento representam modelos normativos incorporados por todos os sujeitos na sociedade moderna. Não estando tal condição estabelecida, o modelo teórico do reconhecimento apresenta limitações. Reflexão que propicia a elaboração de uma crítica aos escritos de Axel Honneth, munindo elementos para a construção de um modelo de análise reeditado.

Assim, a partir deste momento, focaliza-se a elaboração de um escopo analítico, que

---

<sup>18</sup>O autor usa indistintamente os conceitos de espaço público e esfera pública, entendendo-os no sentido habermasiano, ou seja, “*como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos*” (HABERMAS, 1968, p. 92). Em outros termos o conceito poder ser definido como um espaço de luta para estruturação, exercício e legitimação do poder composto pelos meios de comunicação de massa, sociedade civil e espaços comunicativos primários (COSTA, 1997).

parte da teoria do reconhecimento de Honneth, mas a reelabora, buscando encontrar indicações que permitam observar o ensejo às lutas por reconhecimento na realidade brasileira, de forma que respeite as peculiaridades locais do fenômeno. Para tanto, a partir das críticas relativas à teoria de Honneth, já evidenciadas, promove-se agora uma retomada do modelo analítico do autor. Privilegia-se, de um lado, a centralidade do processo comunicativo na teoria do reconhecimento no que se refere à formação dos sujeitos, entendendo que são nas relações intersubjetivas empenhadas no cotidiano que os atores constroem o olhar a partir do qual vão julgar a si, ao mundo e às situações por eles enfrentadas. De outro lado, retoma-se o padrão normativo a partir do qual Honneth entende que os sujeitos julgam estas situações, o qual está colocado nas três esferas do reconhecimento – amor, direito e solidariedade.

Considera-se, assim como Honneth, que o processo comunicativo cotidiano se constitui pelo compartilhamento de valores, a partir dos quais os sujeitos avaliam as injustiças. Assim, evidenciam-se alguns elementos das vivências habituais de populações fragilizadas socialmente – pois deste universo fazem parte os associados dos EES estudados nesta dissertação – buscando-se contemplar o universo simbólico cotidiano em que estas estão inseridas. As referências para estabelecer este panorama estão em Kuhn (2007), do qual se privilegia três pontos indicados nas conclusões de seu estudo sobre a condução da vida cotidiana por populações pobres: 1) as exigências em relação à atuação no mundo por parte dos sujeitos são construídas a partir do universo familiar, tendo limitado contato com contextos alheios; 2) a falta de reconhecimento proporciona uma imagem negativa, a qual fica vinculada a uma autorresponsabilização; 3) o universo político é rechaçado pelos sujeitos, constituindo uma inserção insuficiente na esfera pública.

Quanto ao primeiro aspecto, em geral, para os sujeitos em situações de vulnerabilidade social a casa e a comunidade constituem-se como a referência das expectativas sobre si mesmo. Assim, nestas comunidades, é comum a baixa escolaridade, empregos desqualificados, padrões de ação relacionados à violência e uma referência forte ao cuidado familiar (KÜHN, 2007, p.310). Estes elementos constroem habilidades não valoradas no universo cívico, formando dificuldades de inserir-se neste e entender-se como um par de interação com igualdade de direitos. As dificuldades enfrentadas na escola e na obtenção de empregos, por exemplo, constroem uma autoimagem desqualificada, fundamentada na falta de reconhecimento do valor. Esta permite que diante das situações cotidianas os sujeitos utilizem o filtro da personalidade, tanto para atribuir reconhecimento a alguém, quanto para demandar reconhecimento a alguém. Ou seja, se o sujeito for insultado por alguém que

considera **um igual**, entende que tal ato é um desrespeito, gerando provavelmente o sentimento de indignação, a partir do qual tomará alguma atitude (nestes conflitos, não é raro que o padrão de justiça tenha como mote a violência, a hierarquia ou a noção de cuidado). Entretanto, se o insulto viesse de um sujeito que o ator considera moralmente superior, provavelmente o conflito seria ignorado, ou nem mesmo seria vivenciado como tal.

Ainda com relação aos constrangimentos estabelecidos no cotidiano, Kühn (2007) conclui que a adaptação em situações difíceis é considerada, pelos desfavorecidos, como um mérito. Neste sentido, mesmo que os sujeitos sintam-se prejudicados pelo não reconhecimento, por exemplo, atua uma autorresponsabilização que não comporta a busca por um coletivo que colocasse esta demanda na esfera pública. Assim, as dificuldades enfrentadas não são entendidas como um desrespeito a direitos. Além disso, agrega-se uma descrença nos políticos e nas instituições democráticas. Portanto, desde participações relativas ao futuro do próprio bairro até a participação em uma manifestação política, estão distantes da vida cotidiana dos atores e são entendidas por eles como destituídas de importância (KÜHN, 2007). Fato que demonstra a descrença nas instituições democráticas e a inabilidade para com elas, como também evidencia Souza (2006), impedindo que a referência cívica seja estabelecida.

Tais problematizações permitem avançar na reflexão relativa ao reconhecimento. Segundo Honneth (2003), os sujeitos têm uma necessidade ontológica de se sentirem reconhecidos, a forma como este se efetiva no tempo é que varia. Assim, atualmente o reconhecimento se materializaria nas três esferas – amor, direito e solidariedade –, as quais seriam a fonte de autorrealização. Entretanto, considerando que no Brasil os sujeitos estudados têm suas identidades desfavorecidas e normalmente não logram reconhecimento nas três esferas, a pergunta que se coloca é a seguinte: Que outros modelos normativos, e logo, padrões de reconhecimento, orientam a experiência dos *“humilhados, oprimidos, não reconhecidos”* (SOUZA, 2006, p.18)? Tal questão auxilia a corroborar a crítica ao pressuposto do autorreconhecimento (no sentido de todos considerarem-se dignos de reconhecimento) dos sujeitos em Honneth. Contudo, considera-se que o autoreconhecimento inexistente é somente este relacionado ao modelo cívico – que está vinculado aos termos a partir dos quais Honneth coloca o reconhecimento na esfera do amor, do direito e da solidariedade. Ou seja, o que se defende nesta dissertação é que todo o sujeito reconhece em si um valor importante para a sociedade, mas este estaria pautado em outros padrões de justiça invisibilizados pelas teorias expostas até o momento. Com essas afirmações não se está

argumentando que os sujeitos ignoram como legítimos o modelo de justiça deste universo cívico e logo, os padrões de reconhecimento apontados por Honneth. Entretanto, acredita-se que estes são ativados somente em situações nas quais a personalidade permitiria. Neste sentido, às vezes, o sujeito percebe alguma injustiça ou constrangimento (nos termos de Honneth), mas sabe que dentro do contexto em que se encontra ela é moralmente justificada, fator que inviabiliza a emergência da culpa ou da indignação.

A modelização de Honneth comporta somente **um** ideal de justiça – o qual se apresenta como modelo a ser alcançado por todos – o cívico. Característica que relativiza o argumento, construído pelo autor, que considera o seu conceito de justiça plural. Há uma flexibilização feita pelo próprio autor que se expressa no caráter histórico e cambiante da normatividade das três esferas do reconhecimento, entretanto, esta segue apenas uma lógica, a cívica. Honneth não considera em suas elaborações outros regimes de ação existentes na realidade social, fato que o leva, como já se argumentou, a negligenciar um universo significativo de relações sociais permeadas por outras concepções de reconhecimento.

A partir destas críticas, pretendeu-se, no modelo de análise exposto, encontrar as concepções dos próprios sujeitos sobre as situações de injustiça, percebendo em que medida, aproximam-se ou não do modelo estabelecido por Honneth. Para lograr tais pretensões ignora-se o conceito de justiça cívico, vinculado às três esferas do reconhecimento, e investiga-se os conflitos que os sujeitos consideraram promotores de reflexão moral. Neste sentido, abre-se uma gama de possibilidades de olhares para serem descritos analiticamente. Acredita-se que tal postura pode auxiliar no diálogo entre os sujeitos e na promoção da percepção das possibilidades de escolhas quanto aos regimes de ação que orientam a forma como os fatos são vivenciados, pois é a possibilidade, para as pessoas, da passagem de um regime de ação a um outro que introduz um certo grau de liberdade nas suas ações (BENÁTOUÏL, 1999, p.11).

Diante dessas reflexões foi possível considerar um novo olhar sobre o esquema de análise proposto por Honneth. Assim, não se elaboram novas categorias, mas empenha-se naquelas, as quais foram retiradas das elaborações do autor, uma abertura. Em síntese, no esquema da luta por reconhecimento de Honneth, tem-se: **pretensões de subjetividade, constrangimento, vergonha social, meio social disponível e luta por reconhecimento.** Estas elaborações foram ampliadas e reformuladas, tendo como norte as críticas feitas ao autor, a partir do contexto brasileiro. Em síntese, a principal problematização refere-se à

categoria vergonha social, a qual foi retirada do modelo de análise utilizado nos EES. Entendendo que a vergonha social, no sentido honnethiano, era, muitas vezes, inexistente, considerou-se que seria necessário partir de outra categoria para entender o caminho traçado pelo sujeito que lhe promovia o ensejo da luta por reconhecimento. Considera-se que a vergonha social é o substrato para luta, entretanto, pode nunca constituir-se enquanto tal porque, como já foi evidenciado, no Brasil admitem-se desigualdades. Assim, entendeu-se que o central para o empenho de lutas é a inserção em um meio social disponível, pois este, auxiliando o sujeito a mudar seu horizonte valorativo, pode ressignificar as próprias experiências de vergonha, tornando-as o substrato motivacional para as lutas por reconhecimento. As elaborações aqui empenhadas não deslegitimam as argumentações de Honneth, mas as complementam, para tornar possível a análise do substrato motivacional para o reconhecimento no contexto brasileiro.

Assim, optou-se inicialmente por não limitar a ideia de humilhação social nas situações determinadas por Honneth, a saber, violação, privação e exclusão. Esta escolha permitiu que os conflitos e, logo, as pretensões de subjetividade que eles feriam, fossem mapeadas abertamente, ou seja, buscou-se identificar as capacidades positivas que os sujeitos acreditam ter e quais sonhos formulam para si e seu entorno. Assim, foi possível acessar o universo valorativo a partir do qual os atores refletem, agem e se reconhecem como úteis. Logo em seguida, identificou-se os constrangimentos que o sujeito classificava como impeditivos às suas pretensões de subjetividade. Destes, privilegiou-se os que tiveram a capacidade de provocar reflexões morais, as quais, em muitos casos, reorientaram a forma de vida dos atores. Como já foi evidenciado, tal formulação serve para substituir o conceito de vergonha social em Honneth, o qual tinha um caráter condicionado pela ordem cívica, sem eco nos atores entrevistados.

Em comum com as ideias do autor alemão, está a importância dada ao estabelecimento de um conflito, entretanto, este aqui não é entendido como o que promove lutas por reconhecimento no sentido cívico. O que o conflito nos demonstra é o padrão de reconhecimento sem o qual os atores não podem viver. Ou seja, o modelo normativo que orienta a sua vida cotidiana. Pondera-se que nos diferentes momentos enfrentados nas comunicações intersubjetivas, os atores utilizam diferentes padrões normativos pois, como coloca Cardoso de Oliveira, a personalidade condiciona a escolha do senso de justiça utilizado pelos envolvidos nas situações de conflito. Entretanto, mapeando os **constrangimentos** que

os sujeitos consideraram centrais na sua vida, encontram-se elementos do padrão normativo que orienta de forma predominante sua ação no mundo, sem o qual não logra autorrealizar-se. Assim, as categorias **pretensões sociais de subjetividade** e **constrangimentos** auxiliaram a provar que existem modelos normativos que se diferenciam do colocado na teoria honnethiana. Indicações que têm importância, por sublinhar que a aplicação das teorias do reconhecimento em realidades periféricas deve ser sempre reformulada para a realidade local.

Entendendo que estão reeditadas as pretensões de subjetividade e os constrangimentos, tratava-se de dar conteúdo para o meio social disponível. Este constitui-se como uma categoria central para a pesquisa em questão porque é a passagem neste espaço que poderia provocar câmbios morais e engajamento em lutas por reconhecimento. Sendo estas fruto de um horizonte valorativo cívico, o primeiro ponto a ser considerado em relação ao meio social disponível é que o mesmo deve proporcionar vivências nas quais a igualdade seja o valor fundamental. Neste sentido, o primeiro passo foi perceber se os próprios sujeitos indicavam algum espaço que havia transformado suas percepções de vida e que tivesse como premissa as normativas democráticas. De outro lado, quando não identificam nenhum coletivo que auxilie sua transformação, o privilégio da análise foi dado às percepções que os sujeitos tinham em relação ao seu coletivo de trabalho, ou seja, ao empreendimento econômico solidário.

O segundo movimento foi observar como o sujeito vivenciava o EES ou o local que lhe proporcionou os câmbios. As variáveis entendidas como promotoras de câmbios morais partiram das elaborações de Cardoso de Oliveira, assim como, de Honneth. O primeiro defende que um universo cívico é construído quando a lógica da **esfera pública** – vinculada ao universo discursivo no qual os argumentos das demandas são publicizados e ficam sujeitos à discussão pública – ingressa também no espaço público – vinculado ao universo cotidiano onde as interações intersubjetivas acontecem (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004a). Neste sentido, considerando que os EES estão colocados no universo cotidiano, pretende-se perceber em que medida eles promovem experiências de debate no próprio empreendimento, assim como, com o todo social. Por outra parte, toma-se como referência, para caracterizar um meio social disponível, as assertivas de Honneth que referem à resistência comum como geradora de **solidariedade** entre um grupo, o qual promoveria um reconhecimento antecipado das habilidades dos sujeitos:

Abre-se assim para o indivíduo uma forma de manifestação com base na qual ele pode convencer-se indiretamente do valor moral ou social de si próprio: no reconhecimento antecipado de uma comunidade de comunicação futura para as capacidades que ele revela atualmente, ele encontra respeito social como a pessoa a quem continua sendo negado todo reconhecimento sob as condições existentes (HONNETH, 2003, p. 259).

Ou seja, somente a partir desta estima prévia é que os integrantes de um grupo teriam vontade de se engajar para lutar por seus direitos na esfera pública. Assim, nesta variável tem-se como principal indicador a reciprocidade. Ou seja, em que medida as trocas de saberes e o compartilhamento dos problemas possibilitam a emergência de um respeito entre todos que define a qualidade do laço existente entre os integrantes do EES. Além da esfera pública e da solidariedade (entendida como reconhecimento antecipado ou reciprocidade), pontua-se outros elementos para os quais se deve orientar a atenção por constituírem-se como a base do modelo cívico, a saber: **igualdade, liberdade e fraternidade**<sup>19</sup>. Assim, busca-se perceber se tais premissas formam recurso moral para justificação das desigualdades no interior dos EES e nos espaços em que os associados transitam a partir deste. Ou se, ao contrário, os sujeitos continuam a vivenciar nestes coletivos e no universo simbólico de seu entorno uma indistinção entre direitos e privilégios.

Por fim, propõe-se mais uma categoria – além de **pretensões de subjetividade, constrangimentos, meio social disponível** (solidariedade e esfera pública) -, a qual se denomina **novas pretensões de subjetividade**. O mapeamento destas, que se caracterizam pelos sonhos construídos pelos sujeitos após a entrada no EES, serve como indicação da importância dos coletivos laborais na inserção dos sujeitos em um modelo cívico. De outro lado, quando não houve novas pretensões de subjetividade é porque o EES não se constituiu como um meio social disponível para determinado sujeito e, neste caso, pode-se testar as variáveis, ou seja, observar se o sujeito teve vivências de reconhecimento antecipado e a participação na esfera pública. Esforço que garantirá o controle sobre a hipótese de que um meio social disponível ao reconhecimento seria formado pelas variáveis indicadas na frase anterior.

---

<sup>19</sup>Estas três palavras formam o lema da Revolução Francesa, a qual é considerada um marco histórico do início da modernidade.

Com este instrumento teórico-metodológico acredita-se ampliar a “*gramática moral dos conflitos sociais*”<sup>20</sup>, tornando-a mais próxima das justificações que os próprios sujeitos formulam em relação às suas ações. Além disso, o trabalho possibilitará entender melhor o que seriam espaços disponíveis para inserção dos sujeitos na lógica cívica, fator importante no que diz respeito a formular possibilidades de aproximação da esfera pública com o espaço público, tensão característica da sociedade brasileira, segundo Cardoso de Oliveira (2004). Com relação a este aspecto, no próximo capítulo, busca-se interpretar como os EES se caracterizam como potenciais espaços para ensinar a lógica cívica. Por fim, salienta-se que a abertura colocada no modelo de análise traz a possibilidade da percepção de outros padrões normativos orientando a vida dos sujeitos, entretanto, deixa-se claro que não será possível reconstruir estes, pois não haveria tempo para lograr tal intento nesta dissertação. Mesmo sem esta contribuição, acredita-se que a própria visibilização da existência de padrões alternativos já se configura como significativa ao universo acadêmico, podendo incitar o ensejo por esta empreitada em outros investigadores.

---

<sup>20</sup>Frase que faz referência ao título do livro de Honneth (2003) “Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais”.

### 3. CAPÍTULO 2 – ECONOMIA SOLIDÁRIA: ENTRE O REAL E O IDEAL

Este capítulo tem como objetivo principal elucidar porque os EES seriam espaços sociais disponíveis para ensejar lutas por reconhecimento. Como foi evidenciado no capítulo anterior, a teoria do reconhecimento de Honneth parte do pressuposto de uma igualdade mínima que permitiria aos sujeitos identificar situações de desrespeito – violação, privação e degradação – e lutar por reconhecimento. Entretanto, considerando que no Brasil são admitidas desigualdades morais, este processo nem sempre se efetivaria. Assim, os sujeitos necessitariam de meios sociais que auxiliassem a estabelecer o sentimento de igualdade ou, quando este já está colocado, a transformar demandas individuais em reivindicações sociais, para que as lutas por reconhecimento pudessem emergir. O argumento aqui traçado defende que os EES têm potencial para promover a construção ou o fortalecimento, nos associados, de uma lógica cívica, pois os princípios de justiça colocados nas dinâmicas internas e externas à organização laboral fazem referência ao bem comum, estabelecido a partir de um processo discursivo com sujeitos em igualdade de direitos.

Observa-se que a revisão bibliográfica aqui incorporada não teve a pretensão de incluir a totalidades dos estudos que focalizam o tema. Ao invés disso, empenha-se, em cada uma das partes, a retomada de elementos que pudessem dar conta do argumento aqui defendido, ou seja: os EES como espaços privilegiados para a construção ou promoção da lógica cívica. Assim, pretende-se caracterizar o objeto empírico incluindo seu universo político, econômico, social e simbólico. Tal abordagem se justifica porque a Economia Solidária, segundo Lechat (2004), emerge como um misto de ideal e realidade no qual uma multiplicidade de agentes (intelectuais, universidades, partidos políticos, igrejas, sindicatos, movimentos, organizações não governamentais, EES e Estado) influencia na construção do conceito e das práticas, as quais teriam como base:

Um consenso ideológico no que diz respeito a uma crítica radical do neoliberalismo, e até do sistema capitalista, uma proposta de democracia participativa e solidária, além da busca de soluções para populações marginalizadas na perspectiva de um desenvolvimento sustentável (LECHAT, 2004, p.4).

Entende-se que a Economia Solidária não pode ser tratada como um simples objeto

de estudo, no qual bastaria a revisão das investigações empíricas realizadas sobre o tema. Assim, é preciso incluir nas reflexões seus teóricos e as concepções do movimento, pois estas fazem parte do universo que permeia o empreendimento, influenciando as dinâmicas e os conflitos do próprio coletivo. Além disso, esta revisão plural é fundamental para se encontrar evidências quanto a uma lógica cívica, permeada pela igualdade e pela luta por direitos com vistas ao bem comum.

Visando cumprir os objetivos colocados, o capítulo se divide em quatro partes que pretendem: a) evidenciar o histórico da ES, contextualizando sua emergência no Brasil; b) descrever as formulações teóricas de Singer, Coraggio, Laville e Santos, os quais buscam interpretar o significado social que tais experiências poderiam tomar na atualidade; c) elucidar um panorama das pesquisas empíricas realizadas no Brasil, privilegiando a análise dos segmentos em que se inserem os grupos estudados nesta dissertação – artesanato, confecção e reciclagem e; d) empenhar uma caracterização dos EES visitados no trabalho empírico visando demonstrar como o universo **ideal e real**, demonstrado nas seções anteriores, se interpela na vivência cotidiana dos associados. Com esta estrutura, que caminha da abstração teórica e histórica até o chão de fábrica, ou seja, a vivência cotidiana dos EES estudados, acredita-se demonstrar o universo (simbólico, político, cultural, econômico e social) em que o objeto de estudo está imerso e a relação que este tem com o padrão normativo cívico.

### 3.1. O ideal solidário: uma contextualização histórica do fenômeno

Na maioria dos materiais revisados as origens históricas atribuídas à ES vinculam-se ao ideal associativo. Este foi colocado desde o século XIX pelos socialistas utópicos, os quais tinham na autogestão, com ênfase na coordenação coletiva dos meios de produção, o principal caminho para alcançar o socialismo (FILHO, 2001). Tal orientação ideológica, em conjunto com o contexto histórico da época, inspiraram diferentes experiências, as quais, segundo Lechat (2004), podem ser resumidas nas seguintes manifestações: as cooperativas fundadas pelo movimento operário, as quais foram posteriormente extintas pela classe patronal; as comunidades nos Estados Unidos e Inglaterra que tinham como mentor Robert Owen; os pioneiros de Rochedale que criaram uma cooperativa de consumo, a qual estabelece os princípios cooperativistas<sup>21</sup> vigentes até os dias atuais; e as comunas que pretendiam praticar a

---

<sup>21</sup>Estes princípios são: vínculo aberto e voluntário; controle democrático pelos membros; a participação econômica dos membros; a autonomia e independência em relação ao Estado e outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade onde está

solidariedade em todos os âmbitos da vida (GAIGER; LAVILLE, 2009).

Entre as experiências indicadas e a atual emergência da Economia Solidária impõe-se uma significativa lacuna temporal, a qual será interpretada a partir das considerações de Laville (2008). Para o autor o ponto comum entre as manifestações associativas do século XIX, inspiradas na tradição socialista, e as experiências atuais, é a presença nestas atividades de uma solidariedade que classifica como democrática, a qual seria caracterizada por ações coletivas que pressupõem igualdade de direitos entre os membros e que têm como princípio vincular economia e sociedade. Este conceito é desenvolvido em contraposição à solidariedade filantrópica, a qual parte de um compromisso social fundado na ação benevolente. Neste sentido, desde 1850 concorrem dois tipos de solidariedade, podendo esta última converter-se em instrumento de poder e dominação, devido à sua própria dinâmica: *“doação sem reciprocidade, que só permite, como única volta, uma gratidão sem limites, criando uma dívida que não pode ser honrada pelos beneficiários”* (LAVILLE, 2008, p.23).

Depois de 1848, devido à repressão do movimento operário, as experiências em que prevalecia a solidariedade democrática sofreram um retraimento. Neste contexto, segundo Laville (2008), surgem os solidaristas, os quais defendem a predominância, no corpo social, de uma luta de todos contra todos. Esta deveria ser regulada pelo Estado através da institucionalização de uma solidariedade que garantisse a repartição equilibrada de recursos. Postura que acaba reforçando a economia de mercado e a aposta na filantropia, inibindo as alternativas autogestionárias gestadas pelos trabalhadores. Como consequência deste processo ocorre uma separação do econômico e do social, a qual se funda na coligação entre Estado e mercado. As iniciativas europeias que se vinculavam ao ideário associativo (associações, cooperativas e mútuas) acabam inserindo-se nesta lógica dualista, ou seja, perdem seu caráter de resistência para manterem-se no mercado e empenham um processo de institucionalização junto ao Estado, para garantir benefícios. Assim, abandonam a perspectiva da transformação social colocada em sua fundação:

Por um lado a economia social não pôde impulsionar uma transformação social. Concebendo-se a partir da centralidade do modelo cooperativo, representando-se como um conjunto de empresas coletivas, que devem impor-se ao mercado para convencer da necessidade da sua existência, tranca-se numa visão de mudança pela consolidação das experiências econômicas, como se o

---

localizada a cooperativa (SANTOS, 2005, p.34)

valor do exemplo fosse suficiente para difundir o modelo. O relativo sucesso econômico teve, em contrapartida, o retraimento do projeto de mudança social (...) o resultado lógico da trajetória de uma economia social que limitou a sua dimensão sócio política aos funcionamentos internos das organizações (LAVILLE, 2008, p. 29).

O principal argumento de Laville (2008) refere-se a uma renúncia da esfera pública por parte destas organizações, as quais acabam reafirmando o social como responsabilidade estatal. Apesar das significativas diferenças, esta configuração se mantém durante todo o final do século XIX, no qual predomina o liberalismo, assim como até meados do século XX, onde predomina o keynesianismo. Será a partir do neoliberalismo, quando o Estado se retrai, tendo a desigualdade e a exploração intensificadas, que tornam a emergir protestos a partir das organizações coletivas que vinculam economia e política. No final do século XX, os novos movimentos sociais e experiências associativas das mais diversas retomam a solidariedade democrática germinada no início do século XIX. Laville (2008) aponta o Fórum Social Mundial como um exemplo das manifestações correntes, nas quais economia, política e solidariedade são vinculadas, servindo tanto para criticar o modelo de globalização como para incitar outras formas de produzir associativamente. Em síntese, o autor defende que, nestas últimas décadas, voltam a emergir na Europa e na América Latina práticas que têm como fundamento a igualdade e a luta por direitos, renovando o engajamento e a possibilidade de incidência sobre as deliberações públicas.

Uma das manifestações que mais se aproxima das experiências do século XIX, não somente em termos do engajamento em uma solidariedade democrática, mas também no que se refere aos formatos organizacionais, é a economia solidária. Neste sentido, é possível indicar que sua gênese está vinculada às formas de resistência do século XIX, junto a um atual processo de recessão capitalista. Entretanto, para além destes elementos, Gaiger e Laville (2009) apontam como fatores promotores destas organizações a ineficiência do socialismo real – que teve como consequência a busca por novas possibilidades de transformações históricas – congregada à multiplicação das bandeiras de luta dos movimentos sociais e a questões mais específicas como: *“o grau de compatibilidade entre as práticas costumeiras de economia e os formatos associativos, o passado de cooperação das categorias sociais envolvidas e a presença de lideranças genuínas”* (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 166).

Além de um vínculo histórico colocado nas experiências associativas europeias do século XIX, com as quais a ES teria uma ligação predominantemente ideológica, os

estudiosos do tema também se referem a movimentos atuais nos quais as organizações associativas poderiam ser filiadas. Com relação a estes, importam particularidades específicas na Europa e na América Latina. Nesta última, a emergência da ES, nas últimas décadas, estaria relacionada à forte presença da economia popular. Esta seria caracterizada de forma controversa pelos autores<sup>22</sup>, mas tem como elemento comum a mobilização da força de trabalho para lograr a reprodução ampliada da vida, sem exploração alheia (TIRIBA; ICAZA, 2009). Tal perspectiva pretendeu complexificar a análise que classificava as práticas dos setores populares como informal e precária. O principal argumento para essa ressignificação é que estas atividades estariam vinculadas a uma lógica específica, ligada a oikonomia, que significa cuidado da casa. Ou seja, uma lógica que visa à sustentabilidade de todos e não à maximização do lucro, configurando uma base local, vinculada à família e à comunidade (TIRIBA; ICAZA, 2009; LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004). Em relação a estas iniciativas, a ES seria um prolongamento das relações de reciprocidade, incorporando questões políticas e sociais às questões econômicas, a partir de uma maior capacidade de organização coletiva:

Tais características conferem um padrão distinto ao das modalidades predominantes de economia popular, em que estão em jogo necessidades imediatas de sobrevivência ou, quando muito, a preservação de meios de subsistência num quadro inalterável de pobreza e dependência (GAIGER, 2009, p. 183).

Laville e França Filho (2004) colocam que na Europa a solidariedade democrática ressurge, nos termos de uma ES, pela exclusão social, pela crise do emprego e da socialização. É importante observar que este continente manteve durante todo o século XX o que se convencionou chamar de Economia Social, a qual alguns autores consideram como parte da ES e outros, como Laville, entendem que sua especialização, profissionalização e institucionalização caracterizam um universo de experiências distinto. Enquanto esta incluiria fundações, cooperativas, mutuais, organizações associativas e empresas sociais (com possibilidade de gestão mista – público/privada) que não têm como principal objetivo o lucro (DEFOURNY, 2009), a economia solidária teria como finalidade uma *“inserção política e objetivos sociais que concorrem para a afirmação de ideais de cidadania”* (LAVILLE;

---

<sup>22</sup> Estas diferentes perspectivas podem ser vistas em Tiriba e Icaza (2009).

FRANÇA FILHO, 2004, p. 178), tendo sua principal expressão nos serviços de proximidade, comércio justo, finanças éticas e empresas sociais, quando estas empenham uma inserção na esfera pública.

Em síntese, atualmente as organizações associativas compartilhariam uma racionalidade substantiva, vinculada a valores, em contraposição a uma racionalidade utilitária, relacionada à reprodução ampliada do lucro (GAIGER; LAVILLE, 2009; CORAGGIO, 2007; LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004). Além disso, as iniciativas circundantes ao conceito incluiriam uma dimensão política, caracterizada pela inserção na esfera pública, e social, voltada à solução de problemas locais (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2006). Como características dos EES, Laville e França Filho (2004) apontam: uma pluralidade de princípios econômicos; a democratização dos processos decisórios; uma sociabilidade comunitário-pública; e uma finalidade multidimensional (social, cultural, ecológica e política), a qual garantiria sua inserção na esfera pública. Em termos de formato, os coletivos podem ser<sup>23</sup> ONGs, fundações, instituições de finanças solidárias, bancos populares, clubes de trocas, além de experiências associativas de produção, prestação de serviços ou consumo (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004).

No Brasil o termo ES foi cunhado no final da década de 1990 quando houve o crescimento de organizações coletivas autogestionárias que visavam à geração de renda. Tais experiências existiam previamente à emergência da conceitualização, entretanto, será principalmente a partir do reconhecimento público das peculiaridades destas organizações, por parte de intelectuais e das próprias instituições de fomento, que as mesmas se multiplicaram. Os empreendimentos mais antigos são referenciados em relação às iniciativas da Igreja Católica, que na década de 1980 trabalhava com os PACs (Projetos Alternativos Comunitários), ou ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), que incentivava a formação de cooperativas nos assentamentos. Na década de 1990 este processo se fortalece, destacando-se instituições como a Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Cogestão), as ITCPs (Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) e iniciativas da CUT (Central Única de Trabalhadores) compostas pela ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), UNISOL

---

<sup>23</sup>É importante esclarecer que para autores como Gaiger (2009) os EES não incluem ONGs, tendo como filtro a geração de renda, junto ao formato associativo e autogestionário.

(Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) e ECOSOL (Cooperativa Central de Crédito e ES) (LEITE, 2009). Neste século, se sobressai o processo de institucionalização em âmbito Federal pois, no ano 2003, a partir de discussões desenvolvidas no Fórum Social Mundial, é fundado o Fórum Brasileiro de ES e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Ambas as organizações trabalham em conjunto, a primeira diagnosticando as demandas do campo – além de organizar redes, feiras, conferências, formações, etc. – e a segunda, instituindo políticas de apoio que abarcam questões relativas à formação, legislação, fomento às redes, incubação, assistência técnica, finanças solidárias, etc. (SENAES, 2010).

Com estas sintéticas informações, que empreendem uma contextualização da ES entre o séc. XIX até os dias atuais, indicando, ainda, elementos da realidade brasileira, espera-se ter evidenciado o apelo cívico destas organizações. Este está presente desde as primeiras experiências autogestionárias, as quais, inspiradas nos socialistas utópicos, propunham relações de produção igualitárias com vistas a fundar uma sociedade mais justa, até o objetivo principal dos programas da SENAES:

O objetivo principal do programa é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Este objetivo está relacionado aos objetivos do governo federal de promover a inclusão social e a redução das desigualdades, e aos objetivos da política setorial do Ministério do Trabalho e Emprego de expandir a economia solidária como alternativa para o desenvolvimento do país<sup>24</sup>.

Aqui o senso de justiça ainda é pautado na igualdade, pela via da redução das desigualdades. Incluem-se, para tanto, termos como inclusão social, direito ao trabalho associado e estratégias solidárias de desenvolvimento. Políticas públicas que foram construídas em conjunto com os EES, suas representações e movimentos sociais. Estes últimos, criação do próprio mundo cívico, no qual a premissa da igualdade permite a reivindicação. Ainda, como já foi referido, o universo da ES estaria permeado, segundo Laville (2008), pelo conceito de solidariedade democrática, que incorpora reciprocidade e reivindicação, ou seja, estima e dom, só possíveis de serem demandados no mundo moderno,

---

<sup>24</sup>Texto consultado em 20/02/12 retirado da seguinte página:  
[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_objetivos.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_objetivos.asp)

no qual predomina a ordem cívica.

### 3.2. O ideal solidário: um modelo cívico sob diferentes olhares

Dentre os autores que buscam entender o significado social da ES no contexto histórico atual, destacam-se: Singer, Laville, Coraggio e Santos. A escolha por estes estudiosos considerou sua representatividade, já que compõem as referências mais citadas no assunto, assim como a multiplicidade de suas nacionalidades, fator que traz indicações quanto à amplitude do fenômeno. Além disso, apesar do entendimento comum dos pesquisadores sobre a ES, o qual contempla uma ampliação da capacidade organizativa dos trabalhadores junto a uma racionalidade específica permeada por valores, foi possível identificar focos distintos em suas teorias. Assim, a diversidade proporcionou uma demonstração mais completa quanto ao cunho cívico que é atribuído a essas iniciativas. Observa-se ainda que as sínteses realizadas nesta dissertação não tiveram a intenção de dar conta de toda a produção dos investigadores, mas identificar assertivas que sublinhassem elementos importantes para o argumento desenvolvido neste capítulo. Logo, não serão evidenciadas as críticas realizadas aos estudiosos da ES escolhidos, pois se considera que estas não somariam à linha argumentativa, a qual descreve as abstrações sobre o fenômeno com a função de evidenciar mais um indicativo do universo simbólico que permeia o cotidiano dos EES.

#### 3.2.1. Paul Singer<sup>25</sup>

Para o pesquisador brasileiro convivem no universo social diferentes modos de produção: o simples – os agentes têm os meios de produção e distribuem a mesma (tem nos artesãos, agricultores familiares e pequenos comércios seu exemplo típico); o capitalista – alguns possuem os meios de produção, outros trabalham para os proprietários destes e o mercado distribui os bens (as grandes empresas representariam a organização principal); e a economia solidária – os trabalhadores são proprietários dos meios de produção e se engajam em um processo cooperativo que se utiliza do mercado para redistribuir (pequenas cooperativas de produção seriam o modelo típico). O modo de produção solidário é entendido ainda como uma superação do sistema de produção simples e do capitalista, unindo elementos de ambos, mas baseado em uma lógica distinta, a qual teria como objetivo garantir condições

---

<sup>25</sup>Atual secretário da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e professor titular da USP (Universidade de São Paulo).

de vida digna para todos (SINGER, 2007).

Para justificar as virtuosidades do modelo solidário, a argumentação do autor é formulada a partir da contraposição deste com um desenvolvimento capitalista. Assim, enquanto esse teria como motivação principal a obtenção do lucro, funcionando a partir do grande capital que trabalha em uma perspectiva concorrencial, o desenvolvimento solidário visaria à satisfação das necessidades de todos a partir de pequenas unidades de produção associadas, as quais estariam vinculadas a valores de igualdade, cooperação e ajuda mútua (SINGER, 2004).

Diante da atual hegemonia capitalista o autor coloca que a ES poderia funcionar como uma pressão reguladora, a qual deveria pautar a inserção de todos no mundo do trabalho, recorrendo para tanto a justificativas éticas. Tal objetivo não impede que o ensejo pela substituição do modo de produção predominante ainda permaneça:

A economia solidária propõe abolir o capitalismo e a divisão de classes que lhe é inerente. A economia solidária é atualmente concebida como uma economia de mercado, em que os cidadãos participam livremente, cooperando e competindo entre si, de acordo com os seus interesses e os contratos que celebram (SINGER, 2004, p. 10).

Nesta perspectiva de ES, o Estado é central pois, diante da concorrência entre organizações autogestionárias, condição imanente ao mercado, somente o poder governamental poderia regular o sistema, garantindo um crescimento equitativo. Apesar das dificuldades, considera que este modelo ideal vem expandindo-se na realidade social. Para fundamentar tal assertiva inclui a discussão dos distritos industriais e dos complexos cooperativos, pois acredita que neles, em certa medida, atuam lógicas solidárias que poderiam ser potencializadas.

Uma diferença significativa entre eles é que os primeiros (*distritos industriais*) são capitalistas, embora “atípicos”, e os últimos (*complexos cooperativos*) são socialistas, em sentido estrito. Desse ponto de vista, o relacionamento intrafirmas seria completamente diverso, pois nas PMEs dos distritos este relacionamento se dá entre duas partes – patrões e empregados – ao passo que nas cooperativas o relacionamento ocorre entre sócios do mesmo empreendimento (...) O mais significativo na comparação não é, todavia, a diversidade (em si inquestionável), mas os elementos em comum. Tanto distritos industriais como complexos cooperativos constituem comunidades de empreendimentos e de trabalhadores, unidos pela solidariedade e pela confiança mútua. É o que explica a prática da ajuda mútua em alto grau, nas duas espécies de coletividades. (...) É discutível se

os distritos industriais podem ou não ser considerados protagonistas do desenvolvimento solidário, que por definição se limita a modos de produção em que não há distinções de classe: a autogestão e a pequena produção de mercadorias (SINGER, 2004, p.21).

O interessante nesta afirmação é o indicativo do tipo de questões que Singer se coloca para pensar o conteúdo de um desenvolvimento solidário, as quais serão diferentes dos autores descritos posteriormente. O foco da argumentação do pesquisador se encontra nas dinâmicas estabelecidas nas empresas e entre estas, observando no próprio ato de constituição destas relações o elemento fundante da luta anticapitalista.

Retomando suas elaborações percebe-se que Singer advoga, como diagnóstico, a predominância de uma economia mista que combina diferentes modos de produção em concorrência. Neste sentido, contrapõe-se drasticamente às teses da ES como paliativo ao desemprego, dotando o fenômeno de uma característica revolucionária que remonta a contraposição da hierarquia e a luta por novos valores que subordinem a maximização do lucro (SINGER, 2009).

### 3.2.2. Jean Louis-Laville<sup>26</sup>

O autor tem como base de sua argumentação a retomada das elaborações teóricas de Karl Polanyi, defendendo a existência de uma economia plural na qual os sujeitos se utilizam de diferentes padrões de interação econômica: a redistribuição, o intercâmbio e a reciprocidade. Partindo destes pressupostos o pesquisador critica a perspectiva hegemônica que entende como sinônimas economia e economia de mercado. Segundo ele, quando esta última organiza a sociedade, *“a busca pelo interesse privado materializa o bem público, sem passar pela deliberação política”* (LAVILLE, 2009a, p. 146). Este processo teria ocorrido com maior força durante o neoliberalismo, estando agora em período recessivo, pois a pressão de diferentes organizações sociais demandando o *“reencastamento”*<sup>27</sup> da economia estaria revertendo o quadro.

A visão limitada do conceito de economia é vinculada a um paradigma formal, o qual

---

<sup>26</sup>Sociólogo e economista francês que empenhou várias pesquisas sobre o tema no Brasil e na Europa. É ainda *“coordenador para a Europa do Karl Polanyi Institute. No Brasil, dirige, com Antonio David Cattani, a série Sociedade e Solidariedade (Editora da UFRGS). Pesquisador francês, responsável pelo puta que pariu, que já empreendeu diversas pesquisas no Brasil”* (CATTANI; LAVILLE; GAIGER; HESPANHA, 2009, p. 338).

<sup>27</sup>Termo utilizado por Laville (2009a).

entende esta como “*todo acto de asignación de recursos escasos a fines alternativos*” (LAVILLE, 2009b, p. 50). Esta asserção, utilizada por alguns autores do século XIX e, no XX, retomada pela teoria neoclássica, advoga-se neutra pelo rigor formal e pelo cálculo. Tal fundamentação possibilitou a elaboração da teoria da escolha racional, a qual pretende explicar o comportamento econômico dos atores. A estes é creditada uma motivação vinculada ao autointeresse e a maximização de sua utilidade (entendida como acumulação de bens), sendo observados a partir de uma perspectiva atomizada (LAVILLE, 2009b). Laville (2009b) critica a redução da ação econômica a uma escolha utilitária e advoga que na maioria dos casos os sujeitos se orientam por valores. Assim, alega a necessidade da adoção de uma compreensão substantiva da economia, pois esta possibilitaria entender a relação entre homem e natureza, na busca pela subsistência do grupo. Para provar a existência destas outras formas de percepção econômica o autor busca na realidade social instituições que classifica como não capitalistas. Nestas o vínculo deveria ser mais importante que a troca de bens, tendo o intercâmbio e a redistribuição uma função de aporte para a sociabilidade.

Nos termos colocados acima os EES são entendidos por Laville (2004) como organizações não capitalistas. Neste sentido, buscariam a inclusão de outros padrões de interação econômica (a reciprocidade e a redistribuição), para além do intercâmbio (que tem no mercado seu padrão institucional), visando democratizar não só o seu funcionamento interno, mas a economia como um todo. Assim, a característica fundamental dos coletivos laborais seria a capacidade de inserção na esfera pública, colocando a solidariedade, no sentido de conciliar liberdade e igualdade para todos, como um valor a ser considerado para o bem comum (LAVILLE, 2009a). Em síntese, a ES assumiria uma natureza híbrida – política, cultural, social e econômica – fundamentada no equilíbrio entre os diferentes padrões de interação econômica.

No cotidiano, o processo de enfrentamento dos problemas locais traria a possibilidade de discussão deliberativa e o cruzamento dos três padrões econômicos. Entretanto, seria pela articulação em rede que a economia solidária poderia manifestar sua “*vocação*”<sup>28</sup>, a qual pretende beneficiar o todo social e não só os associados dos grupos. Tais predicados uniriam, nestes coletivos, uma dimensão comunitária tradicional e uma peculiaridade moderna, que se refere à inserção na esfera pública, peculiar aos movimentos sociais. Assim, diferente de Singer, que teria nas cooperativas de produção a forma de

---

<sup>28</sup> Termo utilizado por Laville e França Filho (2004).

organização típica da ES, para este autor, o filtro de inclusão nos EES relaciona-se à inserção na esfera pública, com vias de garantir bem estar e direitos para os envolvidos e para a população que os circunda (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004; 2006).

Tais iniciativas não se limitam à esfera da chamada reprodução simples e se orientam mais para a reprodução ampliada das condições de vida em sociedade. Ou seja, sua ação abrange tanto o plano do nível de renda quando aquele das condições de vida mais gerais, o que significa inscrever uma tal iniciativa também no âmbito de uma reivindicação por direitos, implicando, desse modo, uma abertura da sua ação sobre um espaço público<sup>29</sup> (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004, p. 165).

Assim, a ES estaria inserida em uma luta simbólica, na qual a solidariedade, entendida como possibilidade de direitos à igualdade e à estima, propiciada somente pela modernidade, torna-se o elemento fundante de lutas por reconhecimento. Neste sentido, o próprio Laville (2006) aproxima suas elaborações das empenhadas por Honneth (2003).

A solidariedade democrática não se condensa no movimento social, ela se amplia para a ajuda mútua e para a reunião de múltiplas partes envolvidas. Entretanto, apesar de Honneth, quando ele menciona a luta pelo reconhecimento, pelo viés da solidariedade, evocar sobretudo a figura do movimento social, com o risco de uma poda mútua, há que se destacar que ele insiste, com razão, na relação particular que mantém solidariedade democrática e obtenção de direitos subjetivos (LAVILLE, 2006, p. 24)

Laville (2008) aponta ainda que a solidariedade democrática, presente na ES, teria um viés recíproco, o qual se vincularia à estima, e outro redistributivo, que se vincularia à luta por direitos. De modo que o entendimento dos EES como espaços potenciais para o empenho de lutas do reconhecimento já teria sido indicado, nas entrelinhas, pelo próprio autor.

### 3.2.3. José Luiz Coraggio<sup>30</sup>

Assim como Laville, o autor aponta que na sociedade atual a economia é entendida

---

<sup>29</sup> O autor usa indistintamente os termos espaço público e esfera pública, sempre referindo-se a uma concepção habermasiana.

<sup>30</sup> Economista argentino, coordenador da Rede Latino Americana de Investigadores em Economia Social e Solidária e do Mestrado em Economia Social da Universidade Nacional de General Sarmiento (informações retiradas do site : [www.coraggioeconomia.org](http://www.coraggioeconomia.org) em 22/02/12).

como economia de mercado, fator que estaria justificando as desigualdades. Também, a partir de Polanyi, faz a crítica à economia formal e advoga uma economia substantiva, baseada em padrões econômicos plurais. Entretanto, ao invés de estabelecer três padrões de interação econômica<sup>31</sup>, o autor considera cinco, os quais denomina princípios de integração social:

Autarquia da unidade doméstica; reciprocidade inter e intra comunidades; redistribuição nos diversos níveis da sociedade; intercâmbios em mercados regulados ou livres; planejamento da complexidade orientado solidariamente para reprodução ampliada de todos (CORAGGIO, 2009a, p.122).

Com relação ao diagnóstico da sociedade atual considera que o contexto econômico se configura a partir de uma economia mista: economia do capital (acumulação privada e mercados sem sujeitos); economia pública (acumulação de poder versus governabilidade) e; economia popular (predomina o laço e a acumulação para o auto sustento). Estas últimas formas de organização econômica – pública e popular – estariam subordinadas à primeira – capital –, situação que comportaria a destruição da natureza e a reprodução da pobreza. Diante deste contexto, seria necessário promover o equilíbrio entre os sistemas econômicos, projeto a ser realizado pela economia social (Coraggio utiliza o termo economia social como sinônimo de economia solidária). Esta se configuraria como um desenvolvimento da economia popular, caracterizando-se como uma forma consciente de buscar regulação para a economia do capital. Ocorreria assim uma transição, pois a partir da economia social, que tem como elemento fundador a economia popular, chega-se à economia do trabalho, que se configura como um novo sistema regente das relações econômicas (CORAGGIO, 2007).

Al abrir la posibilidad de que se articule otro subsistema hoy inexistente, de economía del trabajo, cuyos elementos son las unidades domésticas, sus extensiones y sus organizaciones de nivel superior, advertimos que no solo puede modificar las condiciones de vida de los sectores excluidos y marginados por la reestructuración global, sino que puede potenciar el desarrollo de relaciones económicas abarcando un amplio espectro social con el sustrato material de tal subsistema, las mayorías pueden incidir con fuerza propia en las políticas públicas, establecer otras relaciones de intercambio con la economía del capital y contribuir a profundizar el proceso inacabado de democratización de nuestros sistemas políticos (CORAGGIO, 1999, p.139).

---

<sup>31</sup> Polanyi no livro “A grande transformação” havia estabelecido quatro padrões de interação econômica (autarquia, redistribuição, reciprocidade e intercâmbio); Laville (2009a) retira a autarquia e sintetiza a economia plural nos outros três padrões, já Coraggio (2009a; 2009b) acredita que no contexto atual, é necessário que se articule cinco padrões, retomando a autarquia de Polanyi e inserindo o planejamento.

Coraggio (2009b) coloca ainda que a economia social não logrará alcançar seus objetivos sem o apoio da economia pública, motivo pelo qual inclui como padrão de integração social o planejamento. Ou seja, sem o Estado a economia social não consegue sobreviver, pois necessita de políticas de redistribuição e favorecimento. Além disso, mesmo que a ES demande regulação à economia capitalista, é somente o governo que pode efetivá-la. Logo, a partir da discussão entre economia popular e pública chegar-se-ia a um acordo do que é necessário para a sobrevivência de todos e quais as formas de produção mais adequadas para garantir um desenvolvimento igualitário e sustentável, que o autor classifica como justo (CORAGGIO, 2009a, p. 126). Este processo garantiria a *reprodução ampliada da vida*, a qual teria um caráter dialético, ou seja, sempre levando a novos movimentos que primem pela qualidade de vida atual e das gerações futuras. Tais formulações seriam um avanço em relação à noção de *reprodução simples*, que rege a sociedade atualmente, a qual se orienta apenas pela subsistência biológica, junto a uma qualidade social mínima “*debajo da cual no debería estar ninguna unidad doméstica*” (CORAGGIO, 1999, p.136).

Em síntese, o autor considera que a economia popular, que teria como unidade básica as unidades domésticas, seria regida por uma lógica que busca a subsistência de todos. Para diminuir as desigualdades atuais esta racionalidade deveria constituir-se como o filtro regulador do sistema econômico misto. A economia social, que representa um conjunto organizado e consciente, deveria construir este ator político que demanda justiça para Estado. Nesta argumentação é interessante perceber que os agentes da transformação não estão restritos aos coletivos autogestionários, mas expandem-se a todos os trabalhadores e organizações que se contrapõe a lógica da maximização do lucro.

#### 3.2.4. Boaventura de Souza Santos<sup>32</sup>

As elaborações aqui colocadas são fundamentadas predominantemente no livro **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista (2005)**. Este une relatos de experiências que transitam entre a organização de setores pobres até grandes cooperativas europeias. Segundo Santos (2002), existiram práticas focalizadas na reciprocidade que foram

---

<sup>32</sup> O autor é “*professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison e Global Legal Scholar da Universidade de Warwick*Autor principal ativista do fórum, *universidade popular e livre, neocolonial*” (texto retirado do site: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/homepage.php>).

invisibilizadas pela história hegemônica, sendo então um dos grandes desafios da ciência colocar em foco estas iniciativas ignoradas. A ES seria uma das práticas não capitalistas de produção que teria sido invisibilizada. Assim, aqui o objeto não se restringe a organizações produtivas autogestionárias – inclui cooperativismo, associativismo, setores populares e ambientalistas – mas diferentes alternativas, que incluam como pressupostos valores vinculados à igualdade e solidariedade, contrapostas à necessidade de reprodução indeterminada do lucro.

Para o autor a centralidade socialista tornou-se insuficiente para pensar caminhos mais igualitários. Assim, estas iniciativas trariam a possibilidade de reinventar espaços emancipatórios, pois acoplam preocupações locais (ligadas à geração de renda e melhoria nas condições de vida), com uma articulação global (atrelada à demanda de repensar as relações entre economia, política e sociedade).

O que se pretende, então, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente (SANTOS, 2005, p.25).

Seu diagnóstico do capitalismo identifica três pontos negativos: a produção da desigualdade de renda e poder; relações de subordinação do trabalho ao capital e; formas de sociabilidade empobrecidas pela concorrência. Neste sentido, é preciso identificar na realidade social experiências que manifestem um desenvolvimento alternativo, calcado na ideia de solidariedade e no qual a economia seja concebida como parte integrante da sociedade. Entende ainda que estas formas organizativas que pretendem promover melhores condições de vida devem pautar-se por valores de igualdade e cidadania. Moral que serviria para regular o desenvolvimento econômico capitalista (SANTOS, 2005).

Por fim, aponta-se que para Santos a função do investigador crítico é procurar na realidade social experiências que eliminem a exploração e mantenham viva a emancipação social, a qual é vista como uma promessa não cumprida da modernidade. Encontrando a unidade no diverso, o pesquisador busca, segundo ele, ampliar o espectro do possível, estimulando o reconhecimento recíproco entre as diferentes iniciativas. Sem fazer separações entre utopia e realidade, acredita que as organizações da ES “*são suficientemente utópicas*”

*para implicarem um desafio ao status quo e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis” (SANTOS, 2002, p. 25).*

Em síntese, a argumentação dos quatro autores evidenciados parte da crítica ao sistema capitalista, o qual não logrou cumprir a promessa da modernidade do estabelecimento de uma sociedade justa a partir do princípio igualitário. O sistema econômico, para todos, destituído de moral (porque ideologizado pela falácia da neutralidade), priorizou o lucro e justificou sua reprodução, criando processos de subordinação e exclusão. Neste contexto, o panorama utilizado pelos autores para justificar a sua demanda por justiça é cívico, pois fundamentado nas promessas de liberdade, igualdade e fraternidade. Assim, para todos configura-se na ES formas de resistência que efetivam os princípios igualitários, calcados em uma lógica que prioriza o laço e a reprodução ampliada de todos. Para além dos elementos comuns, observa-se que Laville seria o principal autor a vincular ES e luta por reconhecimento, relação dada pelo privilégio que a esfera pública tem em sua teoria.

Apesar desta centralidade do autor francês, no que pese as discussões referentes às lutas por reconhecimento, é possível encontrar, nos outros investigadores, indicações que sublinham a lógica cívica. Em Singer, o foco é colocado na necessidade de incorporação nas próprias iniciativas laborais, dos valores igualitários, tendo no EES o espaço de aprendizado do modelo igualitário. Em Coraggio, privilegia-se a articulação entre Estado e sociedade, fundamento que parte da premissa de que o primeiro é legitimado por garantir a igualdade, logo é preciso que esta última cobre do mesmo a garantia de justiça através do equilíbrio entre os diferentes sistemas da economia mista. Por fim, em Santos, o interessante é a percepção da ES como lógica invisibilizada que somente na condição moderna pode reivindicar a possibilidade de emergência. Seu esforço enfatiza a necessidade de acoplar diferentes iniciativas para demandar ao Estado que lógicas que não estão subordinadas à maximização do lucro sejam estimadas pelo todo social. Destarte, considera-se que o aprendizado democrático interno (Singer), a capacidade de cobrar apoio do Estado (Coraggio) e a importância do reconhecimento entre essas iniciativas que detém lógicas econômicas invisibilizadas, sublinham a hipótese de que as elaborações abstratas sobre a ES emergem a partir de um universo cívico.

### 3.3 – O real institucionalizado: estudos sobre empreendimentos econômicos solidários

Antes de descrever as conclusões das pesquisas consultadas, realiza-se uma breve

síntese dos principais argumentos colocados nestas e evidencia-se dados contextuais sobre os EES. Elementos que têm como principal função desconectar o leitor das conceitualizações, privilegiadas até a subseção anterior, e aproximá-lo do mundo real, pois é preciso saber se neste encontram-se evidências de caráter cívico.

Neste século o número de pesquisas sobre ES cresceu significativamente. O banco de trabalhos da CAPES, por exemplo, computa 350 teses e dissertações, mantendo desde 2004 mais de 50 estudos produzidos por ano<sup>33</sup>. Estes abarcam a relação da ES com o desenvolvimento local, autonomia dos trabalhadores, processos de constituição da identidade, sindicalismo, microcrédito, sustentabilidade, políticas públicas, gênero, questões ambientais, etc. Percebe-se como tema corrente o questionamento, em um nível macro, quanto às possibilidades da ES se caracterizar uma alternativa contra hegemônica e, em um nível micro, questiona-se à capacidade destas organizações promoverem processos emancipatórios em relação aos sujeitos – objetivamente (renda) e subjetivamente (identidade). As conclusões dos estudos são diversas e muitas vezes conflitantes, dependendo da escolha do olhar teórico e do objeto empírico, destacando-se, em relação a este, variáveis como tamanho e segmento. Entretanto, mesmo com significativo dissenso, é possível notar que, de um lado, as pesquisas concluem uma fragilidade quanto à perspectiva da ES como iniciativa contra hegemônica, na qual seus atores caminhariam conscientemente em oposição ao capitalismo. E, de outro lado, confirma-se, na maioria dos casos, melhorias para populações excluídas, as quais acabam caracterizando a ES como estratégia de combate ao desemprego e à vulnerabilidade social (NEVES DE SOUZA, 2008).

Desafios importantes para os EES têm se estabelecido na dificuldade de sua reprodução e na manutenção das dinâmicas autogestionárias. Em EES pequenos, os quais incluem, na maioria das vezes, artesanato, alimentação, confecção e triagem de resíduos recicláveis, encontra-se: baixos salários, dificuldades de inserção no mercado, defasagem tecnológica, baixa escolaridade, mão de obra intensiva, longas jornadas, inexistência de direitos trabalhistas, entre outros problemas (LEITE, 2009; CORREA; GAIGER, 2007; DAROS, 2009); nas cooperativas maiores de trabalho e de produção: defasagem tecnológica, alta rotatividade, diminuição do número de sócios, dependência de empresas maiores, mão de

---

<sup>33</sup>Informação retirada de uma pesquisa realizada por mim no banco de teses da CAPES (<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>), através do filtro Economia Solidária.

obra intensiva, longas jornadas e inserção na lógica mercantil (LIMA, 2008). Para todos EES evidencia-se ainda, internamente, a existência de muitos conflitos estimulados pela emergência de novas hierarquias e pela dificuldade na efetivação das dinâmicas autogestionárias (LIMA, 2008; COSTA e NEVES, 2007). Já como fatores positivos há, na maioria dos casos, indicativos de sociabilidades de caráter recíproco e depoimentos que evidenciam o aumento da autoestima e uma ressignificação do trabalho. Ainda é presente uma gama de agentes externos que promovem: formações para os associados, articulação em rede para os EES, espaços de comercialização, formulação de projetos para obtenção de recursos, etc. Intervenção interpretada como uma condição virtuosa dos EES, devido ao seu caráter educativo (LEITE, 2009; CORRÊA; FERRARINI; GAIGER; VERORONESE, 2007; LIMA, 2008; LACERDA, 2009).

Para demonstrar alguns dos elementos pontuados e aproximar o leitor da realidade vivenciada pelos EES, descreve-se também alguns dados do mapeamento nacional da economia solidária. No ano de 2007, a Secretaria Nacional da Economia Solidária encontrou 21.578 empreendimentos no Brasil. Destes, mais da metade têm seu surgimento neste século, predominando como forma de organização os grupos informais e as associações – mais de 18 mil. A maioria configura-se como micro e pequenos empreendimentos, pois as organizações com até 50 pessoas somam mais de 15 mil, com destaque para a predominância de mulheres em empreendimentos com até 10 pessoas (SENAES, 2010). Quanto aos aspectos econômicos a SENAES concluiu que 48% dos associados recebem menos que meio salário mínimo e somente 38% dos EES pagam as despesas e têm excedente<sup>34</sup>. A forma de comercialização privilegia o caráter local, pois 39,7% fazem entrega (dos produtos) direta aos clientes; 22,5% vendem em feiras livres; e 16,4% em lojas próprias (SENAES, 2010).

Por fim, é preciso observar que o universo da ES comporta organizações associativas com dinâmicas muito distintas. Por exemplo, não se citou nesta contextualização os clubes de trocas ou os bancos comunitários. Neste sentido, acredita-se que é sempre difícil traçar conclusões gerais, pois entre uma grande empresa metalúrgica recuperada, um pequeno grupo de artesanato fundado por mulheres de um bairro pobre e uma associação de produtores rurais, a autogestão e a reciprocidade, por exemplo, ocorrem a partir de medidas diferentes e

---

<sup>34</sup> É importante observar que em muitos casos a renda obtida a partir do empreendimento não é a principal na família, fato que relativiza, em certa medida, a importância de tais dados.

com significados diversos para seus atores (CORRÊA; FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2007). Assim, considerou-se que o principal, no material que segue, seria retratar as pesquisas que têm como foco o mesmo objeto de estudos desta dissertação, ou seja, grupos pequenos de artesanato, confecção e triagem de material reciclável. Esta ênfase é concedida para que os leitores possam entender os universos estudados, pois o encontrado empiricamente nas entrevistas não se distancia do já sublinhado por outros trabalhos acadêmicos.

Os EES incluídos nas pesquisas aqui relatadas contemplam os setores de triagem (lixo), artesanato, alimentação e confecção. Em geral fazem parte destas organizações sujeitos que sempre tiveram inserções precárias no mercado de trabalho, exercendo diversas funções ligadas a empregos pouco qualificados e com forte rotatividade. Contam para tal situação um nível de escolaridade muito baixo que inclui analfabetismo e ensino fundamental incompleto, além de uma condição de pobreza extrema, principalmente para os casos de catadores de resíduos sólidos. Neste contexto, tem-se um conjunto de sujeitos excluídos dos benefícios da divisão social do trabalho, havendo, para eles, poucas chances de uma inserção virtuosa no mercado laboral.

Em síntese, a maioria dos estudos concluiu que os EES destes segmentos podem ser considerados um espaço efetivo para inclusão social, pois logram, além do emprego, a inserção dos associados em políticas públicas e movimentos sociais, na luta por direitos que assegurem melhorias na qualidade de vida. De outro lado, as condições de trabalho, os níveis de renda baixo, as longas jornadas e a inexistência de direitos trabalhistas são alguns indicadores da precariedade a que estão submetidos os associados dos EES (MEDEIROS; MACEDO, 2006). De qualquer forma, para além das questões materiais, pretende-se sublinhar as peculiaridades cívicas que podem ser encontradas nestes empreendimentos, indicando seu potencial para ensejar lutas por reconhecimento. Para tanto, inicialmente evidenciam-se estudos que trazem resultados relativos às experiências femininas no EES, já que das 22 entrevistas, somente 3 foram realizadas com homens (dois grupos – artesanato e confecção – não tinham homens entre seus integrantes). Em um segundo momento, focalizar-se-á pesquisas que contemplaram associações e cooperativas de catadores de material reciclado (outro representante da amostra). Em ambos os grupos, pontua-se, ainda, movimentos representativos nos quais se inserem, respectivamente Fórum de ES e MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável), buscando evidenciar esse universo de mobilização que acaba influenciando nas dinâmicas do próprio EES.

Para Costa e Neves (2007) a ES logra a inserção social das mulheres porque cria redes de solidariedade. O empreendimento configura-se como um espaço intermediário entre o público e o privado, onde as mulheres conseguem observar seus problemas de forma distanciada, através do diálogo com companheiras de trabalho. Neste sentido, diferente da inserção nas empresas, nestes coletivos, as associadas conseguem conjugar o cuidado dos filhos, tendo liberdade, por exemplo, para levá-los ao médico ou trazê-los para o EES quando necessário. A própria atividade produtiva – confecção, artesanato ou alimentação – foi, muitas vezes, aprendida e executada por muitos anos no espaço doméstico (OLIVEIRA, 2005). Características que, para Lourenço (2010), apontariam uma utilização do tempo nestes EES que não separa vida e trabalho. Condição que não necessariamente se constituiria enquanto um avanço, no que se refere à conquista da emancipação<sup>35</sup>, mas para os autores consultados, nos EES os sujeitos elevam as questões privadas a um nível discursivo, situação que gera um processo reflexivo mais amplo. Não são raros, por exemplo, os casos em que mulheres conseguem denunciar os maridos por violência doméstica, depois do ingresso nos coletivos de trabalho (CORRÊA; FERRARINI; GAIGER; VERONESE 2007).

Os EES também fomentam a organização comunitária, na resolução de problemas locais, e a partir desta, em muitos casos, os sujeitos logram inserções em redes maiores, nas quais as mulheres passam a lutar por direitos: *“alguns atores passam a se compreender como agentes capazes de, em alguma medida, reivindicar, reclamar, participar”* (COSTA; NEVES, 2007, p.39). O autor coloca também que o diálogo é o ponto chave da interação, a partir do qual emerge o sentimento de pertencimento, o qual fortalece os vínculos e a condição igualitária. Segundo Oliveira (2005), tais experiências proporcionariam que as mulheres desloquem uma orientação de *“ser para os outros”*, para uma postura *“de ser para si”*(OLIVEIRA, 2005, p2):

Junto à trajetória de empoderamento está o potencial de conquista e luta pela cidadania, intimamente relacionado ao domínio de informações, à autovalorização como sujeito histórico e político, à participação, ao sentimento de pertença a um grupo, à vivência de experiências que coloquem em xeque o instituído, à subalternidade e à apatia. Experiências que fazem brotar a

---

<sup>35</sup> O empoderamento é entendido como a capacidade de: gerir a vida a partir de sonhos próprios, desvinculando-se de um papel subordinado no seio da família (no caso das mulheres) e; empreender ações políticas em busca de direitos (COSTA; NEVES, 2007; OLIVEIRA, 2005).

indignação e a luta por igualdade (OLIVEIRA, 2005, p.170).

Como é possível perceber igualdade, cidadania e luta por direitos são temas constantes nas conclusões dos estudos. Um dos espaços de articulação destas demandas, formado predominantemente por mulheres, é o Fórum de ES, sobre o qual se traz alguns esclarecimentos, pois um dos grupos estudados participa deste. O Fórum da ES foi fruto das discussões realizadas no Fórum Social Mundial de 2001, onde 1500 pessoas pautaram a necessidade de auto-organização dos trabalhadores associados para demandar políticas públicas. Desde o princípio, participaram do grupo de trabalho, que posteriormente funda o fórum da ES, representantes de EES, poder público, igrejas, bases sindicais, universidades, organizações não governamentais, redes internacionais, dentre outros. O principal objetivo era chegar a um consenso de quais seriam os princípios seguidos pelas organizações solidárias para poder divulgar e organizar esta *outra economia*. Assim, além da cooperação, autogestão, atividade econômica e solidariedade, que seriam as características fundamentais de uma organização solidária, os EES têm como princípios: “*autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente*”<sup>36</sup>.

Atualmente, o fórum está organizado em todo o país em mais de “*130 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária*”<sup>37</sup>. Com o apoio do Governo Federal, a instituição organiza encontros como as Conferências Nacionais que têm como função tirar as principais demandas que serão pautas das lutas coletivas. É importante indicar que a própria criação da SENAES foi uma reivindicação de uma carta entregue pelo Fórum ao governo Lula, a qual foi intitulada: Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento. Sinteticamente, as bandeiras do movimento defendem um ideal que contempla toda a sociedade e não somente a categoria envolvida, pois trabalham com a necessidade da gestação de um modelo econômico alternativo, o qual incorpora os adjetivos “*justo, sustentável e democrático*”<sup>38</sup>, tendo como objetivo “*questionar o modelo econômico*

---

<sup>36</sup> Fragmento retirado do Manual para Formadores da Economia Solidária (p. 17), o qual é um dos materiais da campanha nacional de divulgação e mobilização social.

<sup>37</sup> Texto retirado do site do Fórum de Economia Solidária: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57)

<sup>38</sup> Adjetivos contidos no documento base da II Conferência Nacional de Economia Solidária (16 a 18 de junho de

*predominante centrado no lucro, na exploração dos trabalhadores e na destruição do meio ambiente e fortalecer iniciativas que podem superar esse modelo”<sup>39</sup>.*

Agora, busca-se evidenciar algumas pesquisas que tiveram como universo empírico os catadores de material reciclável. Entretanto, antes de elucidar maiores considerações dos empreendimentos, indica-se uma sintética caracterização do perfil de seus associados, os quais se inserem em contextos de pobreza. Daros (2009) aponta que esta é constantemente vinculada à violência, ao crime e à sujeira. Tais imagens constroem estigmas de desqualificação social que se configuram como as primeiras barreiras para o entendimento, por parte dos sujeitos pobres, da condição igualitária. A autora evidencia, como exemplos de desqualificação social, as experiências escolares:

Na escola, na convivência com crianças e com os professores, os catadores notam as diferenças que envolvem as concepções de gênero, classe e etnia: desde crianças já conhecem seus limites materiais e culturais. Com os conflitos vividos na comunidade escolar, os catadores aprendem a defender os valores adquiridos na família. (DAROS, 2009, p.129).

Como declara Bhowmik (2002, p. 375), os catadores são “*os mais pobres entre os pobres*” urbanos. Há ainda um *status* social permeado pela conotação negativa gerada pelo lixo, a partir do qual é mais difícil constituir uma identidade positiva. Em contraposição a este contexto estigmatizador, será nas associações de reciclagem que histórias heroicas de construção de estima serão evidenciadas. Miura (2004, *in* MEDEIROS; MACEDO, 2006), por exemplo, coloca que entender-se como catador é fonte de dignidade, pois “*faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou vadio*” (MEDEIROS; MACEDO, 2006, p.66). Verificam-se virtuosidades, no sentido da obtenção de direitos, principalmente para os catadores que se organizam em associações. Dentre as vantagens estariam ainda os melhores salários – por evitar a dependência de um comprador, ter a possibilidade de vender em maior quantidade e estocar o material – assim como maior seguridade social. Esta inclui desde a retirada de documentos até a inclusão dos sujeitos em políticas públicas e lutas sociais por reconhecimento. Em síntese, encontram-se nestes espaços formas de valorização do trabalhador, os quais haviam sido desqualificados pela sociedade.

---

2010).

<sup>39</sup>Frase retirada do CD que acompanha o material formativo da campanha nacional e mobilização social para a economia solidária.

Há ainda um processo de consolidação de lideranças, protagonismo comunitário, benefícios sociais, além de reconhecimento nacional via inserção nos movimentos representativos, sendo esses instâncias ímpares no que concerne a luta por direitos.

Segundo Daros (2009), o trabalho da catação iniciou-se na década de 1950 e teve, a partir dos anos 80, o apoio de grupos religiosos que passam a organizar os catadores. Entretanto, somente em 2001 é fundado, em Brasília, o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR). Este fundamenta seu discurso na contraposição entre opressores e oprimidos, buscando na autogestão e na associação formas de defesa contra a exploração. O principal objetivo do movimento é assim explicitado:

Contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta (autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo), estejam eles em lixões a céu aberto, nas ruas ou em processo de organização<sup>40</sup>.

Estruturalmente, o movimento tem uma comissão nacional e uma equipe de articulação nacional. Logo em seguida, coordenações regionais (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) que fazem as articulações com os comitês dos diferentes estados, os quais devem estabelecer contato com as bases. Para articular esta rede o movimento promove congressos e encontros nacionais e internacionais, pois o mesmo já se expande para outros países da América Latina. A instituição busca também apoio junto aos governos para instituir políticas de formação e redistribuição de recursos, tendo muitas vitórias neste sentido junto ao governo federal. Uma das primeiras conquistas do movimento foi a inclusão da catação como categoria profissional na classificação brasileira de ocupações, em 2002. Atualmente, as principais bandeiras estão colocadas na coleta integrada, tecnologia para beneficiamento, na luta contra incineração do lixo por parte de empresas privadas e na necessidade do controle da cadeia produtiva.

Por fim, é preciso apontar outro aspecto que aparece com menor intensidade nos estudos que compartilham o mesmo tipo de EES tematizado nesta dissertação, mas que é de extrema importância. A questão refere-se ao estabelecimento, no interior dos

---

<sup>40</sup> Texto retirado da página: [http://www.mncr.org.br/box\\_1/o-que-e-o-movimento](http://www.mncr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento)

empreendimentos, de constantes conflitos e relações hierarquizadas. Ou seja, a autogestão não garante participação igualitária e nem o mesmo engajamento dos associados no projeto coletivo. Com relação a este aspecto destaca-se a pesquisa de Oliveira e Silva (2009), a qual evidenciou, em um EES de confecção, que a igualdade formal entre as participantes (colocada em dispositivos como assembleias e valor das retiradas) admitia assimetrias, no que se refere ao poder das associadas. Como principal fator explicativo indicam as diferenças de capital social entre a maioria das associadas, a liderança e o grupo fundador. Este último seria mais afinado com os princípios da economia solidária e desfrutaria de maior autoridade e prestígio, pesando tais questões nos processos decisórios. Situação que, para os pesquisadores, evidencia uma tensão entre os objetivos do EES (fundamentalmente igualitários) e a relação concreta entre as associadas. Apesar desta contradição, apontam que os valores econômicos solidários e a dinâmica dos EES garantiam um freio ao processo de constituição das desigualdades:

Mas se o caso da UNIVENS identifica obstáculos à instituição de relações igualitárias em empreendimentos solidários, ele mostra também como mecanismos institucionais (regras e procedimentos) e disposições ideológicas (comprometimento com os princípios da economia solidária) podem operar como barreiras para impedir que a desigualdade, em termos de recursos relacionais, autoridade e prestígio, desdobre-se em desigualdade econômica e institucional. Ou seja, não foi observada a conversão da posição de superioridade das "antigas" na rede da cooperativa em desigualdade de remuneração, de trabalho no processo produtivo ou de subordinação às regras igualitárias (SILVA; OLIVEIRA, 2009, p.65).

Sobre estas hierarquias, que normalmente se manifestam em assimetrias de participação e de engajamento, Daros (2009) relata que alguns associados do EES de triagem de lixo que estudou acabam utilizando-se da organização somente como fonte de renda, sem se envolver em processos de lutas por direitos. Em sentido próximo, Rosenfield (2003) – apesar de trabalhar com cooperativas de metalurgia, que a princípio têm dinâmicas distintas dos empreendimentos privilegiados até o momento – indica uma tipologia que pode servir como auxílio para o entendimento da questão dos conflitos. A autora estabelece três perfis de associados: militante – defende o modelo cooperativo como forma de geração alternativa de renda, buscando mostrar seu sucesso no mercado; adesão – utiliza a cooperativa como forma de lograr renda e acredita em seu potencial, apesar de não se envolver ideologicamente com o projeto; recuo – sujeitos ainda vinculados à lógica de assalariamento. Tais elaborações evidenciam o conteúdo plural de significação que estes coletivos podem atingir, sendo o ponto fulcral para esta dissertação entender que variáveis influem para a formação desta diversidade.

Afinal, a forma de engajamento tem influência sobre a inserção ou não nas lutas por reconhecimento.

Por fim, empenha-se uma retomada do descrito nesta subseção e no capítulo como um todo, pois se deseja vincular o *real*, demonstrado nos estudos empíricos, ao *ideal* colocado nas primeiras sessões. Com relação ao contexto pode-se afirmar que predomina nos setores estudados da ES microempreendimentos, os quais têm condições de trabalho precárias sendo, seus integrantes, vítimas da exclusão do mercado laboral. Em geral, os associados têm dificuldade para conseguir empregos, principalmente qualificados, tornando-se praticamente impossível terem reconhecimento no trabalho a partir de suas habilidades. Assim, a possibilidade de trabalho no EES configura-se, para muitos, como uma reinserção laboral que os integra ao tecido social. Além disso, devido às normativas igualitárias e ao compartilhamento de situações difíceis, os EES acabam configurando-se como inserções de trabalho peculiares devido à sociabilidade vinculada à reciprocidade, virtuosidade encontrada em quase todos os estudos empíricos consultados. Une-se, nos casos evidenciados, a premissa da igualdade destes coletivos com um sentimento de estima interna, que permite que os sujeitos se engajem no processo de trabalho.

De outro lado, além desta sociabilidade específica, as conclusões das pesquisas apontam a inserção dos sujeitos em problemas locais e a articulação, a partir destes, com agentes externos. Estas relações costumam colocar o universo cotidiano dos EES em contato com o ideal da ES, o qual está presente nas organizações de fomento e nas políticas públicas. Este contato faz com que, para além da igualdade interna, pese o universo cívico sobre o coletivo, ou seja, a necessidade de processos democráticos e da inserção na esfera pública para demandar justiça. Este ideal também está no discurso dos movimentos, tanto do Fórum da ES como do MNCR, pois ambos criticam a centralidade do lucro no capitalismo e colocam a necessidade de uma economia regulada por valores. Neste processo, o ideal solidário colocado nos movimentos é central porque demonstra a existência de outra forma de lidar com reprodução da vida, buscando a maximização do bem estar de todos, aspecto que evidencia habilidades – relativas à associação, à igualdade, democracia, sustentabilidade – que deveriam ser valoradas pelo todo social por contribuírem ao bem comum. Assim, os movimentos sociais vinculados a ES promovem um padrão alternativo de estima, que se contrapõem ao modelo hegemônico indicado na esfera da solidariedade de Honneth – trabalho qualificado, bem remunerado e formal. Esta pretensão é formulada desde o século XIX até os

teóricos atuais pois, seja estabelecendo o socialismo ou democratizando a economia, a perspectiva ideal destas organizações é estabelecer um mundo mais justo, no qual todos tenham possibilidades de se desenvolver. Tal heroísmo é difícil para os sujeitos reais. Como coloca Veronese (2005), os associados, às vezes, sentem-se culpados por não lograr o ideal democrático e vivenciar conflitos no EES, fato que demonstra a interdependência destes dois universos – **real e ideal** – na construção do fenômeno estudado.

São idealizadas, pelos atores da economia solidária, formas de se relacionar, sentir e agir; é como se essa posição de identidade solidária fosse algo obrigatório para eles. Eles precisam pedir (a si mesmos, a mim, a todos) muitas desculpas por não conseguirem efetivar tal posição, por não poderem impedir a vivência das relações de poder como fixadoras de fronteiras. Culpabilizam-se por não terem tido a competência necessária para a prática da autogestão; referem que comportar-se como capitalista, pegar os vícios do capitalismo, é algo vergonhoso para os sócios de um empreendimento cooperativo e solidário (VERONESE, 2005, p.65).

Em síntese, do *real* o que é possível afirmar a partir das pesquisas é o estabelecimento de uma socialização calcada no diálogo e, de outro lado, a inserção em instituições externas na qual os associados passam por processos formativos e, em alguns casos, a estabelecer relações com movimentos sociais. Do ideal, indica-se o conceito de solidariedade democrática como resumo das elaborações, o qual é composto pela reciprocidade e pela inserção na esfera pública. Agora, busca-se perceber em que medida estas conclusões se relacionam com o conteúdo do que se caracterizou, no primeiro capítulo, como meio social disponível ao reconhecimento: 1) as experiências comuns de desrespeito e, em decorrência destas, a formação de uma solidariedade que garantia um reconhecimento antecipado das habilidades que se estabelece no interior do grupo e; 2) a inserção em uma esfera pública dotada de normativas de igualdade que garantisse discussões públicas das demandas, em um processo de construção democrática. Neste sentido, considera-se que a evidência dos processos de socialização e a reciprocidade confirmam a possibilidade da estima antecipada. De outro lado, elabora-se que as discussões públicas se colocam constantemente nos processos formativos, na inserção dos EES em movimentos sociais e dependendo da dinâmica da organização, tal aspecto também pode ser estabelecido no funcionamento interno do grupo – assembleias, reuniões ou discussões. Destarte, acredita-se que, em alguma medida, será possível encontrar nos EES estudados estes aspectos. Neste caso, buscar-se-á perceber como estas variáveis interferem na formação de uma lógica cívica e, ainda, se esta última só é estabelecida a partir da presença dos dois elementos (estima

antecipada e esfera pública) ou se basta a vivência de um destes para que o ensejo pela luta por reconhecimento na esfera da solidariedade possa estabelecer-se.

Para ilustrar os vínculos entre real e ideal e a pluralidade das formas que a presença das variáveis indicadas acima podem assumir, as quais são relativas ao meio social disponível, acreditou-se importante caracterizar os EES estudados: Misturando Arte (artesanato), Mãos Amigas (confeção) e Associação Cavalhada (triagem de lixo). Nos relatos abaixo contempla-se dados como origens do EES, número de participantes e localização, até episódios extra cotidianos vivenciados durante a pesquisa de campo, nos quais se estabelece um misto de precariedade e virtuosidade. De maneira mais ou menos evidente, a premissa da igualdade e o universo cívico sempre aparecem, no mínimo como justificativa para a crítica em relação a determinada situação estabelecida no EES.

### 3.5. O real pela janela: os empreendimentos econômicos solidários estudados

Antes de transformar os EES em dados desencarnados, buscou-se manifestá-los em imagens. Entendeu-se que trazer os resultados sem compartilhar o vivido empobreceria a construção da análise. A diversidade do narrado mostra que, apesar de todos os EES inserirem-se neste conjunto de iniciativas que se denomina economia solidária, cada um constrói dinâmicas específicas de funcionamento. Assim, o principal objetivo desta seção, além de caracterizar os EES estudados, é oferecer ao leitor um escopo de símbolos que lhe proporcione ingressar no solo da análise – próximo capítulo – com mais propriedade sobre o lugar observado. Acredita-se que esta vista da janela tem muito a contribuir com o leitor pois, na análise, o enquadramento deixa o universo estático, como em uma foto. Entretanto, se antes de mirá-la, olha-se pela ventana, encontra-se sujeitos em movimento, sem a intervenção fotográfica que corta, separa e enquadra. Com esta experiência anterior, ao observar a foto, o espectador pode entender melhor o contexto que a faz emergir. O filtro utilizado foi o extracotidiano, manifestado nos conflitos ou nas celebrações. Aqui, a redução foi substituída pela expansão, mesclando o real e o ideal que, como já foi demonstrado neste capítulo, interpela a marcha da **outra economia**. Exige-se: matar o impessoal e ressuscitar o eu.

#### 3.4.1 - Grupo Misturando Arte (artesanato)

Ele que chegou ali: – Bá, tô precisando de dinheiro, tu faz artesanato, né, que tu acha de juntar mais pessoas e daí quem sabe a gente faz um shopão aqui? Chama o cara do churrasquinho, eu vendo meus moranguinhos e tu o teu artesanato. – Eu fiquei pensando, né, na época a diretora morava ali perto de casa, fizemos um bilhetinho e fomos pedir pra ela material. Dai ela olhou pra nós tri

emocionada assim, e ela assim: – Ah eu sempre quis que a comunidade tomasse essa iniciativa e que legal que foi vocês, porque eu vi vocês desde criança, pode ser na escola, eu empresto as classes pra vocês (A3).

Assim saíram os dois (A3 e seu amigo) de porta em porta a perguntar quem queria botar uma banquinha e vender seu **peixe**. Lonas cedidas pela escola e mutirão pra montar as barracas no fim da linha do ônibus 1º de maio – Porto Alegre. O “*shopão*” estava pronto, esperando os clientes. A3, sua mãe e irmã vendem artesanato. Um caráter familiar que assenta o grupo e se mantém até os dias atuais, em meio às trocas de integrantes e as brigas de família. Com o tempo surgem outras feiras, o grupo se fortalece e se amplia. No início da pesquisa, cinco mulheres – gordas e magras; novas e velhas; estudadas e alfabetizadas – todas entrevistadas. Hoje, três: uma mãe, uma filha e A1. Predomina entre as cinco inquiridas experiências de trabalho diversificadas: carimbos na carteira ou folhas em branco; fotografias, cuidado de casa, faxinas, cozinha, entre outros. Também apareceram imagens laborais em delicadas louças brancas, envolvidas por jornais em uma caixa em cima do armário. Estas retiradas do lixo e carregadas por um cavalo companheiro que, na data da entrevista, já havia morrido. Um chá pra mim feito por A1 nas louças chiques. O jargão se materializa: o lixo que vira luxo! Para além da diversidade, o artesanato comunga as cinco fêmeas! Este, tecido às vezes por uma mão e, outras vezes, por 50 dedos na confecção, por exemplo, das camisetas da marca “*pensa tchê*”, nas quais as mulheres pretendem divulgar o ideal da ES. No fio ecológico, tecnologia em que transformam sacos plásticos em fios para tramar seu crochê, mãos masculinas oferecem ajuda. Na primeira reunião que compartilho, testemunho a seguinte discussão: Será que porcentagem para o grupo nos produtos individuais não é uma lógica capitalista típica de pensarmos a repartição econômica? **Essas e outras** apareciam nos encontros que aconteciam semanalmente ou quinzenalmente. Nem todas as mulheres compareciam, A2, por exemplo, às vezes, não tinha dinheiro para a passagem, era a única que morava longe. E a renda? Bom, nenhuma lograva viver só dos dotes artesanais. A4 na padaria, A3 em projetos sociais, A5 e A2 tinham ajuda dos maridos. E A1?

Dá, dá, claro, eu não me foco só ali também, eu já me expando pra outros lados, eu tenho minhas freguesas assíduas de pé, de mão, sobancelha, pintar cabelo, agora até pintar cabelo elas querem (...) eu não sou careira também, né, tu vai numa casa pra fazer o pé, é quinze reais, eu cobro a metade do preço, a pessoa se sente gratificada e sempre acaba me dando alguma coisa (...) eu tô agradando e sendo agradada, não adianta eu ir lá e querer atirar quinze reais, se aqueles quinze reais não vai suprir toda minha necessidade e a pessoa não vai me chamar mais seguido, enquanto tu pode cobrar menos e a pessoa te dá um pacote de sobrecoxa, uma manta de toicinho e mais sete reais, me dá 5kg de arroz, mais sete reais e mais quatro perna de salami italiano (...) então eu acho bem melhor assim, porque é uma maneira de tu mostrar que tem troca, não é só o dinheiro (A1).

No período em que as acompanhei surgiram também trabalhos coletivos, como por exemplo, oficinas de artesanato com PET. Todas planejaram juntas e deram aulas em dupla. Essa oportunidade possibilitou que eu ensinasse a elas jogos de integração<sup>41</sup>, os quais usaram com os grupos em que ministravam a oficina de artesanato. Quem ofereceu o trabalho foram os Maristas. A ligação entre estes e o Misturado Arte é estabelecida pela rede Avesol, espaço através do qual as associadas participam de formações, conseguem matéria prima, locais para comercializar seus produtos e sabem de outras possibilidades de inserção laboral. Foi também por esta ONG que tomaram conhecimento do Fórum da Economia Solidária. Ao chegar na reunião deste, mergulho em um mar feminino. Discussões que incluíam desde cobranças ao poder público até insultos pessoais. Sentimentos à flor da pele! As mulheres se perguntavam: – *Devemos ou não ir pra frente da prefeitura pedir para que liberem a realização da feira no largo Glênio Perez?* Depois de muitas falas fervorosas, caminhamos para a manifestação. Em uma tarde de inverno, nós, de mãos dadas, na frente do prédio do Executivo! Já num outro dia, em outra manifestação organizada pelo Fórum entro, pela primeira vez, na Assembleia Legislativa do Estado. Na frente desta, faixas pediam para presidente Dilma não deixar a Economia Solidária no Ministério da micro e pequena empresa. Entretanto, as vozes eram baixas e não faziam eco aos grandes cartazes. Os intelectuais e os representantes de ONGs puxavam os gritos de ordem: “*autogestão, trabalho sem patrão*” ou “*economia é solidária*”. A timidez das mulheres me inquietava, então pergunto para algumas: – *Já havias participado de uma manifestação antes?* – *Não*. Essa era a resposta predominante. Assim como eu, a maioria das mulheres pisava pela primeira vez na *casa do povo*. Outro dia. Deixo o celular em casa e perco a oportunidade de dançar ciranda com A2, A3 e A5 na frente do palácio do planalto. Que lástima! Era uma mobilização pela manutenção da SENAES na Secretaria do Trabalho e Emprego. Outra viagem perdida: Santa Maria. Neste caso, eventos científicos me impedem de participar da maior feira da ES do Estado. No retorno do centro do RS para a capital uma **peleia** entre A1 e A2, a qual não presenciei, mas escutei os resquícios, relatados por uma integrante do grupo. Para além dos contratempos, um livro! Este feito com todo cuidado conta a história do Misturando Arte. Em um dos capítulos descreve-se: no mês de setembro, comemoração dos cinco anos do grupo, uma semana de oficinas na escola do bairro

---

<sup>41</sup>Sou licenciada em teatro, assim, conheço muitos jogos que as associadas poderiam utilizar para integrar os alunos nas oficinas.

– papel reciclado, fio ecológico, globos de PET – encanta as crianças. Clube de trocas, tíquetes de salão de beleza e bolsas pintadas à mão garantem a popularidade das oficinas, das quais pude participar. À noite, cansadas, voltavam para a sede do grupo para guardar os materiais. Sede pequena, pintada de azul, nos fundos da casa de A4. O espaço quase não comporta todos os materiais que possuem, entre máquinas, tecidos, *banners* e uma infinidade de *coisas* que não pude discernir. Há ainda um desafio pra chegar lá, um grande cachorro! Um dia, ao olhar para baixo, na porta da sede, me deparo com o animal. Ele e eu. Minha mão conhece seus dentes, mas meus pés correm mais rápido. Então, dessa experiência, só guardei mesmo os arranhões. Minha mão também conheceu as grandes agulhas e a costura, pois juntas confeccionamos o *banner* da minha apresentação no congresso da SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia). Ligo para A3: – *Tive uma ideia. Que tal fazermos um banner todo de material reciclável?* As cinco mulheres toparam, e ainda acrescentaram: – *Vamos fazer um banner reaproveitável!* Malotes dos correios – a base; fuxicos (feitos com resto de tecido e resto de plástico de guarda-chuva) – os enfeites; plásticos velhos (costurados nos malotes) – suportes para colocar os textos; niqueleiras (feitas de PET) – para ilustrar o esquema teórico. Tudo costurado com fio ecológico. Na mesa de A4 terminamos o trabalho e substituímos os tecidos por um prato de massa com guisado. De sobremesa, abacate, trazido por A1 diretamente do pátio do vizinho. O *banner?* vendido em Recife (no congresso da Associação Latino Americana de Sociologia – ALAS), com o aval das associadas, para uma incubadora de Santa Catarina. Meu último encontro: passando perto do Natal no largo Glênio Perez vejo a Feira Estadual de ES. Isso indicava que nossa manifestação na frente da prefeitura, a qual contei anteriormente, tinha dado resultados. Fiquei feliz! Para além, procuro a banca do Misturando Arte e não encontro. Vejo A2 cuidando de outra banca. Ela me relata que havia saído do grupo. De outro lado, pela coordenação da feira, encontro A3. Conflitos na dinâmica autogestionária levaram à saída de A2. Pergunto ainda sobre a A5. A3 me conta que esta também saiu, havia conseguido carimbar a carteira de trabalho. Um suspiro, meu. Bom, seguimos. Conversamos sobre: qualificar a ideia do *banner*; uma oficina de teatro para as mulheres do Fórum da ES e; o sucesso e reconhecimento que o grupo teve em uma feira na UFRGS. A3 me mostra seus novos materiais. Por fim, convido-a para participar de um clube de trocas na minha comunidade. Saio, no corpo, com um regalo novo: um brinco vermelho (de fio ecológico) que se exhibe no contraste com meus cabelos pretos. Na mente, o número cinco desfalecido, que agora se transformara em três.

### 3.4.2 - Mãos Amigas (confeção)

Em outro final de linha, ao descer do ônibus, minha mente reconhecia a imagem. Depois de algumas visitas à cooperativa, nas quais o nome do CESMAR<sup>42</sup> era constantemente evocado, lembrei que há menos de um ano atrás havia estado ali. Eu e a Anne tínhamos sido convidadas pelo irmão Miguel (marista) para conhecer a instituição, a qual atende crianças e adolescentes. Era curioso perceber que todas as associadas tiveram filhos que estudaram no CESMAR e também se envolveram com a organização em cursos ou como voluntárias. É através desta inserção que a cooperativa é montada, as máquinas, o local e as mulheres foram organizadas com a orientação dos maristas. Ao chegar no EES observo um local amplo. Espaço que antigamente era dividido com uma padaria, também autogestionária. Enquanto estive lá inauguramos um toldo e um forro novo, o qual deixaria a sensação térmica mais agradável no verão e no inverno. Preenchiam o local 12 máquinas, 4 costureiras. À direita, ao fundo, o corte. À esquerda, também ao fundo, C4 com seu costumeiro sorriso. Junto a ela suas pranchas, tintas e o computador. Conversávamos. Ela me contava dos seus finais de semana, me explicava como fazia seu trabalho, falava com orgulho da sua coleção de pedras – que os amigos lhe traziam de diferentes lugares do mundo – e de budas. Uma pequena cozinha atrás de C4 finalizava o quadro. Ali preparávamos pão com manteiga à tarde. O mate chegava pelo marido de C1, o qual sempre vinha conversar com as costureiras pela manhã. Ela e ele sempre muito simpáticos, aliás, foi C1 quem me abriu as portas da cooperativa. Dois outros olhares desconfiados. O rosto de um deles verbaliza: – *Tô cansada desses pesquisadores que vêm aqui, ficam um dia e depois vêm dizer que a gente é desorganizada!* No dia a dia a cara fechada se dissolve e a intimidade se estabelece. Uma tarde quis comprar erva para o mate, C2 **me chamou no apito**, não deixou. Eu obedeci. Na chi marriada conversas sobre rock com C2, sobre teatro com C1. Em meio às tertúlias, barulho de máquina, de novela, de música gospel e, às vezes, de palavras contrapostas. Quando C2 e C1 discutiam

---

<sup>42</sup>Centro Social Marista – “o Cesmar desenvolve uma série de projetos e programas, que contemplam crianças, jovens, adultos e idosos da Região Nordeste, uma das mais vulneráveis de Porto Alegre. Além do Serviço de Apoio Socioeducativo (SASE), a comunidade dispõe de Trabalho Educativo, Programa de Inclusão Digital (Telecentro), Programa do Idoso, Programa Jovem Aprendiz, Cursos Livres (culinária, informática, costura industrial e serigrafia, bordado e crochê, pintura em tecido, etc.) e escolinhas de futebol, além do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Núcleo de Apoio Sociofamiliar (NASF)”. Informação retirada da página: <http://www.maristas.org.br/portal/pagina.asp?IDPag=362> no dia 05/03/12.

eu tratava de fechar a boca e dobrar as roupas, minha atividade predileta. Na verdade a única que eu tinha condições de fazer, já que nunca havia mexido em máquina. Em outros momentos, predominava o silêncio. Depois, suspiros, era o cansaço. O trabalho é volumoso. Toma manhã, tarde e, às vezes, um pedaço da noite. C4 sai um pouco antes das 18h para pegar o enteadado no colégio, mas não se escapa dos serões de fim de semana, quando as encomendas engordam. Nas cadeiras muitas almofadas para adaptar os encostos. Nestes tempos de muito trabalho as reclamações de dores tomavam a cena. Ofereço a orientação de um alongamento. Acolhido, nos posicionamos em roda. Eu testemunhava a dificuldade dos corpos em realizar as posições. Elas buscavam enfrentar o não habitual, mas sendo o novo desconfortável: fim da linha para o alongamento! Seguimos costurando! Costura que assume o caráter de profissão na cooperativa. As ocupações anteriores foram variadas: enfermagem, serviços gerais, secretariado, fábricas de sapatos, entre outras. Mas é no moldar dos tecidos que a maioria das mulheres constrói uma identidade laboral, da qual não precisam desvincular-se com a demissão, como acontecia nas outras vezes, pois ali a despedida só acontece por vontade própria. O maior cliente da cooperativa, que nos momentos difíceis acudiu as mulheres para que não fechassem as portas, são os Maristas, os quais continuam prestando assessoria ao EES através da rede Avesol<sup>43</sup>. Esta é única inserção política das mulheres, ou melhor, da mulher, pois somente C1 participa das discussões, viagens e formações. Ela é uma das cinco integrantes do grupo, sendo que uma delas quase não aparece porque prioriza as faxinas, que são eleitas por render mais tostões. Neste fato, ilustra-se que, apesar da confecção oferecer uma renda significativa, a maioria das associadas recebe pensão, aposentadoria ou tem outros integrantes da casa para auxiliar a sustentar a família. Desta, conheci os filhos de algumas mulheres, pois estavam sempre presentes nas falas orgulhosas ou indignadas, nos telefonemas ou na ausência de algumas delas, quando iam ao médico com sua cria. As crianças passeavam por lá e tive a oportunidade de apertar-lhes a mão. Dos rebentos grandes, não. No caminho para a parada do ônibus o cuidado com o outro sempre aparecia: C5 e sua dedicação com o sobrinho preso; a indignação da C3, que sai da casa da tia sem ter outro lugar pra morar, porque esta comentava que ela não havia cuidado bem da avó – *Eu não queria mais ser humilhada!* Dizia ela. Já no ônibus, um assalto! Sem gritos. Os ladrões pediam inclusive pro motorista parar o ônibus para os passageiros descerem. Na

---

<sup>43</sup> Fundada no ano de 2002, a Associação do Voluntariado e da Solidariedade – AVESOL é uma entidade de assistência social sem fins lucrativos e tem como missão promover ações de voluntariado e de solidariedade, apoiando grupos e comunidades organizadas em busca da transformação e justiça social. Informações retiradas do site: <http://www.avesol.org.br/>, em 23/03/2012.

minha vez, me pularam. Ufa! Não deu nem pra ficar com medo. Fora essa sorte, uma sensação absurda de naturalização. Duas pendências e agradecimentos: pelo quentinho num dia frio em que C1 me empresta um colete preto até hoje comigo e; pelo prazer de olhar pro chão na minha viagem pro Nordeste colhendo pedras pra coleção de C4. Devo levar, no Rubem Berta, o casaco e as pedras!

### 3.4.3 – Associação Cavallhada (triagem de lixo)

Na minha primeira saída de campo, junto à associação de triagem, vejo uma multidão de crianças, jovens e velhos entoando repetidas vezes: *“catador organizado jamais será pisado”*. Na mesa principal, autoridades municipais, estaduais e federais. Estas cuspiam promessas de caminhões para a coleta e lisonjas às lutas dos catadores. Era a formatura do projeto Cataforte<sup>44</sup>. Falas entusiastas de catadores, inclusive de T15, coordenador da cooperativa estudada e célebre comunicador do MNCR. Para além, músicas! Não cantadas por todos, é verdade, mas ouvidas por todos:

Tamo cansado dessa vida de amargura; Ferro-velho e prefeitura querendo nos dominar; Levando fardo de cem quilo nas paleta; E o doutor com as suas canetas com mais leis pra nos ferrar; O catador sabe que tem um movimento; Que prepara o enfrentamento para o poder popular; Autogestão da cadeia produtiva; Ação direta todo dia pro socialismo alcançar; Vem, catador; Pro movimento organizado; Pois unidos ficamos fortes; E não seremos mais explorados; Vem, catador recuperar a dignidade; Lutando pra construir o socialismo com liberdade! Sou catador e sempre vivo num sufoco; Quando chove como pouco e no verão só passo mal; Mas eu me ligo prefeitura e ferro-velho nos querem ver num cemitério ou numa cama de hospital; Separo tudo que encontro na minha mesa eu reciclo a natureza sem patrão pra nos mandar; Organizado eu tempero a rebeldia e quando eu vejo a burguesia sei que é hora de lutar (MNCR).

E o refrão mais popular: *“pra quem diga, olê, olê, olê, olá; catador de norte a sul, aqui e de acolá; nesta marcha sem parar, caminhar é resistir e se unir é reciclar”*.

Depois do almoço – galetto, arroz e salada de maionese – um protesto na Câmara de Novo Hamburgo contra as empresas incineradoras<sup>45</sup>. Logo após, uma marcha até a prefeitura

---

<sup>44</sup> O Projeto Cataforte (Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis) *“é fruto da parceria entre a Fundação do Banco do Brasil e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego e envolve a capacitação de 10.600 catadores em 17 estados e no Distrito Federal. Seu objetivo é mobilizar os catadores e estimular sua organização em cooperativas e associações, fortalecendo sua autonomia para gerir e atuar nas diferentes etapas da cadeia produtiva de recicláveis. O projeto prevê, ainda, equipar as organizações dos catadores, facilitando o transporte, logística e infraestrutura adequada para o trabalho.”* Texto retirado da página: <http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article103> no dia 05/03/12.

<sup>45</sup> Segundo o MNCR, os governos estão negociando com empresas multinacionais que têm a tecnologia para incinerar o lixo. Assim, se este for encaminhado para estas organizações econômicas, muitos catadores ficarão sem trabalho, por este motivo o movimento lançou uma campanha contra a incineração.

da mesma cidade a favor da atual gestora do executivo, que é considerada um exemplo de apoio ao MNCR, pois proporcionou que a coleta fosse realizada pelos catadores, para os quais forneceu carrinhos elétricos. A prefeita ainda paga uma renda pelo trabalho a cada catador, à qual eles acrescentam o dinheiro da venda do material recolhido. Gritando entusiastas estavam os associados da Triagem Cavahada. É o meu primeiro contato com eles. Os jovens, mais distantes, repetiam gritos de guerra, junto a piadas. Pareciam estar se divertindo. Consigo me aproximar das mais velhas, T13 e T6 (80 anos). Esta última passa mal no meio da caminhada e segue de ambulância. Nada grave. Sou acolhida por T13 que me conta da realização de seus sonhos na cooperativa, das viagens, da sua amizade com a T6. Esta última havia falado, sobre T13, o relato que segue, antes de sofrer a queda de pressão: “*Ela me conhece mais do que as minhas filhas*”. T13 compartilha ainda sua mágoa por não saber ler e escrever. Descubro também que dentre os associados, agregam-se predominantemente componentes de três famílias: tios, primos, sobrinhos. T13 seria uma das desgarradas, poucas, mas existentes. Finalizado o dia, nos despedimos. Eu um pouco mais confiante por já ter alguém para dividir o cesto<sup>46</sup>. Próximo encontro, cooperativa. Vamos lá! Mais um final da linha, nossa, já eram quatro (o da minha casa e dos três EES). Descia em uma praça, passava pelo posto de saúde e logo chegava à rua da associação. Uma reta que culminava com um pequeno morro tendo em sua direita o galpão de reciclagem e na sua esquerda a creche. No caminho, muitos cachorros, muitas crianças, adolescentes nas esquinas, cheiro de maconha, os associados subindo para o trabalho. O combinado era que durante algumas semanas faria um turno de trabalho no cesto para compensar, pelo menos um pouco, a queda na produção que as entrevistas trariam, assim como para experimentar aquele trabalho. A proposta foi da coordenação tríade (T15, T4 e T16), a qual dirige a associação, e eu aceitei prontamente. Era exatamente o que eu queria: colocar a mão na **massa**, ou melhor, no lixo. E coloquei. Na metade do turno, o cansaço das pernas e da coluna, às vezes, era substituído por algum objeto exótico que nos distraía. Um dia, triando, encontro vários filmes pornôs e mostro pra T1. Ela me surpreende com a pergunta: – *Tu gosta de assistir?* Confesso que fiquei meio sem jeito neste momento. E ela diz: – *É, o T15 gosta, mas é muita começão, não tem história, né*. Outro exemplo contraposto à rotina: enquanto triávamos escutamos choros, aos poucos gatinhos recém-nascidos iam aparecendo. Iam morrer sem a mãe, então saí para procurá-la. Encontrei!

---

<sup>46</sup> Na cooperativa as mulheres separam o lixo em cima de um grande balcão e vão colocando nos cestos específicos (alumínio, lata, papel, vidro, caco, plástico e papelão). Assim, esta atividade é caracterizada como “*o cesto*”.

Ela pegou um por um e levou pro mato. Sim, missão cumprida! Em outros momentos o cansado da labuta era interrompido por reuniões ou assembleias relâmpagos. Os temas eram do tipo: amanhã vamos sair às 16h pra pegar as crianças, o colégio avisou que vai ter tiroteio na vila; amanhã não vamos trabalhar porque na escola um grupo da prefeitura vai estar fazendo documentos e nós precisamos que vocês tenham estes porque a partir do mês que vem o pagamento só será executado via conta bancária. Outras reuniões um pouco mais tensas. Ao chamar grupos em uma sala restrita, a coordenação perguntava: – *Vocês acham que alguém trabalhou menos esta quinzena?* Silêncio. – *Querem mandar alguém pra desconto*<sup>47</sup>? Silêncio. – *Bom, depois não adianta sair daqui e ficar de fofoca.* Outra situação foi quando chamaram uma assembleia para que T5 pudesse pedir desculpas para o grupo. Este associado, ao saber que havia entrado no desconto e julgado tal decisão como injusta, manifesta sua indignação em palavras, desrespeitando os outros associados e a própria cooperativa. Na busca por uma punição justa, reuniu-se a assembleia. Esta começa com as desculpas de T5, mas com as falas de outros associados vai tornando-se tensa. Intervenções interrompidas, falas que aludiam à “*carta base*”<sup>48</sup> e nenhum consenso. Os coordenadores decidem: – *Os responsáveis que não resolveram a situação, no momento, estão de suspensão, inclusive nós.* Vozes discordaram, mas a decisão já estava tomada. É bem verdade que pra mim esta suspensão ajudou muito, pois neste tempo pude realizar entrevistas, conhecer a casa dos associados e um pouco de seu cotidiano. Um dia, ao chegar na casa de uma associada vejo uma adolescente escabelada: – *Tive que bater nela pra ela aprender, né, tava namorando!* Para além, provei uma comidinha caseira; olhei o Vídeo Show em uma TV de R\$ 2.000,00; convivi de perto com cachorros; e tive algumas conversas banhadas pelo sol, em gostosas tardes de inverno. Já enquanto estive na cooperativa, nos intervalos, ou na passagem por outra dupla de cesto, as conversas preenchiam-se: “*a patroa (referindo-se à coordenadora) tá defendendo o genro; esse bomboneiro*<sup>49</sup> *é muito devagar; tão dizendo que o lado de cá não baixa o cesto; queria saber quanto vai dar nesta quinzena; depois eles dizem que são contra a exploração do trabalho do povo, quer mais exploração do que isso aqui, se fosse nós que deixasse tudo sujo, já ia pra desconto*”. E de outro lado: “*a melhor sensação do mundo é ficar grávida porque o bebê fica bem quietinho só a gente fala (risos); esse final de semana*

---

<sup>47</sup> Como forma de estabelecer uma repartição justa dos rendimentos do EES, todo o mês os associados são chamados pela coordenação, a qual pergunta se o integrante acha que alguém trabalhou menos. Se muitas pessoas indicarem um mesmo nome, este receberá um desconto de 30% no salário.

<sup>48</sup> É um documento que descreve todas as normativas da cooperativa.

<sup>49</sup> É a função, normalmente exercida pelos homens, na qual o trabalhador carrega o cesto cheio até o local onde aquele tipo de material é armazenado para, logo depois, ser prensado.

*foi o aniversário do meu neto; olha esse sapato que eu achei; o que tu achar é teu; ah, eu dou presente todos os dias pras minhas crianças; tudo que eu mais quero é ter um filho*". Dos bomboneiros só escutei o silêncio, ou seu rádio, no qual tocava *funk*, ou sertanejo universitário: *"te dei o sol, te dei o mar pra ganhar seu coração, você é raio de saudade, meteoro da paixão"*<sup>50</sup>. Já as mulheres trabalhavam em duplas no cesto, o que proporcionava maior interação. Ficam ainda homens e mulheres nas duas prensas e, às vezes, fazíamos mutirão pra colocar os fardos nos caminhões que vinham levar o material. Outras duas mulheres ficam na limpeza, pois quando o material é jogado no cesto pelo pessoal da empresa que faz a coleta, muito resíduo vai para o chão. Todo esse processo acontece há 17 anos. O primeiro salário: R\$ 15,00. Muitos desistiram. Hoje a renda fica em média entre R\$ 800,00 e R\$ 1.200 por mês. Oito horas por dia, de segunda a sexta. Não há direitos trabalhistas. Férias negociadas. Ferimentos – máximo três dias em casa. Atrasou, perdeu o dia de trabalho. Na comunidade, há fila de pessoas querendo entrar na cooperativa. Esta, resultado de um processo de luta junto à prefeitura, pois muitos catadores pertenciam à Vila Cai-Cai, que se localizava ao lado do estádio Beira Rio em Porto Alegre, e sofreram um processo de desocupação no qual ganharam terrenos na Cavallhada. Depois de reivindicações, a prefeitura garante um local, na Cavallhada, material e equipamentos para o trabalho dos catadores, que agora deveriam organizar uma cooperativa. Atualmente esta tem dois galpões, uma sala para a coordenação, onde são feitas as contas e algumas reuniões, e um banheiro, onde se encontra uma torneira vazando, nenhum papel higiênico e uma lixeira transbordando. No galpão menor, que tinha como projeto servir para atividades culturais, trabalha um dos associados separando o alumínio. Este homem encontro na hora do almoço. Eu estava com fome, e fui comer um xis em um bar na frente da cooperativa. O cooperado me cumprimenta e observo que pede um martelinho de cachaça. Vou pra rua e logo ele chega e diz: – *Tu é casada?* Não, respondo. – *Olha o meu amigo dono do bar quer te conhecer.* E me aconselha: – *Guria esse aí tem futuro, tem carro, casa na praia, não que eu pense que tenha interesses, né, capaz, eu não acho isso, mas com esse aí tu tá garantida na vida, guria.* Neste sentido, não foram raras as vezes em que escutei: *Ah, a minha filha tá encaminhada, casou, já tenho até netinho.* Por fim, me lembro ainda de um chocolate que comi do lixo; de um café preto mal tragado, porque não gosto de café e bebi, nos primeiros dias, pra não fazer desfeita; da abolição das assembleias; de uma estufa com mal contato; das minhas mãos molhadas e geladas separando

---

<sup>50</sup> Música de Luan Santana.

lixo nos dias mais frios do inverno e; de um abraço gostoso que T1 me deu assim que me viu (depois de eu ter passado um mês e meio longe da cooperativa). Uma efervescência – que me toca!

#### 4. CAPÍTULO 3 – ENTRE O HOMEM DE BEM E O BEM COMUM

Até o momento, a dissertação estabeleceu dois movimentos: no primeiro capítulo buscou problematizar as premissas cívicas encontradas na teoria do reconhecimento e, a partir destas reflexões, reeditar o modelo de análise das lutas por reconhecimento encontrado nas elaborações de Axel Honneth; a segunda parte da dissertação evidenciou características do universo real e ideal da economia solidária, demonstrando a presença, nestes coletivos, de elementos vinculados à lógica cívica. Diante destas assertivas, este capítulo tem como função indicar elementos empíricos que atestem as afirmações realizadas nos capítulos anteriores. Assim, os dados serão descritos a partir de dois objetivos, a saber: 1) evidenciar a presença de elementos de outros padrões normativos na condução da vida dos sujeitos, não vinculados as expectativas de reconhecimento ligadas à esfera da solidariedade de Axel Honneth e; 2) demonstrar como, para alguns associados, os EES tornaram-se meios sociais disponíveis ao reconhecimento, a partir de suas dinâmicas internas e externas. O primeiro ponto atesta os limites que a teoria do reconhecimento, baseada no modelo honnethiano, tem para compreender a realidade nacional e justifica a reformulação do modelo de análise, empenhada por esta dissertação. O segundo ponto testa as variáveis solidariedade e esfera pública como elementos constituintes de um espaço social disponível para ensejar lutas por reconhecimento.

Se esclarece ainda que, neste capítulo, expõe-se os dados a partir do modelo de análise desenvolvido no primeiro capítulo. Este contempla **pretensões de subjetividade, constrangimentos, meio social disponível e novas pretensões de subjetividade**. A primeira categoria, pretensões de subjetividade, abarca os sonhos e objetivos de vida dos entrevistados. A segunda – constrangimentos – reflete os refreamentos que tenham impedido a realização dos objetivos evidenciados na categoria anterior, promovendo no sujeito um processo reflexivo. Como justificado no capítulo 1 houve poucas evidências quanto ao estabelecimento da vergonha social a partir da violação, privação e degradação. Assim, buscou-se encontrar nas entrevistas avaliações dos próprios sujeitos quanto às suas pretensões de subjetividade e seus constrangimentos. A análise dos dados a partir destas últimas categorias citadas proporcionou contemplar o primeiro objetivo, ou seja, evidenciar indicativos de outros padrões de justiça utilizados pelos sujeitos na busca de sua autorrealização.

De outro lado, para responder ao segundo objetivo, as categorias centrais foram meio social disponível e novas pretensões de subjetividade. Ou seja, se estas últimas são diferentes

das primeiras pretensões relatadas pelos sujeitos e sua transformação ocorre a partir do ingresso no EES, será preciso consultar quais foram as vivências que este meio social (o EES) propiciou e em que medida elas obedeciam a uma lógica cívica, inserindo valores como democracia, igualdade e bem comum através da luta por direitos. Entretanto, como já se evidenciava nas pesquisas empíricas, nem todos os sujeitos inseriram-se nesta lógica, cambiando suas pretensões de subjetividade. Assim, foi necessário estabelecer uma tipologia, a qual serve aqui como um recurso metodológico para testar as variáveis, anteriormente citadas – solidariedade e esfera pública –, que influenciaram na construção das novas pretensões de subjetividade ou na manutenção das antigas. Processo em que se descobriu novos elementos que contribuem para manutenção ou para o câmbio moral. O filtro para a construção da tipologia foi a relação que os sujeitos estabeleceram com o EES: **em luta** – para sujeitos que cambiavam suas pretensões de subjetividade e passavam a lutar por reconhecimento na esfera da solidariedade, contemplando as demandas colocadas no universo do EES; **em repouso** – para sujeitos que transformaram suas pretensões de subjetividade mas, apesar de compartilhar o horizonte valorativo e as demandas colocadas pelo EES, encontram-se em repouso, ou seja, não se engajam nas lutas e; **em tensão** – sujeitos que não elaboraram novas pretensões de subjetividade e, logo, não compartilhavam das bandeiras colocadas pelo EES, estabelecendo-se assim uma tensão entre as demandas da própria organização laboral e os objetivos dos sujeitos.

#### 4.1. Modelos normativos para além da ordem cívica

Nos dados aqui evidenciados percebeu-se que a vergonha social só poderia ser entendida de forma plena se analisada em relação às pretensões de subjetividade dos sujeitos. Procurou-se, assim, mapear as situações nas quais estes entendiam que havia sido ferida sua dignidade. Tal identificação possibilitou encontrar elementos do padrão de autorrealização dos entrevistados, de seu ideal de boa vida. Assim, esta seção incorpora a descrição: dos objetivos de vida dos atores; dos constrangimentos que impediram a realização daqueles; de exemplos em que o padrão valorativo dos indivíduos não se aproximava das assertivas de Honneth (nos casos aclarados, a violação não se tornou substrato motivacional para a luta por reconhecimento) e; de elementos que comporiam o modelo normativo de condução da vida cotidiana para autorrealização dos entrevistados. Em relação a este último item, é importante esclarecer que o mesmo admite um caráter hipotético, pois seu desenvolvimento teve como objetivo fornecer subsídios para que outros estudos sobre o tema possam ser realizados.

#### 4.1.1 Pretensões de subjetividade

A maioria dos associados dos três EES salienta, no princípio de sua inserção na vida adulta, pretensões de subjetividade vinculadas à família, as quais contemplam subsistência e relação marital estável. É interessante que para quase totalidade da amostra não se coloca a busca por reconhecimento no universo laboral, pelo menos nos termos da esfera da solidariedade em Honneth. Das 22 entrevistas, apenas 3 salientaram expectativas referentes a uma profissão, objetivo que rapidamente é realocado ou abandonado, como percebe-se no depoimento abaixo:

A menina de 15 anos tinha bastante sonhos, tinha sonhos de ter uma família feliz, de casar na igreja, de ter um bom emprego (...) ser uma advogada, doutora, sonhos grandes entendeu, porque eu até mesmo brincava de doutora, brincava de advogada, então sonhos bem grandes e era isso (...) comecei a trabalhar com 14 anos, trabalhava de babá com a patroa da minha mãe, né, daí fiquei dois anos e meio trabalhando de babá com eles, cabecinha fraca minha, era pra mim hoje tá bem, porque eles iam pagar estudo pra mim, sabe, eu morava lá e tudo (...) e eu me arrependo, me arrependo porque eu tive essa oportunidade nas minhas mãos, de ser algo além de uma recicladora, né (..) mas eu queria sair, namorar, passear e eu vivia trancada dentro da casa.

T4, por exemplo, que tinha o pai doente e catava material reciclado desde pequena com a mãe, apresenta como pretensão a necessidade de garantir a subsistência da família: “*o meu sonho na verdade era tirar meus pais de lá, dar outra vida pra eles*”. A3, que ao contrário da A2 sempre trabalhou fora, também convergia com os depoimentos anteriores, no que se refere às pretensões de subjetividade vinculadas à família: *o que eu queria era continuar casada com ele, um trabalho né, que me desse estabilidade financeira, e ter um filho, era isso o que eu queria*. E acrescenta: *eu me preocupava muito em ser uma dona de casa assim, a minha louça e o meu fogão tavam sempre brilhando*. Outro exemplo, agora masculino, é o depoimento de T11: “*o sonho de construir uma família só assim, mas não o sonho de ser um profissional*”.

#### 4.1.2 – Constrangimentos

Como se percebeu no subitem anterior, as pretensões de subjetividade estão colocadas, predominantemente, na família. Logo, os constrangimentos significativos para os sujeitos se constituirão em relação a este mesmo universo. Em resumo, foi possível identificar

dois tipos de constrangimentos: 1) pontual – quando o sujeito define um problema que considerou representante de uma situação limite, a partir da qual empenhou mudanças em sua vida e; 2) gradual – quando o sujeito aponta diversas experiências fracassadas que se repetem no tempo, mas não localiza um acontecimento como promotor da transformação moral. Por fim, apresentam-se casos em que os sujeitos não localizam a existência de constrangimentos promotores de câmbios significativos em suas vidas. Estes associados logravam reproduzir sua família e manter seu casamento. É importante observar que esta inexistência de constrangimentos não impede que, posteriormente, ocorram câmbios morais com os entrevistados.

T4 habitava uma área de risco, no centro de Porto Alegre, que estava sofrendo um processo de desocupação. A mudança para periferia representaria a perda da sua possibilidade de trabalho, pois não encontraria aí a quantidade e a qualidade do material reciclável disponível no centro. Logo, esse processo exigiu dela uma mobilização política, representando um *constrangimento pontual*. De forma semelhante, para A2, o estopim que posteriormente transformará sua vida de dona de casa será um processo de desocupação: “*não, só um pouquinho, não pode ser assim, não podem tirar minha casa, eu gastei todas as minhas economias, alguma coisa eu tenho que fazer*”, dizia ao narrar os sentimentos de indignação que teve ao saber que seria retirada do local onde morava.

Diante de tal relato surge uma pergunta: estará operando nestas situações um modelo que remete à lógica cívica? Em alguma medida acredita-se que sim. Entretanto, é preciso pontuar que esta é acionada pelo ator nos casos em que a família foi posta em risco. Ou seja, nos depoimentos percebe-se que o modelo cívico não orienta predominantemente as experiências dos sujeitos. A prova de tal afirmação é que constrangimentos que feriam, nos termos de Honneth, a identidade cidadã destes atores, constituindo-se como vergonhas sociais, não se configuravam como substrato motivacional para a luta por reconhecimento, como se lê no exemplo abaixo:

Nós pegávamos o material do fórum central, nós já pegávamos o material ali há muito tempo de carroça, eu tinha uns 14 anos e teve um dia que a gente chegou lá e trocou o guarda, e aí o que ele fez, quando a gente entrou com a carroça ele simplesmente puxou a arma e apontou pra nós, fez com que nós ficasse parada, puxou a carroça botou pro lado, e ali ele chamou a brigada, até que viesse as pessoas competentes lá de dentro pra abrir o espaço lá pra nós, nós ficamos ali como se nós fôssemos marginal (...) Aquilo foi uma coisa que a gente nunca esqueceu (...). Na época a gente até levou pra esse lado assim, eu até comentei que mudou o guarda e depois ele até pediu desculpa e tudo. Hoje se isso acontecesse comigo, eu agiria totalmente diferente, naquela época pra mim foi

uma coisa normal por que ali era o espaço deles, eu não via aquilo ali como um preconceito deles ou como se eles estivessem nos ofendendo<sup>51</sup>, hoje eu digo assim se isso acontecesse hoje, com certeza eu agiria totalmente diferente, até processaria eles, porque hoje eu dou mais valor pra mim como catadora e também como ser humano (T4).

Neste depoimento fica evidente como na época a entrevistada admitia um tipo de humilhação que atualmente fere sua dignidade humana. Assim, a indignação que sofreu pelo processo de desocupação não garante a inserção em um modelo de justiça vinculado a um senso cívico que oriente a maioria de suas atitudes. A própria T4 identifica, mesmo que indiretamente, que este é constituído posteriormente: *“hoje eu dou mais valor pra mim, como catadora e também como ser humano”*.

Já para A3 o constrangimento que exige transformações em sua vida é uma separação. É interessante observar que, nos casos encontrados, não somente a perda do vínculo com o marido, mas também casos de traição, representam problemas pontuais. Um casamento estável significa uma prova de sucesso no sentido do cumprimento de uma parte significativa das pretensões de subjetividade.

Bah, eu não podia nem pensar que eu começava a chorar (...) eu achava que a minha vida tava perfeita, ah, vinte e cinco anos eu tenho a minha casa, a gente tem uma moto, a gente vai ter um filho, sabe, tá perfeito, bah, aquele mundo rosa, e daí bah, não tenho marido mais, voltei a morar na casa da minha mãe, nos fundos, com meu irmão que é um xaropão, relaxado, meu Deus, minha vida tá uma zona (A3).

Diferente dos casos anteriores, T11 representa o segundo tipo de constrangimento, ou seja, o mesmo não identifica um fato central que interrompe suas pretensões e proporciona a reflexão. Neste caso, não é o problema que promove a mudança, apesar de configurar-se como o substrato da reflexão, como será possível perceber nas vivências deste sujeito. Durante sua vida trabalhou em diversos empregos, com e sem carteira assinada, e em meio a esses, vivenciou períodos desempregado, os quais ocasionaram algumas depressões:

De não ter dinheiro, de não ter como sustentar, casa pobre, casa velha, ralada assim, acho que me deu uma depressão assim e eu comecei a beber, só tomar cachaça, aí cheguei e pô, mas eu vou viver como um mendigo e não é isso que eu

---

<sup>51</sup> A partir deste momento, todas as partes dos estratos de entrevistas consideradas representativas, terão destaque com sublinhado.

quero, aí comecei de novo a parar de beber, parar de fumar maconha, pensar mais na família, arrumar um emprego (T11).

Ainda como representantes deste tipo de constrangimento estão A4 e T13. Nestas últimas, há uma aversão a hierarquia, a qual, no entanto, nunca se constituiu como um fato que exigiu transformações consideradas pelos sujeitos determinantes: “*eu fugia do emprego, eu não gostava do serviço, eu gostava de trabalhar em casa (...) eu não gostava de aturar desaforo, eu não gostava que falassem de mim*” (T13). Já a A4, sempre depois de algum tempo nos trabalhos pedia demissão para tentar colocar seu próprio negócio:

Não tem aquela, aquele patrão, faz isso, faz aquilo, faz aquele outro, muitas vez tu nem tá com vontade, então tu tem aquela vontade de ter teu próprio negócio, de ser dona do teu nariz, de não precisar oh patrão hoje eu preciso ir lá no médico, tem tudo isso, né, porque pro patrão tu é bom enquanto tu tá ali, de pé, mas si tu tá doente, aquela ali não presta pra nada, normalmente é assim que acontece, então isso aí me aborrecia muito sabe (A4).

Esses três exemplos – T11, T13 e A4 – demonstram que mesmo que existam constrangimentos que suscitem processos incômodos aos sujeitos, nem sempre estes se tornam material suficiente para impulsionar câmbios, ou lutas por reconhecimento. Afinal, os constrangimentos não feriam as pretensões de subjetividade centrais (relativas à família) para os sujeitos.

Por fim, boa parte dos entrevistados não pontuaram situações problemas que representassem substrato para mudanças em suas vidas. Por exemplo, T8 sempre catou lixo e até hoje consegue sustentar a família a partir dessa renda, não há para ela outras expectativas: “*não tinha como trabalhar de carteira assinada porque eu estudei até a quarta série, até tentei, já larguei currículo, mas até hoje nunca me chamaram, não tem como trabalhar melhor, vai o que tem*” (T8). C1 também tem uma percepção parecida, apesar do contexto ser distinto. Esta ficava em casa e agora está na cooperativa, não houveram problemas a serem resolvidos entre uma inserção e outra. Em síntese, nestes casos os entrevistados sempre lograram reproduzir sua família e gozaram de uma relação marital estável. Esta inexistência de constrangimentos não impede que, posteriormente, ocorram câmbios morais. Fator que auxilia, em conjunto com o constrangimento gradual, a deslegitimar o conflito como promotor central das transformações na vida dos sujeitos. Para muitos destes o que trouxe câmbios e a reavaliação de sua condição foi o ingresso no EES, ou seja, o coletivo não se tornou um apoio para demandas que os sujeitos já tinham, mas ao contrário, produziu as críticas que proporcionaram lutas por justiça.

#### 4.1.3 Violação – substrato para a luta por reconhecimento?

Nesta subseção pretende-se evidenciar exemplos de violência para se entender como esta é vivenciada pelos sujeitos. A princípio, Honneth (2003) coloca que a mesma se constituiria como um desrespeito, proporcionando a emergência, nos sujeitos, do sentimento de culpa ou indignação, o qual incitaria o ensejo pela luta por reconhecimento. Como será possível perceber, nos casos relatados, nem sempre os entrevistados entendem que a violência fere sua dignidade.

Os primeiros exemplos são relativos à família e levam os sujeitos a desvincular-se desta através do trabalho, ou a ir morar nas ruas. Nestas situações existe o sentimento de indignação, mas a violência não é tomada como uma injustiça cívica, e sim como um erro de conduta da família:

Não é que eu quisesse ter emprego, né, eu precisava ter emprego, primeiro porque se eu não tivesse emprego eu não ia comer, porque a minha avó era assim, como o meu pai enchia a cara de cachaça e não deixava dinheiro pra ela fazer comida pra nois, então ela não fazia comida pra nois e ela nem dava nada pra nois, então nois tinha que ir pra poder comer (...) a gente já tava cansado de apanhar da vó e muitas vezes nem ter o que comer (A4).

Que nem porque na minha infância, eu penei na minha infância toda, não brincava, quando eu pensava em brincar minha mãe vinha e me batia aí (silêncio) daí eu gostava de ficar na rua, era bem melhor (T2)<sup>52</sup>.

Em outros casos, os entrevistados identificavam a injustiça e recorreriam às normativas cívicas, entretanto, não se consideram dignos, diante do todo social, para lutar por reconhecimento.

Eu era uma menor delinquente, pra eles (*se referindo ao poder jurídico*), a minha irmã fazia um ano que tinha saído da cadeia, como é que iam entregar uma criança pra nós (...) eu me via como uma fraca, porque aí eu comecei a pensar que eu podia ter seguido um caminho diferente e não segui, minha mãe morreu eu já larguei o colégio, fui fazer tudo o que eu queria, não precisava ter feito isso, aí começou a bater o arrependimento (T1).

No exemplo acima, fica evidente a dificuldade que existe no Brasil do estabelecimento do sentimento de igualdade entre todos os sujeitos, condição indicada no capítulo teórico da dissertação. Por fim, nas relações amorosas, muitas vezes a violência sofrida não desrespeita a dignidade dos sujeitos e outros padrões de justiça são mobilizados para julgar a situação e restabelecer a justiça:

---

<sup>52</sup> T2 viveu quatro meses na rua, tinha 13 anos.

Na real ele (*o ex namorado*) me batia demais, né, daí eu terminei com ele, daí ele não queria terminar, mas daí eu deixei ele. *Mas e na casa da tua mãe ele te batia também?*<sup>53</sup> Batia. *E tua mãe?* A minha mãe arriava o pau nele também. *E como é que era pra ti assim?* Aí pra mim era, eu saía na sexta feira e voltava só na outra sexta, ele nem sabia onde eu tava. *Mas e tu dormia aonde?* Eu ia lá pra casa dos meus outros namorados. *De outros?* É, sou boba eu, e ele era drogado ainda. *E tu não conseguia acabar com ele?* Não porque ele não saía da minha casa. *E tu tentava?* Teve uma vez que eu peguei as roupas deles, botei num saco e tudo e larguei aqui, ele pegou as roupas e voltou, daí eu deixava lá, tá quer ficar, fica. *E tu nunca pensou em denunciar?* Não. *Por que não?* Não sei. *Incomodação?* Não é por causa da incomodação, mas eu não denunciaria eu acho. *Mas tu acha certo ou acha errado?* Eu acho errado não denunciar, né, mas eu não faria (T2).

Abri o portão puxei ela (*a amante do marido*) pelos cabelos de dentro do carro sabe e ele meio assim que ligou o carro pro carro andar, pra ver se eu largava ela, daí não larguei ela e ela já tava praticamente pra fora do carro, e eu puxando ela pelos cabelos e ele começou a me segurar pelos meus braços, daí resumo, eu tirei a minha blusa, aí ele saiu de dentro do carro venho e me segurou, daí eu larguei ela, e eu empurrava ele, sabe aquele fiascão, na hora eu não tinha nem um vizinho pra me ajudar, né, e eu naquela peleia brava, no final ele me botou pra dentro de casa, daí eu dei um tapa na cara dele sabe, com aquela raiva, daí ele me deu outro, e eu dei outro, ele me deu outro e ele outro, até que venho a minha comadre e ele quis dizer assim que eu que tava louca, né, que eu que fiz tudo (...) então hoje o meu sonho é de ver ele na pindaíba, Deus que não me castigue, mas assim pelo que ele faz assim pras crianças<sup>54</sup> eu quero ver ele assim na pior e vou ver (T9).

Estes relatos denotam que na condução da vida cotidiana o ideal cívico nem sempre se estabelece, pois, no primeiro caso, a justiça é restabelecida pela traição e, no segundo, pela violência. Além disso, é interessante notar que para T2 as normativas de justiça do Estado moderno são consideradas, entretanto, esta justificação não tem força para ensejar a necessidade da luta por reconhecimento. Ou seja, a associada considera certo denunciar o companheiro por violência, mas não o faria. Outro caso que comprova esta assertiva pode ser encontrado abaixo:

A gente brigava muito e eu me separava dele direto (...) porque ele bebia demais e eu ia atrás dele e ele ficava bravo. *Ele já chegou a te bater?* Já. *E tu nunca pensou em denunciar?* Não. *Por quê?* Porque eu nunca pensei? Antes eu tinha medo dele, agora eu não tenho mais, mas era uma coisa que nem vinha na minha cabeça, denunciar. *E hoje tu denunciaria?* Acho que não (T10).

---

<sup>53</sup> No caso das citações, escritos em itálico significam interferências minhas.

<sup>54</sup> A entrevistada relata que o marido só se importa com um dos filhos e que até hoje nunca deu pensão. T9 coloca ainda que já tentou colocar o marido na justiça, entretanto, foi pedido à trabalhadora alguns procedimentos (abrir conta bancária, por exemplo) que a mesma não conseguiu cumprir.

Em síntese, das situações relatadas tiram-se três reflexões: 1) a violência é, para muitos, um registro que se repete no tempo, ou seja, desde a infância (nas relações com os pais) até a idade adulta (na relação com os parceiros) ocorrendo, a partir disso, certa naturalização do fato; 2) o Estado não aparece como um parceiro para se demandar a resolução do conflito, principalmente quando a violência foi estabelecida na esfera privada, assim, outros modelos normativos são mobilizados para se restabelecer justiça e; 3) nos casos em que os sujeitos tinham gana de acessar o Estado, não se sentiam pares dignos de reivindicação, o que demonstra que a noção de igualdade não é, para estes sujeitos, estabelecida.

#### 4.1.4 Situações ilícitas: entre a pessoa **de bem** e a pessoa **do mal**

As situações ilícitas tiveram contribuição ímpar para que se pudesse chegar ao ideal de autorrealização dos entrevistados. Em geral, o crime feria a moral dos sujeitos, seu ideal de vida boa. Manifestava-se, assim, o sentimento de culpa, quando os sujeitos eram atores no universo ilegal, ou de indignação, quando o protagonista era um familiar. Tais elementos indicavam que a honestidade representava uma pretensão mínima de subjetividade. Esta estava colocada nas relações entre pais e filhos, ou seja, sendo os pais honestos, tinham o dever de criar filhos também corretos. Uma situação que contempla essa assertiva pode ser lida no exemplo abaixo:

T5, depois da primeira prisão decide parar de roubar, entretanto, é preso outras duas vezes, segundo ele, injustamente. Em seu depoimento, percebe-se que o sentimento de vergonha – não tem como matéria prima a injustiça realizada pelo Estado, pela qual a indignação seria a manifestação cívica – tem como substrato a mágoa que sua mãe vivenciaria:

Bah isso aí assim foi cruel mesmo cara, foi chocante pra mim, eu chorava mais pela minha mãe sabe, ela pô T5, tu tinha prometido, e eu falando pra ela que não, mas igual tava em cana, né, tava só com os meus amigos, eles tavam de prova também mas, a prova deles não valeu de nada (T5).

Ou seja, ser preso significa ter decepcionado as expectativas que o entrevistado tinha em relação a si, as quais se referiram, neste caso, às pretensões que a mãe tinha sobre a criação que havia dado a seu filho. Dada esta centralidade da família nas expectativas de subjetividade, a questão principal colocada por esta dissertação foi: Qual o valor social que o

sujeito comprova ao focalizar suas pretensões de subjetividade na esfera familiar? O sucesso no ambiente familiar parece atestar o sujeito como uma **pessoa de bem**. Ou seja, os atores, ao criarem os filhos sem o envolvimento em situações ilícitas, provam seu mérito: tornam-se **pessoas de bem**, contribuindo assim, para o todo social. Assim, ser preso atesta o sujeito como uma pessoa *do mal*, adjetivo que comporta uma indignidade para si e para a família, pois esta é também culpada pela educação do sujeito ilícito.

Sabe uma coisa engraçada do tempo que eu vendia, quando eu ia dormir eu rezava pra Deus e pedia perdão pra Deus, dizia Deus não me castiga que eu sei que eu tô estragando a vida das famílias, porque eu converso muito com Deus, né, porque eu sabia que eu tava fazendo uma coisa errada, mas ao mesmo tempo que eu tava fazendo uma coisa errada eu tava botando de comer na boca dos meus filhos e dos meus sobrinhos, mas eu pedia perdão porque eu sabia o que as pessoas passavam, os pais, as mães (T1)<sup>55</sup>.

A pessoa *do mal* (ou seja, nos casos estudados, o indivíduo que se envolvia em situações ilícitas) é uma vergonha pra família, um mal exemplo, é não cumprir as expectativas de subjetividade que o sujeito tinha em relação a si próprio. Assim, diante destas situações, foi normalmente a pressão da própria família que impulsionou o câmbio nas vidas dos mesmos, como observa-se na continuação do depoimento acima exposto: “*a minha filha teve que cuidar de mim com 4 anos, aí eu olhei pra ela e falei que naquele dia ia ser a última vez que ela ia me ver daquele jeito e foi aí que eu comecei a trabalhar no galpão, larguei daí, dei um basta em tudo*” (T1). Outro depoimento:

E daí depois com o tempo engravidei do T18, né e foi onde daí eu comecei a dar um rumo na minha vida, pô olha o que que eu deixei pra trás, eu trabalhava, né, vivia honestamente, de uma hora pra outra minha cabeça virou, eu fui presa 8 meses, daí como eu tava te falando ganhei o T18, daí foi quando eu parei pra pensar e disse chega entendeu, porque eu sempre fui trabalhadora, sempre lutei pelo meu ideal, não roubava de ninguém entendeu, era ali a minha luta, por eles, aí peguei no galpão de reciclagem, foi onde eu tive a oportunidade de recomeçar a minha vida de novo, né (T12).

A vergonha social também é mobilizada quando as pessoas são confundidas com pessoas *do mal*: “*as pessoas chamavam a gente de marginal, digo, meu Deus como é que eu fui me transformar num marginal, marginal mata, rouba, faz isso, faz aquilo e eu não faço nada*” (T6). Ou seja, um “*marginal*”, não precisa ser respeitado como ser humano, pois ele

---

<sup>55</sup> Na época vendedora e usuária de drogas.

mata, rouba. O problema para a entrevistada era que as pessoas a confundiam com um marginal e por isso ela admitia o desrespeito. Aspecto que mais uma vez evidencia a pessoalidade como filtro do respeito e evidencia a dificuldade do estabelecimento de igualdade entre todos. Dependendo da sua condição – prostituição, marginalidade, pobreza – privação, violação ou privação são admitidas<sup>56</sup>. Assim, antes de lutar por reconhecimento, é necessário que os sujeitos se entendam como dignos.

Por fim, evidencia-se as provas que os sujeitos mobilizam para se classificar como pessoas **de bem**. Sinteticamente, encontrou-se três tipos de situações: 1) a prova está colocada na saída do mundo do crime e no estabelecimento de uma casa e de um trabalho; 2) a prova está colocada nos filhos, os quais através do estudo poderão ter suas habilidades reconhecidas pelo todo social e; 3) a prova está colocada na ampliação do cuidado com os outros, o qual transcende a família e passa a incluir a comunidade. Em relação ao primeiro tipo de ocorrência, encontra-se:

Sabe que eu não escondo a minha vida, porque eu acho que eu dei uma volta por cima assim oh, sabe, todos, eu tinha uma turma de mais de 50 pessoas no centro, se tiver duas vivas é muito, eu não tenho mais amigo nenhum, todos morreram, se não foi de AIDS, foi de tiro (T1) (...) então eu sonho cuidar do filho e da casa, o meu sonho é dar tudo que eu não tive pro meu filho, eu sonho que eles estudem, sigam adiante com os estudos e sejam umas pessoas direitas na vida, sonho e peço pra Deus isso todos os dias (T1);

Eu agradeço a Deus porque eu sou, eu posso ter problemas tudo isso, mas me acho uma pessoa tranquila, porque pro que eu passei assim, eu era pra ser uma pessoa bem revoltada (..) eu sempre digo pros meus filhos a honestidade é a coisa mais importante que existe e a sinceridade (C3).

A perspectiva de ser uma pessoa revoltada, ou sem emprego, ou envolvida em situações ilícitas, que não logra criar os próprios filhos, tanto para homens quanto para as mulheres, é vivenciada como uma situação digna de vergonha social. Já nas citações que seguem, ocorre uma transferência para os filhos da esperança da construção de um reconhecimento na esfera da solidariedade. Neste sentido é que se defende que os sujeitos compartilham a existência e legitimidade do reconhecimento a partir do trabalho, entretanto,

---

<sup>56</sup> Neste sentido Oliveira (2011, p.42) nos oferece outros exemplos: “*como no fogo atado ao índio Galdino em Brasília ou no caso da empregada doméstica espancada na Barra da Tijuca (Rio de Janeiro). Ambas as agressões foram protagonizadas por adolescentes de classe média-alta que acionaram justificativas chocantes, mas muito reveladoras da dificuldade brasileira em respeitar direitos do indivíduo-cidadão genérico: “pensamos que ele era um mendigo” (referindo-se a Galdino), e “pensamos que era uma prostituta” (no caso da empregada doméstica). Quer dizer, do ponto de vista deles, se não tivessem se enganado não teriam feito nada de errado!!!*”

não se consideram dignos e capazes do mesmo, delegando tal oportunidade para os filhos. Ou seja, a autopercepção, referente ao menor valor, enquanto pessoa, opera e os sujeitos assumem a impossibilidade de lutar pelo reconhecimento. Padrão construído desde a infância dos mesmos, o qual comporta um ideal de vida boa diferente do colocado nas esferas do reconhecimento de Honneth. Neste sentido, o compartilhamento do padrão hegemônico de reconhecimento na esfera da solidariedade – trabalho qualificado, formal, bem remunerado – exclui a maioria dos associados: “*eu não penso em fazer uma faculdade, ou arrumar um serviço melhor, por que eu já tô com 24 anos e não vai dar tempo de correr atrás, né*” (T7).

Pra mim eu não tenho sonhos, hoje não, sei lá eu penso pela minha filha é a única coisa que sei lá, eu acho que me faz viver a minha vida do jeito que tá, ela e a minha mãe, a minha mãe inconfundível, né. (...) Sonho que T17 (*é a filha do entrevistado*) tenha uma vida melhor que a minha, não precise ir pros prédio pedir, não precise trabalhar pequena, possa estudar, sei lá (T5).

É que os meus filhos não têm que ter a opção de não estudar, eles são obrigados a estudar, então eu acho que, não to dizendo que foi um erro da minha mãe, foi uma opção minha, mas eu acho que ela deixou eu tomar uma atitude que hoje poderia ter mudado a minha vida. Se ela me forçasse a estudar como ela forçou os outros, os outros todos estudaram, até por que eles não disseram não, eu não quis e hoje me faz falta. Hoje os meus filhos, eu tenho a minha filha que tem o 2º grau completo e tem a outra que estudou o 1º grau completo também e depois casou e tem as meninas que estão, a minha de 5 anos, a menor, já esta no colégio, já sabe escrever o nome dela, as minhas que saíram daqui agora já estão na 4º série com 9 anos, então isso é importante, eu tenho a minha filha de 10 anos que é gêmea, e o que acontece, ela hoje é formada em violino, ela é formada, ela é uma música, ela se apresenta em vários locais tocando violino, ela já é formada naquilo ali com 10 anos, e aí ela foi buscar mais pra ela, é o que a gente sempre fala, e agora ela entrou numa escola militar (T4).

Em síntese, nas entrevistas realizadas o cuidado com o outro é elemento central e a partir deste os atores se autorreconhecem como pessoas importantes, **de bem**, no sentido de cumprir o seu papel, formando pessoas para que a sociedade seja melhor. Esta autorrealização pode incluir, ainda, uma ampliação da família, no sentido do cuidado, o qual se torna para eles uma habilidade que deveria ser reconhecida pelo todo social:

Eu não tive a oportunidade de estudar, eu não tive a oportunidade de trabalhar numa casa e cuidar crianças abandonadas, mas eu cuidei crianças abandonadas, sabe quantos? Doze eu criei, fora meus filhos, criei os meus e criei os doze dos outros, só criança abandonada, criança de rua (T6).

Daí me deram serviço na comunidade, tive que trabalhar no asilo, daí comecei a trabalhar, limpar banheiro, sala, aí quando vê a senhora do asilo gostou do meu trabalho e me contratou (...) eu gostava de trabalhar porque eu ajudava os cegos, ajudava os velhinhos a fazer barba, até da banho neles entendeu, e olha o bagulho tava me deixando grandão sabe, tipo um poder, não tava ganhando muito dinheiro, mas saía lá de dentro satisfeito, sabe, tipo pelo menos uma coisa de bom tô fazendo sabe, pelo menos eu acho que eu tô conseguindo me redimir pelo que eu fiz de errado entendeu (T5).

Teoricamente, não existe a possibilidade de desenvolver, nesta dissertação, o significado social da **pessoa de bem**. Entretanto, acredita-se que apontar a existência deste padrão de estima alternativo – que entende a injustiça como o impedimento de realização desta **pessoa de bem**, a qual centraliza cuidado em relação ao outro, tendo direitos e deveres a serem cumpridos – é uma contribuição significativa deste trabalho. Falas e experiências que seriam dispensadas se a análise fosse restringida ao padrão de reconhecimento honnetiano

#### 4.2. O EES como meio social disponível para ensejar lutas por reconhecimento?

Nesta seção busca-se analisar as vivências dos atores nos EES. Como já se afirmou, estas são diversas e por este motivo foi importante separar os sujeitos em perfis, os quais tornaram-se uma forma de controle para a hipótese. A mesma entende que os EES são espaços potenciais para o reconhecimento por proporcionarem que os associados experimentem elementos referentes ao universo cívico, mais especificamente: 1) um reconhecimento antecipado de suas habilidades individuais que proporciona a emergência do sentimento de solidariedade grupal, através do qual se produz o engajamento e; 2) a vivência de um universo deliberativo e o contato com um novo padrão de estima colocado em coletivos com características de movimentos sociais. Estes dois elementos poderiam constituir um “*outro generalizado*” que tenha como premissas a igualdade, a solidariedade e o bem comum e como meio para atingir estas demandas a inserção na esfera pública. Condição na qual o sujeito se entende como um par social capaz de demandar reconhecimento nas diferentes esferas apontadas por Honneth.

Na amostra percebeu-se que as *novas pretensões de subjetividades* construídas pelos sujeitos da categoria *em luta* partiam de um padrão de estima colocado pelo ideário dos EES. Ou seja, como evidenciado no segundo capítulo: trabalho que tem na igualdade e solidariedade seus princípios, incluindo a comunhão com a natureza e a luta por uma economia que permita a reprodução ampliada de todos. Por este motivo, a tipologia foi estabelecida em relação ao EES, tendo como filtro o engajamento em tais bandeiras, pois estas fazem referência aos câmbios morais dos atores e proporcionaram que estes pudessem se considerar dignos de demandar reconhecimento de suas habilidades (solidárias) para o todo social. É importante pontuar ainda que a ampliação do ensejo pelo reconhecimento é estabelecida em relação ao privilégio da família, predominante antes do ingresso no EES, situação evidenciada na seção anterior. Ou seja, todos os sujeitos classificados na categoria *em luta* tinham pretensões de subjetividade vinculadas ao **homem de bem**, nomenclatura

instituída na seção anterior, e passam a incorporar a perspectiva do **bem comum** solidário. Neste inclui-se a luta por reconhecimento na esfera da solidariedade, antes ignorada. Já os entrevistados classificados **em repouso** têm uma ampliação das expectativas de subjetividade que incluem a esfera do trabalho, mas não se engajam na perspectiva de construir o **bem comum** solidário. Por fim, o perfil **em tensão** se caracteriza por manter suas pretensões de subjetividade restritas à família, entrando em conflito com as demandas de engajamento do EES.

#### 4.2.1. Em Luta

No que se refere à caracterização, salienta-se a faixa etária destes associados, a qual se restringe ao intervalo entre 30 e 55 anos. Além disso, outro dado importante é que todos os sujeitos classificados nesta categoria se constituem como lideranças: T4 e T11 na Associação Cavalhada; A2 e A3 no Misturando Arte. É interessante perceber ainda que nenhum associado da confecção Mãos Amigas pôde ser incluído aqui. Quanto à apresentação dos dados, devido ao pequeno número de sujeitos, escolheu-se evidenciar as experiências de todos, pois se acredita que estas são fundamentais para tornar perceptíveis os pontos comuns que indicam como ocorreram os câmbios morais que conduziram a luta por reconhecimento.

No caso de T4, que sofria um processo de desocupação, o único caminho pra não perder seu emprego foi se organizar: *“então eu descobri assim, foi numa reunião onde tinha quatro pessoas a decidirem, aí fomos perguntando nas casas, fomos conversando com as pessoas (...) aí um ano depois que a gente tava aqui, eles construíram esse galpão e largaram pra nós”*. A partir de então, o galpão de triagem se torna o principal espaço onde sua capacidade mobilizadora é potencializada e reconhecida:

Eu acho e já ouvi, que se eu não estiver presente as coisas não são iguais, então a minha presença aqui dentro, não é que eu cobre as coisas, não sou de cobrar muito, sou de chegar sempre na brincadeira falando tudo, mas muda bastante se eu não estiver, tanto na produção, quanto na questão dos conflitos, em tudo, por que acho assim, que quando a gente sai sempre tem uma que quer mandar mais do que a outra, eles acham que tá na coordenação é querer mandar, é querer dizer tu vai fazer e pronto, eu jamais chego em alguém e digo tu vai fazer, eu digo vamos ali fazer, aí quando a pessoa já pegou o ritmo, eu saio e vou fazer o meu serviço, deixo aquela pessoa fazendo, liderança é uma coisa e mandar é outra (T4).

Todos os sujeitos classificados nesta categoria têm suas habilidades biográficas reconhecidas pelo grupo, as quais são atestadas na condição de líder. Esta possibilidade surge, para T4, somente a partir da constituição do empreendimento, pois a catação individual não poderia lhe atribuir este status. Outro aspecto que torna a experiência no EES singular é a

possibilidade de criar as dinâmicas do coletivo: “a gente era cru, como vamos fazer a primeira divisão, atestado, as faltas, e a gente começou a inventar as coisas, o racha, pra dividir com quem não faltou (...) antes a gente não sabia fazer as contas, e aí nós dávamos as ideias” (T11).

Ainda para T4, percebe-se que, de outro lado, a inserção no empreendimento proporciona a ampliação da rede social, pois é necessário o contato com o poder público, clientes e outros movimentos sociais para possibilitar o andamento do trabalho produtivo. Entretanto, será a partir da participação nestes últimos que o caráter político, de crítica ao capitalismo e de inversão valorativa de êxito na esfera da solidariedade, começa a ser efetivado:

Na verdade nos tínhamos a FARGS<sup>57</sup>, a gente ia e conversava muito com o catador, e a gente via a necessidade deles de se sentirem gente (...) foi ali que eu comecei a mudar, comecei a ver que o meu trabalho não era só pra levar dinheiro pra dentro de casa, comecei a descobrir que o meu trabalho não tem que ser de domingo a domingo, meu trabalho tem que ser de segunda a sexta, fim de semana é pra minha família (T4).

Logo em seguida, T4 começa também a participar da FAG<sup>58</sup>:

E lá sim nós tivemos formação política (...) então, a gente aprendeu a não ir só pra frente da prefeitura pra gritar queremos isso, a gente também aprendeu a ir pra frente do palácio lá pra gritar tem que soltar o fulano, pedir libertação de alguém, a gente aprendeu que, pelo menos eu aprendi e gostaria muito que pessoas daqui de dentro (*referindo-se ao empreendimento*) aprendesse isso também, que é difícil, mas pelo menos eu aprendi assim, que aquilo ali é uma autodefesa pra mim, e eu também consigo fazer uma coisa quando eu acho uma injustiça com alguém, eu consigo ir lá e ajudar aquela pessoa a corrigir isso (T4).

É neste âmbito externo, no qual se contempla a necessidade de lutas pelos direitos, que se constitui a chance de formulação de um horizonte valorativo alternativo de estima para a esfera da solidariedade. Ou seja, se antes este impedia que a associada construísse pretensões na esfera da solidariedade, agora isso se transforma. A partir desta inserção, vinculada ao reconhecimento antecipado, se estabelece a possibilidade de construir um novo ideal de comportamento a ser seguido, ou seja, um novo *me* cívico: solidário, democrático, cidadão e que luta pelo bem comum. Para T4 este processo inicia com sua participação na FAG e continua na formação do MNCR<sup>59</sup>, o qual posteriormente se torna um coletivo de

---

<sup>57</sup> Federação das Associações dos Recicladores do RS.

<sup>58</sup> Federação Anarquista Gaúcha.

<sup>59</sup> Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável, sobre o qual descreveu-se maiores informações no capítulo 2.

apoio para demandas gerais como, por exemplo, o reconhecimento dos catadores como profissão, assim como, para demandas internas do empreendimento. No ano de 2004, por exemplo, T4 saiu da cooperativa. Neste período, a diretoria que assumiu foi acusada de roubo:

Eu não tinha vontade de voltar, aí foi um grupo de pessoas lá em casa, uma delas era T14, T13 e outras que não estão mais aqui, daí foram e diziam que eu tinha que voltar, porque aquilo lá não dá, eu saí daqui eles estavam ganhando R\$ 600,00 por mês e eles passaram a ganhar R\$150,00 no mês, então foi uma exploração total e geral, daí eu chamei o MNCR, conversei com os guris, eu chamei eles por que como eu digo, uma pessoa sozinha não tem força, se eu quisesse entrar aqui e retomar, eu não ia conseguir sozinha (...) começamos a fazer umas reuniões fora, sem a coordenação daqui saber, a antiga coordenação, vimos que era isso que o pessoal queria, a maioria queria, aí resolvemos um belo dia de manhã, 18 de agosto de 2008, aí a gente resolveu entrar, quando eles abriram o portão pro pessoal entrar pra trabalhar, a gente entrou junto, e ali o pessoal que tava com medo que não podia falar, que tinha medo que se falasse ia pra rua, o pessoal resolveu se manifestar, e aí estamos aqui até hoje (T4).

Fica evidente aqui a crença na força do coletivo para fortalecer demandas e estabelecer uma situação mais justa. Esta, no depoimento acima, nega o privilégio e afirma a igualdade, pois se justificava o castigo para a pessoa que rompeu a dinâmica cívica do EES. Convicção que é resultado de todo processo vivenciado anteriormente, a partir do ingresso no EES, no qual amplia suas pretensões de subjetividade e entende-se como sujeitos de luta:

Os meus sonhos hoje é de futuramente ver os meus filhos formados, é futuramente não ver tanta droga, não ter tanta marginalidade, e sim mais trabalho, e quem sabe a prefeitura enxergar com outros olhos os catadores, ao invés da prefeitura se preocupar em prejudicar os catadores, de tirar os catadores das ruas (T4).

A gente descobriu que a gente tinha os mesmos objetivos, que era não deixar o pessoal ser explorado, que era querer melhoria para a associação, que era mostrar pros catadores que eles podem fazer as coisas (T4).

T11, que também é da associação Cavalhada, trilha um caminho diferente de T4, mas compartilha as participações nos movimentos sociais. Para ele não se estabelece um constrangimento pontual, a partir do qual empenha mudanças. Inicialmente a inserção no galpão já promove o reconhecimento de suas habilidades: *“eu cheguei na reunião eu já era vice-presidente, aí eu disse bah gostei da coisa, né (risos), gente importante”*(T11). Entretanto, tal inserção ainda não era suficiente para garantir seu engajamento no projeto do coletivo laboral e por causa de conflitos, vai trabalhar em uma empresa:

E fui trabalhar na Avipal, achava que carteira assinada era a melhor coisa que tinha, só que daí veio um fato que mudou a minha vida, eu tinha patrão, eu tinha horário, eu era mandado pelos outros, do contrário aqui do galpão, comecei a ver um pouco mais da realidade assim” (T11).

Neste exemplo fica evidente que o reconhecimento das habilidades não garante câmbios morais, mas pode incitar processos reflexivos. Considera-se que acompanhado a isto é necessário que os sujeitos se vinculem a um espaço de formação política, no qual normas possam ser discutidas e decisões deliberadas conjuntamente. Assim, poderiam construir e compartilhar um “*outro generalizado*” pois, do contrário, conflitos entre os associados tornam-se um grande motivo para o desengajamento. Nas vivências do T11 o ingresso no movimento social ocorrerá lentamente.

Depois de mais alguns anos fora do galpão, passando também por períodos de crise em situações de desemprego ou de trabalhos que não lhe agradavam, ele decide voltar. Neste momento, o coletivo já estava inserido no MNCR e a partir deste se efetiva seu processo de formação política: “*eu participei da criação do movimento, que foi a viagem pra Brasília, né, só que porém, sabe, fui pra Brasília pra passear*”(T11). Como se percebe neste primeiro depoimento, a participação em discussões políticas dentro de um movimento não garante a lógica cidadã. Esta só é estabelecida posteriormente: “*daí com a FAG comecei a ver os problemas da sociedade, conhecer a realidade, aí sim eu comecei a pensar*” (T11). Uma das experiências que aprofundam seu vínculo com o movimento é relatada abaixo, a qual tem um tom quase heroico:

*Ato da FAG em defesa dos catadores e das rádios comunitárias – é importante observar que apesar de ser indicado o nome dos diferentes atores (personagens na cena: T11, MNCR e polícia), todas as falas foram relatadas pelo entrevistado.*

T11 – quando eu fui preso às 9h da manhã eles (os militantes) abandonaram o ato, entregaram o prédio.

MNCR: não, tudo bem, vocês ficam com o prédio, nós, agora, o nosso objetivo é soltar nosso companheiro.

*Na delegacia*

PoliciaI – Olha, eu sou coronel, eu sou contra tudo que tu diz lá, e eu queria pegar um de vocês e peguei você, te peguei, e eu vou ralar contigo e eu quero te deixar um montão de tempo na cadeia.

T11 – Quando eu desci as escadas pra pegar o camburão eles me puxaram e o delegado pediu pra eu acalmar meu povo.

PoliciaI – não dá nem um sorriso, não pisca.

MNCR – recua polícia, recua, movimento popular tá na rua.

T11 – e eles começaram a chacoalhar aquela viatura e gritavam:

MNCR – companheiro tu não tá sozinho, tu não tá sozinho, tu não tá sozinho, nós temos contigo, nós vamos até o fim, enquanto tu não sair, a gente não sai

daqui.

T11 – bah, cara, oh, aquilo engasgou assim, aquela vontade assim de chorar sabe, aquele troço, aquela emoção. Eu fui o primeiro preso político do MNCR do RS.

Aqui se evidenciam as relações entre resistência e solidariedade. Nesta união a capacidade de luta contra o Estado é reafirmada. Uma instância que se apresenta para muitos destes sujeitos como intocável, passa agora a ser um espaço para cobrar demandas. O caso de T11 é importante porque evidencia um processo transformador que não parte de um problema pontual, mas de sua inserção no empreendimento e no movimento. É a partir da participação nestes espaços que reavalia suas experiências de vida e transforma seu horizonte valorativo. Suas pretensões hoje são assim relatadas:

Sonho pessoal eu não tenho assim sabe, a única coisa que eu quero agora realmente é viver, viver bem, não sonho de luxo, riqueza, essas coisas, ter um trabalho digno na realidade (...) e o meu sonho de trabalho é quase isso, né cara que o catador um dia seja reconhecido como um médico é hoje, como um artista é hoje, porque o artista sofreu um monte de preconceito há uns tempos atrás, e hoje todo mundo quer ser artista e eu quero que alguém um dia diga eu quero ser catador, ser catador é legal, dá dinheiro, é um trabalho como todos os outros e isso vai mudar quando todo mundo se conscientizar, porque na realidade o que dá mau cheiro não é o material reciclável, é o lixo sujo, e quando todo mundo se conscientizar, separar o lixo e limpar (...) tu não vai mais ta trabalhando com o lixo e sim com material reciclável, porque hoje a gente trabalha com o lixo, quando a gente chegar nesse patamar dá pra dizer assim, nós semos reconhecidos (T11).

No caso de A2, outro exemplo, encontra-se elementos semelhantes aos já descritos no que diz respeito ao reconhecimento antecipado e a inserção em espaços com características de movimentos sociais. Entretanto, a transformação política começa a partir das discussões comunitárias, devido ao problema da desocupação. Posteriormente é que se concretiza a inserção em um EES. É na associação de moradores que terá suas habilidades como artesã valoradas, pois começa a ministrar cursos para outras mulheres e a organizar grupos de estudo:

Daí eu não parava mais em casa, arranjei uma creche pra filha, comecei a fazer faxina, percebi que eu precisava estudar mais porque tinham algumas coisas que a gente não entendia, quando vinham com lei a gente baixava a cabeça, daí depois a gente já chegava no orçamento participativo com outra postura (A2).

Esse processo culmina em 1999 com a criação do grupo Mulheres Independentes do Morro da Cruz:

Daí a gente começou a participar de tudo, pra tirar ideias, começou com falas da

habitação, vários espaços políticos, conferências pra mulher, levávamos nossos artesanatos nas malas, a gente não se nomeava economia solidária, mas muito pela questão dos direitos a gente tava envolvida(A2).

Conta ainda que neste processo surgiram as discussões de gênero, pois muitas mulheres faltavam à produção por impedimento dos maridos:

Uma menina dizia que ela só podia sair pra ir no grupo porque ela tava aprendendo alguma coisa pra fazer em casa, não era pra vender, não era pra autonomia dela, nada disso, ela podia ir porque lá era um cursinho de crochê, então se ele (*se referindo ao marido*) começasse a ter uma ideia do que esse cursinho de crochê era, né. *E relatando a experiência de outra colega acrescenta:* Ela casou com 12 anos, então ela não conheceu nada da vida assim, né, e aí teve filhos, né, ela teve duas filhas e o marido naquela mesma linha do pai, autoritário, e ela achava que aquilo era normal, ela não achava em nenhum momento que aquilo não era o ideal (A2).

Relata que essa última mulher, por exemplo, depois se separar do marido, conseguiu construir uma vida independente. Aqui, a oficina se torna já um espaço político que garante câmbios na esfera familiar e o grupo de geração de renda se confirma como um espaço multidimensional. Neste sentido, considera-se que alguns EES, mesmo não proporcionando uma renda mínima ou o engajamento em movimentos sociais, têm sua importância por proporcionar um compartilhamento dos problemas privados e uma releitura dos mesmos a partir de uma perspectiva do cidadão de direitos. A2, inclusive, logo no princípio do seu processo de transformação, passa a dividir as tarefas da casa com o marido.

De outro lado, devido à sua capacidade de liderança, A2 passa a integrar o governo do estado entre 2000 e 2004. Já em 2005, na Conferência da Mulher em Brasília, quando retorna ativamente ao coletivo, conhece mulheres que integravam os fóruns da Economia Solidária e entende que este movimento contempla o que o grupo já vinha realizando, ou seja, geração de renda de forma associativa, democrática e solidária. Assim, em 2006 passa a participar ativamente do Fórum Metropolitano de Economia Solidária, assumindo, logo em seguida, cargos de coordenação. Ou seja, os espaços políticos da Economia Solidária proporcionam uma ampliação da formação cidadã que já vinha ocorrendo com a A2. É interessante notar ainda que, nestes casos, mesmo quando o coletivo se desagrega, o sujeito já construiu um vínculo com o movimento que transcende o próprio grupo, o que garante a continuação de sua mobilização. A2, por exemplo, com o término de seu grupo de origem, logo se insere em outro, o qual foi um dos objetos desta dissertação. A desagregação do

coletivo é entendida por ela da seguinte forma:

Foi uma decisão do coletivo, várias pessoas saíram pra procurar outras coisas, né, teve uma outra que conseguiu fazer faculdade e tudo a partir do grupo, ela hoje trabalha na TVE, tem outras meninas que fizeram cursos, porque como a gente tinha vínculo com várias organizações, a gente sabia de tudo que acontecia, então cursos de costura, de computação e a gente indicava pelo grupo, em nome do grupo, então o grupo conseguiu isso, além da geração de renda, deu essas oportunidades, então várias pessoas foram saindo e pegando outros trabalhos, então pra nós não é ruim, que bom que ela conseguiu outra coisa, entendeu (A2).

Situações em que os EES constituem-se como articuladores de outros empregos são comuns nesta categoria. T11, por exemplo, trabalhou pelo MNCR em Canoas, organizando outros catadores. Também durante o tempo em que teve alguns acidentes de trabalho, viveu de doações do movimento. A3, que será a próxima líder a ser evidenciada, também logra outros empregos a partir de sua inserção na economia solidária. Experiências que nos levam a uma inferência significativa em relação aos EES, a qual se refere à sua capacidade de ampliar a rede de relações dos sujeitos, a partir da qual surgem outras inserções laborais. Tal questão tem extrema importância porque evidencia o caráter formativo dos EES e, além disso, questiona a própria ideia da validade de sua contribuição a partir da duração no tempo. É comum entre os pesquisadores o argumento de que os EES devem provar sua importância a partir de sua reprodução e de seu crescimento. Entretanto, a partir dos exemplos encontrados nesta dissertação, percebe-se que tal postura é limitante e negligencia traços consideráveis destes coletivos. Aqui é possível perceber que a validade social e mesmo econômica de um EES não pode ser determinada somente pelo nível de renda ou pelo encerramento das atividades, mas a partir das contribuições que o mesmo trouxe à vida dos sujeitos.

Por fim, evidencia-se o caso de A3. Esta começa seu câmbio a partir do ingresso em um grupo de teatro: *“ele foi a mãe da minha consciência, me despertou pra vida (...) por se aperceber ali daquela história, que tu não tá sozinho, que outras pessoas também, né, acabam passando por coisas igual a ti e tal, né”* (A3). No grupo conta que entende a dimensão do comprometimento com um coletivo, e acrescenta que ali descobre que o mundo pode ser mais que um casamento:

No segundo espetáculo eu já tava mais encarnada, mais ciente assim das coisas, já corria atrás de produção, mas aí foi despertando essa coisa assim comigo, no lance da comunidade, eu gostei daqueles olhares, de dizer “O que os olhos não veem” (*referindo-se ao nome do espetáculo*), dizia, sabe, daquela coisa de te despertar assim, né (A3).

Antes de prosseguir o relato da transformação de A3 é importante observar a relevância que espaços formativos das mais diversas áreas, vinculados à dinâmica de grupo, podem ter na ampliação das pretensões de subjetividade dos sujeitos. Este tipo de engajamento, na maioria das vezes, também está condicionado aos conflitos entre os participantes, entretanto, traz a possibilidade da construção de outros referenciais para a vida, que poderão ser posteriormente ampliados, como no caso de A3. É claro que a crítica ao princípio de êxito imposto pela esfera da solidariedade é, na maioria das vezes, realizada por um espaço de cunho originalmente político, mas já se evidenciam aqui câmbios significativos nas perspectivas de A3 em relação a si própria.

No grupo de teatro conhece seu futuro marido, e ambos são convidados pela diretora do colégio do bairro, onde a oficina de artes cênicas acontecia, para organizar uma rádio comunitária. Neste processo recebe formação política do MST<sup>60</sup> e da ABRAÇO<sup>61</sup>: “*assim a gente conseguiu mobilizar o pessoal tentando deixar essa consciência da comunicação popular, né*” (A3). Conta ainda que aprendeu como se organiza uma reunião, se faz uma ata, projetos, além de qualificar sua capacidade discursiva: “*em três meses a gente tinha oitenta e poucos comunicadores de seis anos a setenta anos*” (A3). Após três meses de funcionamento, a rádio fecha por disputas políticas em seu conselho gestor. Neste processo tem-se o reconhecimento das habilidades, mas não se estabelece a conexão com um coletivo maior, colocado nos termos de um movimento social. Assim, o conflito interno garante a desmobilização. Entretanto, tais experiências colocaram um caráter político ideológico nas escolhas morais de A3, que agora tinha outros objetivos, além de casar, ter filhos e trabalhar pra adquirir bens.

Depois do fechamento da rádio, o casal viaja vendendo artesanato por um ano e, ao retornar para Porto Alegre, a associada retoma suas atividades no grupo Misturando Arte, com o qual nunca havia se envolvido, apesar de integrante. Neste processo, articula-se com o Centro Administrativo Regional e participa de feiras: “*ir numa feira e de repente não vender nada e ir pra casa, aí não vendi nada, que horror, não vendi nada, tá, mas eu aprendi a fazer aquele ponto que depois me renda “milhões” de dinheiro, eu conheci tal pessoa que depois*

---

<sup>60</sup> Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o qual tem origem camponesa e exprime seus principais objetivos da seguinte forma: a luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e fraterna. Informação retirada do seguinte site: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>, em 23/03, 2012.

<sup>61</sup> Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, a qual tem como objetivo lutar contra o monopólio dos meios de comunicação no Brasil, através da manifestação radiofônica das comunidades das cidades, periferias e do campo. Informação retirada do seguinte site: <http://www.abraconacional.org/diretoria/>, em 23/03/2012.

*talvez role outra coisa*” (A3). Esta reciprocidade, vinculada à troca de saberes é uma dimensão ímpar para os grupos de artesanato e está presente nos sujeitos locados em outras categorias. Mais uma vez, é perceptível uma ampliação dos contatos dos sujeitos junto a um reconhecimento da excelência do trabalho, colocada nas técnicas de produção do artesanato.

Posteriormente, a partir do contato com outros grupos produtivos de caráter associativo, a entrevistada conhece a Economia Solidária, passando a representar seu coletivo na rede de EES da Avesol. Atualmente, além desta, A3 integra o Centro de Formação em Economia Solidária e a coordenação do Fórum Municipal de Economia Solidária. Este último, caracterizado como um espaço ímpar no que diz respeito à possibilidade de formação de normativas cívicas, já que todo processo de decisão é democrático e lutas por reconhecimento são empenhadas, sendo determinante a capacidade argumentativa, junto a uma articulação com poderes públicos e a organizações não governamentais.

Elas veem o fórum só pra fazer feira<sup>62</sup>, eu já não vejo o fórum só pra feira, eu vejo o fórum como um instrumento que a gente pode tá mobilizando aquelas pessoas, né, pra tá fazendo valer uma lei, né, pra tá buscando mais política pública, tipo agora o ano passado a gente teve que se mobilizar, passou uma lei da economia solidária, a gente teve que ir três vezes na assembleia, a primeira vez foram quatro mulheres, com aquele monte de gente no Fórum, sabe, se não era pra todo mundo mobilizar pra ir, né (A3).

Conta ainda que aprendeu no Fórum como orientar uma formação, mandar ofício, organizar viagens, além de entender “*a dimensão que a economia solidária tem, né, a nível mundial*”(A3). Aqui então encontrará um espaço onde a possibilidade de participação é perene, mesmo se o seu grupo sofrer um processo de desagregação, pois ela poderá inserir-se em outro coletivo. Como ponto negativo salienta que a coordenação da qual faz parte tem muitos conflitos e que não acontece neste espaço a construção coletiva:

A gente é uma coordenação totalmente, não se conversa, a gente não se fala, por e-mail é grosserias, porque elas não entendem essa coisa, elas não entendem que o processo tá em construção, esse lance da representação também, eu acho que tá muito errado dentro da economia solidária, elas vão lá, representam, mas elas não trazem um retorno (A3).

---

<sup>62</sup> Para assegurar maior participação dos grupos o fórum porto alegre da economia solidária trabalha com uma lista de presenças, podendo participar das feiras que o mesmo organiza grupos que tenham um número máximo de faltas.

Nos dois depoimentos acima reproduzidos fica evidente uma perspectiva de justiça vinculada a uma ordem democrática, na qual os cidadãos acionam o Estado na resolução de suas demandas. Além disso, há também reflexões sobre a representação legítima como focalizadora dos interesses gerais, devendo ser o processo de discussão das bandeiras do movimento construído coletivamente. Mudanças no olhar de A3 que colocam a lógica cívica tanto no espaço de trabalho, pois no EES que participa as deliberações são tomadas coletivamente, quanto no espaço privado, onde passa a ser incorporada, por exemplo, a divisão do trabalho doméstico.

Por fim, assim como no caso da A2, salienta-se o âmbito da ampliação das possibilidades de trabalho, pois além do artesanato, A3 já ministrou oficinas sobre como fazer objetos de material reciclado e sobre Economia Solidária. Hoje integra ainda a equipe do Brasil Local<sup>63</sup> como agente comunitária, onde mais uma vez tem a prova da importância de suas habilidades, fomentando outros grupos:

E daí eu não achava que eu poderia ser uma agente do Brasil Local, né, nunca passou pela minha cabeça, né, eu tenho esse problema assim que eu não me dou muito valor, eu fico pensando assim, bah nunca sei nada, e daí eu, bah, pra minha surpresa eu tinha sido escolhida (A3).

Neste tem organizado feiras nas escolas e sobre estas coloca: *“porque aqueles ali são os trabalhadores de amanhã, então a gente tem que mostrar pra eles que tem outra forma de se organizar, não só indo pro mercado ou pro emprego convencional, né”*(A3). Aqui se evidencia a convicção da entrevistada em estar contribuindo para um mundo mais justo. Neste meio social disponível a justificção moral de seu trabalho ultrapassa a ideia da subsistência.

Que a gente pudesse se sustentar do que a gente acredita assim, né, aí tem as utopias, né, que o fórum consiga ser melhor também, que as pessoas estejam lutando por um mundo melhor, não só pra fazer feira (...) que a gente consiga abrir o nosso centro comunitário lá, que é de dois andares e quarenta salas, pra poder fazer atividades e tal, hoje eu gostaria disso assim, né (A3).

A questão do trabalho também, né, eu acho que é diferente, tu tem um trabalho,

---

63 Projeto vinculado à Secretaria Nacional da Economia Solidária e executado na Região Sul pela Avesol que tem como objetivo fomentar *“a organização de empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores(as), facilitando o acesso a políticas públicas de incentivo, como capacitação, crédito comunitário, equipamentos, formalização e escoamento da produção”* (texto retirado do endereço: [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_promocao\\_brasil.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_promocao_brasil.asp)).

tem uma importância, tu não tá fazendo ali por fazer, tu tá fazendo um trabalho, tu tá fazendo um trabalho que é importante pra ti, que tu sabe que aquilo vai dar em alguma coisa, que tu sabe que tu tá beneficiando não só a ti, mas de repente a natureza, que tu tá beneficiando outra pessoa que de repente tá junto naquele momento que trabalha contigo, que tá beneficiando até pessoas que tão comprando, né, porque elas tão deixando de tá comprando uma coisa que de repente o dinheiro vai pra fora do Brasil, eu acho que é isso assim, pra mim é uma forma diferente de ver a vida mesmo assim, né, de ver o ser humano, até de te olhar assim, né, tá te avaliando assim, né, é um questionamento o tempo inteiro, tu tem que tá o tempo inteiro ligada porque daqui a pouco tu cai na cultura, né, tu cai naquela coisa (A3).

Em síntese, a principal indicação dos dados aponta que a partir da construção de expectativas de subjetividade na esfera da solidariedade – as quais eram quase nulas anteriormente à entrada no EES devido à exclusão que lhes era atribuída pela ordem moral operante – os sujeitos passam a construir uma crítica ao princípio de êxito imposto, a saber, trabalho assalariado, industrial, qualificado, bem remunerado. Tal mudança de olhar sobre o mérito do que pode ser considerado um trabalho reconhecido proporciona a valoração da própria atividade profissional como importante para o todo social, reconfigurando a ordem valorativa da estima pelo trabalho. Este processo tem como resultado, além da construção de expectativas de reconhecimento na esfera da solidariedade, a ampliação das pretensões de subjetividade na esfera do amor e do direito, as quais já estavam presentes, mas sofrem, a partir desta inserção laboral, uma reavaliação. Neste sentido, pode-se afirmar que há a inclusão de um padrão normativo vinculado ao universo cívico nas três esferas, pois o sujeito passa a não só identificar as situações de injustiça, mas também a entender-se como um *par* social capaz de demandar por justiça, a partir das justificações institucionalizadas nos padrões de reconhecimento apontados por Honneth.

#### 4.2.2. Em repouso

Seis mulheres puderam ser classificadas nesta categoria: T13 e T6 (Cavahada); C1 e C4 (Mãos Amigas); A1 e A4 (Misturando Arte). A idade destas varia entre 40 e 85 anos, dado que evidencia o grupo com a faixa etária mais elevada. Com relação aos dados, não serão evidenciadas a vivência de todos os incluídos neste perfil, como na categoria *em luta*, assim os depoimentos escolhidos serão representativos dos demais. Destaca-se também que estas mulheres não identificam nenhum meio social promotor de transformações antes do ingresso no EES. Assim, a análise se concentra na maneira através da qual as mesmas vivenciam os espaços internos e externos deste. Outra ressalva importante é que a partir desta categoria preferiu-se evidenciar as vivências dos sujeitos separando-os por EES, pois se as lideranças

transitam por diferentes espaços sociais referentes ao trabalho, os outros associados restringem-se às vivências das organizações associativas.

Os associados do Galpão de Triagem Cavahada, alocados nesta categoria, vivenciam um enfraquecimento do caráter político em sua inserção nos movimentos sociais. Com relação aos eventos realizados pelo MNCR, do qual participaram, as entrevistadas relatam:

Daí eu comecei a gostar de ir, conhecer pessoas diferentes, conversar com as pessoas de outras línguas (...) até do chimarrão como é que era, daí tomavam chimarrão comigo, só experimentavam e achavam ruim, como é que nós tomava aquilo ali, e eu dizia o chimarrão é o mate do gaúcho (...) ah, discutiram sobre o nosso trabalho, que nós semos mais que os homens, porque o que uma mulher faz o homem não faz e daí sobre os homem querer mandar nas mulher, sobre a violência, não à violência, e depois, do que não gostava onde eu morava, eu disse que não gostava do barulho do meu vizinho, que parece uma prensa entra lá dentro do cérebro (T13).

Já T4 coloca: *“Uma glória, uma glória, um sonho, um sonho realizado, eu pra mim as viagens são uma honra, uma coisa que eu conquistei de mim mesmo”*. Esses depoimentos evidenciam a peculiaridade do EES como espaço de troca de saberes, da ampliação das redes de sociabilidade e de reconhecimento do valor pessoal. Mesmo que discutam, como vimos no exemplo, temas relacionados à violência da mulher ou participem de manifestações de cunho reivindicatório, não será este aspecto que os sujeitos considerarão o mais relevante. Quando questionada sobre o conteúdo político de uma manifestação que participei junto com T13, a mesma coloca: *“não era o negócio das queimação do lixo, eu não me lembro muito bem, ah, eu, bah, eu sou muito esquecida”*.

A despolitização se mantém internamente, pois as associadas, apesar de estarem há muito tempo na cooperativa, pouco participaram da criação dos processos de organização do trabalho, ou mesmo de decisões referentes à gestão. T13, por exemplo, uma vez assumiu a presidência da associação e conta que não aguentou a pressão, então ficou de vice-presidente, fato que lhe proporcionou viajar, mas não se formar politicamente, sobre isso comenta: *“eu fiquei de vice-presidente, mas não fazia nada, né (...) era uma múmia”* (e ri como que atestando a sua inabilidade para o cargo). Com relação às assembleias, diz: *“porque eu já vi várias pessoas ofendendo as outras, então eu não gosto de opinar nada, eu fico na minha, fico quieta, o que resolverem tá bom”* (T13). Pensamento sublinhado por T4: *“eu acho horrível porque dá muita contrariação, as pessoas provocam muito”*. Aqui fica evidente a assertiva de que dispositivos formais não garantem uma construção democrática. Há uma escolha que privilegia a harmonia do grupo, mesmo que para isso o processo democrático seja

prejudicado. Ainda, outro fator que prejudicaria o processo democrático são as relações hierarquizadas na associação. Apesar da sua existência, é importante entender que na cooperativa tal situação se configura de forma diferente da empresa:

O que tem de diferença aqui pra empresas que eu trabalhei é que aqui as pessoas são iguais, pressão tem, pode ser nas empresas, pode ser aqui, mas aqui a gente pode trabalhar mais à vontade assim, assim à vontade sabe, à vontade, e na empresa não, na empresa é diferente do que aqui, aqui tu tá, tu tá no meio da sabe, no meio da bagunça e na empresa não (...) a gente não conhece, não sabe como pegar, sei lá, eu acho assim, um serviço mais complicado, aqui eu gosto, sei lá, é um serviço mais bagunçado (T13).

O depoimento demonstra que há na cooperativa relações entre sujeitos que compartilham uma igualdade, a qual não é violentada pelas diferenças de poder na cooperativa mas é, ao contrário, confirmada por viverem no mesmo bairro, terem casas parecidas, enfim, formas de vida semelhantes. A importância dada pelos sujeitos a esta questão demonstra que há outros parceiros de interação, no caso aqui relatado, os patrões, com os quais não se estabelecem relações de igualdade, mesmo que estas sejam contratadas através de direitos e deveres. Tal fato indica que as assertivas do capítulo teórico referentes à impossibilidade do estabelecimento do sentimento de dignidade tem eco no universo estudado. Diferentemente das vivências dos sujeitos do primeiro grupo, aqui o estabelecimento de um horizonte de justiça cívico é mais limitado. Assim, nas *novas pretensões de subjetividade*, aparece como ponto comum a valorização da própria profissão, entretanto, as lutas, mesmo às vezes colocadas na esfera discursiva, não se efetivam como ponto fulcral das experiências, como já foi provado nos depoimentos anteriores, nos quais a dimensão da reciprocidade sobressai.

E hoje o meu serviço pra mim tem três objetivos, primeiro eu tiro meus sustento e dos meus filhos, sem medo nenhum, segundo lugar, a gente preserva a natureza, e o terceiro objetivo é que eles não enxergam e não reconhecem, porque se eles reconhecessem teria alguma ajuda deles, né (T6).

Eu me soltei muito depois que eu vim trabalhar aqui no galpão, se toca de dar uma entrevista eu dou, mas antes eu não dava, o que tu quer saber da minha vida, eu acho assim, a gente começou a ser tratado de outra maneira, diferente, ah, tu não tem que sair de casa com aquele medo, pensando que fulano vai te xingar. *E com relação ao seu sonho, coloca: trabalhar no galpão até quando tiver força, isso é um sonho que eu tenho, que ainda se eu puder, Deus me ajudar, me permitir eu ainda quero fazer algumas viagens, levar as nossas sabedorias que a gente aprendeu pra mais alguns lugares, pra mais algumas pessoas* (T6).

Esta autoconfiança no coletivo possibilita que os sujeitos fortaleçam o seu eu e se manifestem. No depoimento de T13 pode-se inferir que uma parte deste reolhar sobre si parte

da inexistência do padrão de subordinação típico do emprego: *que eu gostei mesmo do serviço, foi esse serviço aqui, nunca gostei de trabalhar que me mandasse, nunca, até hoje não gosto que me mande, eu não gosto, gosto que então me explique*. Também evidencia a renda e as viagens como fatores que promoveram a construção de uma estima positiva:

Ah eu trabalho de catador, e o que é catador, é reciclando o lixo, daí ficavam me olhando meio assim atravessado, aí quando eu comecei a me conhecer o valor do trabalho que isso aqui é uma profissão, nossa, que nós ganhamos muito mais que todas, que muitas pessoas, daí eu comecei a pensar, agora vêm me perguntam, aonde é que tu trabalha, eu trabalho num galpão de reciclagem, sou catadora de lixo, ah e quanto é que a senhora ganha, mil e pouco, ah, olho eles lá de cima (risos nossos), daí já digo que já fui viajar pra tudo, fui até na África, mentira (risos nossos), já fui viajar de avião, mentira, agora eu não tenho mais vergonha (T13).

Em outro EES, o Misturando Arte, também se fortalece a capacidade de autoestima. Assim, apesar de empenharem a crítica ao padrão de estima colocado, a dimensão sublinhada em suas vivências no EES vincula-se aos laços recíprocos:

As gurias sempre vinham aqui, eu sempre passava as ideias também, eu via as coisas que elas faziam e dizia ah, mas quem sabe vamos fazer assim, bah, vem cá, não, tu é tri inteligente, elas disseram pra mim (...) então o grupo foi uma mão na roda pra mim, me levanta, pra mim tirar aquela dor dos problemas com o meu marido e da perca da minha mãe, assim, tirar não tira, mas tu tá sempre ocupada, sabe, quando tu não tá ocupada com o grupo, fazendo algum trabalho, indo em alguma reunião (A1).

O reconhecimento antecipado interno é reforçado pelos ambientes externos que ampliam as pretensões de subjetividade. Há ainda a formação de uma identidade de artesã como status de excelência, legitimada por espaços como as feiras de economia solidária:

A viagem pra Santa Maria, bah, uma coisa maravilhosa, sabe assim, tu sair do, né, porque muitas vezes a pessoa acha não, o mundo ele é grande, ele é imenso, as coisas são muito lindas, tem coisas que nunca ouviu falar, nunca comeu, sabe, eu gosto de aprender, ter novas experiências, sabe assim, entendeu, eu curto isso aí, sabe, curto mesmo, de verdade (A1).

Eu tô chorando daí com o governo se for acontecer isso mesmo (*se refere à destituição do espaço da feira empenhada pelo governo municipal de Porto Alegre*), eu não digo isso só por mim, né, porque eu faço uma coisinha aqui, outra ali, saio, vendo, mas essas outras pessoas que não sabem fazer esse movimento, essas outras pessoas que gostam de dar uma passeada e de repente se deparam com o Glênio Peres ali, que gostam de artesanato, oh, ah, (*se*

*referindo às expressões que as pessoas fazem ao olhar seu material) ficam maravilhadas sabe, nem que não comprem nada, né, pô, mas a gente não conhecia, ah, oh, ah, que lindo, ah, fuxico, ah, sabe, esse tipo de coisa assim, sabe (A1).*

Ou seja, a entrevistada acredita que seu trabalho é tão importante, que será uma injustiça com as pessoas se elas não puderem acessar a feira devido ao impedimento do poder público. O valor do trabalho, a partir do qual mereceriam reconhecimento, também é colocado em sonhos de caráter comunitário, os quais favorecem a natureza e as populações empobrecidas:

*Eu to a fim de falar com o grupo, né, pra ver o que a gente pode fazer, essa gurizada tipo de 12, 13, de 11 a 14 anos, sabe, pegar assim, essa turminha assim, de gurizes e focar o trabalho na reciclagem pra eles, de pet, de latinha, sabe, o que que pode ser produzido daquele lixo, pra tirar da natureza, dá uma vida útil pra aquilo ali, e não tá indo pros bueiros, é uma maneira também deles ter o dinheiro deles, ah, não vou juntar essa pet que tá amassada no meio da rua, mas tu tá juntando, tá tirando do esgoto e tá levando pra tua casa pra ensacar e ter uns dois reais pra ti (A1).*

Por fim, destacam-se os depoimentos de duas componentes do EES Mãos Amigas. Neste não há quase reuniões ou discussões coletivas que visem tratar temas exteriores à produção. Assim, o aspecto político é, na maioria das vezes, negligenciado, sendo a dimensão recíproca interna o elemento peculiar dos EES:

*Tanto que eu já fiz tanta coisa, que eu parei aqui, né (...) tu sabe que eu até já tive outra oportunidade, eu arrumei outro emprego numa gráfica, mas eu não consegui ir, porque eu não consigo me desapegar daqui (...) não sei, eu adoro trabalhar aqui, adoro mesmo, uma porque é perto de casa, porque não é aquela coisa maçante, não tem que pegar ônibus todo dia (...) e também que a gente é muito unido (C4).*

Em relação à participação em movimentos sobressai este tipo de discurso:

*Aí não gosto, eu odeio, ah, é muito chato, e sempre tem um fundamento, né, bah, tu vê aquilo ali era pra isso, mas eu odeio, odeio, odeio (risos), inclusive, eu entrei num curso de liderança, fui convidada, nem sabia que eles iam me chamar, mas como eu me dou muito com as pessoas, eu acho que eles acharam que eu tinha dom pra liderança, né, e daí tinha muita dinâmica e eu desisti (risos), eu acho uma perda de tempo (C4).*

Em síntese, assim como na primeira categoria tipológica – *em luta* – aqui também há

a ampliação das pretensões de subjetividade, que envolvem agora a esfera do trabalho, e uma atribuição de estima à própria profissão. Não se efetiva, entretanto, um engajamento político, sendo a inserção nas lutas sociais restrita às participações do grupo produtivo. Assim, sobressai a dimensão do reconhecimento de suas habilidades no nível dos empreendimentos. Entretanto, a dimensão política que contribui para o engajamento em lutas por reconhecimento é aqui enfraquecida. Isso não significa que o câmbio ocorrido não tenha cunho político, mas o que nesta categoria se abranda é o político enquanto engajamento na esfera pública. Esta dissonância flexibiliza a afirmação dos EES como espaços sociais disponíveis para a luta por reconhecimento, mas não destituem sua importância social, que continua a ser atestada nos exemplos expostos nesta categoria tipológica. O principal elemento para a limitação da orientação política engajada parece ser a não existência de espaços característicos da esfera pública. Estas vivências deliberativas, nas quais os atores se consideram sujeitos na construção do projeto coletivo, não ocorrem para estas associadas, principalmente no EES Cavahada e no Mãos Amigas. Já no Misturando Arte, o engajamento de forma mais intensa é impedido aqui pela própria dinâmica da vida das associadas, pois o artesanato não garante uma renda mínima, precisando as mesmas lograr outros trabalhos. Entretanto, acredita-se que, tendo condições objetivas, estas associadas ingressariam no primeiro grupo – em luta.

#### 4.3.3 – Em Tensão

Doze sujeitos puderam ser classificados nesta categoria, ou seja, a maioria da amostra. É importante observar que dois são da cooperativa Mãos Amigas (44 e 55 anos) e o restante é da Associação de Triagem Cavahada (entre 18 e 35 anos). Algo específico dos sujeitos incluídos nesta categoria é a quantidade de jovens. O nome da categoria – *em tensão* – refere-se a sujeitos que estão no EES mas não percebem neste espaço características positivas que poderiam atribuir-lhes estima a partir do trabalho. Assim, na maioria dos casos, prevalece a manutenção das pretensões de subjetividade vinculadas à família e não ocorre uma ampliação destas ou a mudança no padrão de estima, como acontecia nos grupos **em luta** ou **em repouso**. Assim, pretende-se observar como os associados vivenciam o coletivo laboral, no que se refere às dinâmicas internas e externas, para entender por que apresentam este perfil.

Para as mulheres do EES *Mãos Amigas* alocadas nesta categoria, mantém-se um padrão de estima vinculado ao emprego com carteira assinada. C3, por exemplo, fica no EES somente pelo mesmo ter uma dinâmica mais flexível, através da qual pode privilegiar o cuidado dos filhos:

Só não volto porque eu já sacrifiquei as crianças pela padaria, aqui se eu tiver que sair por causa de problema com os filhos, eu saio, já numa empresa é diferente, então se eu saísse daqui eu ficaria em casa, aí depois que eles crescerem, sei lá, uma empresa é diferente, teu registro em carteira, teus direitos, né, aí depois que eles crescerem, sei lá (C3).

Na Associação de Triagem Cavallhada também prevalece a busca pela carteira assinada, o qual é justificado por constituir-se como um exemplo pedagógico aos filhos:

E aquilo ali também não é garantido e também por causa das crianças porque eu não quero ver meus filhos trabalhando ali e com certeza é isso que vai acontecer, eu quero que ela estude, que ela seja alguém, várias vezes a gente tá discutindo, eu e ela, e ela disse que o fato dela tá namorando não vai atrapalhar os estudos dela, e ela disse, mãe porque eu não quero acabar que nem tu ali no meio do lixo, e aquilo ali, bah, pesou, né, mas claro, né, tá certo ela, né (T9);

É importante sim ser reciclador, mas eu não quero isso pros meus filhos, eu acho duro, assim, como é que eu posso te explicar, é uma situação assim que, é nojento, né, é nojento assim em questão de, pô, tantas coisas pra ti fazer e tu vai lá catar lixo, não que catar lixo, não consigo me expressar direito, entendeu (T12).

Há para os mesmos uma visão negativa do próprio trabalho, pois apesar de dizerem que entendem a importância deste, não se identificam com ele. De outro lado, o que é curioso perceber é que muitos destes sujeitos que declaram que seu sonho é a carteira assinada já receberam outras propostas de emprego, no entanto, não se retiraram da cooperativa:

Já me ofereceram de caixa de supermercado mas eu não gosto, de atendente de loja, mas eu também não gosto, pra mim o que eu gosto de trabalhar é de serviços gerais (T7);

Eu cheguei, cheguei a trabalhar de carteira assinada em serviços gerais num restaurante, mas era muita coisa, era muito puxado e o salário era muito pouco (T9).

É interessante notar que a crítica com relação à exploração construída na experiência associativa é, em muitos casos, introjetada e aplicada na avaliação de outros trabalhos, tanto no nível de renda, o qual no EES fica entre R\$ 700,00 e R\$ 1.200, quanto no tempo de

trabalho e no tipo de atividade. Tais evidências apontam que a carteira assinada não parece significar pretensões de subjetividade na esfera da solidariedade, no sentido do reconhecimento das habilidades individuais, inclusive porque os trabalhos sonhados são desqualificados e mal remunerados. Entretanto, o trabalho formal evidencia uma prova da **pessoa de bem**, ideia desenvolvida na primeira seção. Os depoimentos evidenciam que a situação laboral formal é um exemplo para os filhos seguirem um caminho *direito*.

Feitas estas considerações, torna-se necessário pensar como os sujeitos desta categoria vivenciam o EES, situação que se evidencia a partir das variáveis que compõem, na hipótese desta dissertação, um *meio social disponível* para as lutas por reconhecimento. Assim, de um lado, traz-se considerações relativas ao reconhecimento antecipado entre os associados. E, posteriormente, indica-se como os sujeitos se relacionam com os espaços internos e externos ao EES. O objetivo de tal empreitada é testar mais uma vez a eficiência destas variáveis, pois se a percepção dos sujeitos sobre estes aspectos fosse positiva, a hipótese colocada por esta dissertação poderia ser questionada.

Quanto às relações entre os sujeitos, percebe-se que predomina a existência de conflitos que impedem o reconhecimento antecipado. Na confecção Mãos Amigas, a entrada no empreendimento chega a representar a possibilidade de engajamento em um projeto, mas como esta não é acompanhada pelo ingresso em movimentos sociais, os conflitos destituem o caráter positivo inicial:

Eu tô aqui desde quando a gente tinha que pagar pra ficar, sempre acreditei que a gente podia chegar em algum lugar e até algum tempo atrás era assim, como se fosse a extensão da minha casa, sabe, porque eu não conseguia ficar muito tempo longe daqui, não conseguia me ver fora daqui (...) agora eu já penso diferente, sabe, não saio daqui porque não tenho outro lugar (...) eu gosto, mas o ambiente não é mais o mesmo, sabe (...) eu sinto um clima aqui muito de desarmonia, onde alguém pode te puxar o tapete, vai te puxar (C2).

Também na associação de triagem Cavahada – apesar de a maioria dos sujeitos reconhecer a importância do galpão na reconstrução de suas vidas e de alguns considerarem as vantagens desta inserção laboral – os conflitos impossibilitam a emergência do reconhecimento antecipado e do engajamento: *No galpão tive a oportunidade de recomeçar a vida de novo, eu gosto, é perto de casa, posso ver meus filhos, as desvantagens é as pessoas que convivem, é falatório, nunca tão satisfeito (T12).*

Ali ninguém vê teu empenho ali, por mais que tu te rale ali, eles não, que nem tu participou ali, a gente varreu o cesto, não foi carga embora, o que que eles falaram segunda-feira, ninguém trabalhou, por mais que tu trabalhe ali ninguém enxerga o que tu faz, eu sei que eu me ralei na limpeza, ninguém enxergou isso, ninguém chega no final do mês e diz parabéns, vocês se esforçaram, nem que tu não tenha atingido, eles têm que te erguer um pouquinho pra ti, bah, tu foi legal, vamos ver se no próximo mês vai ser melhor ainda, não, porque vocês não trabalham, porque não sei o que (T1).

Quanto à esfera pública, já que praticamente inexistente na confecção Mãos Amigas, será focalizada somente a experiência do EES Cavahada. É interessante notar a ocorrência de dois processos, a princípio contraditórios, nesta organização pois, de um lado, são proporcionadas aos sujeitos experiências no universo cívico (manifestações, assembleias, viagens, igualdade de retiradas, etc.) e o discurso mobilizado pelas lideranças sempre remete à igualdade, à justiça, à luta por direitos; de outro lado, as relações cotidianas são vividas pelos associados, alocados nesta categoria, como hierarquizadas, pois se referem aos líderes como *chefes*, além disso, há muito conflito nas assembleias e decisões importantes acabam sendo tomadas somente pela diretoria. Por exemplo, na última visita ao EES, os responsáveis haviam extinguido as assembleias e instituído um grupo gestor, que a cada três meses troca de integrantes, escolhido pelos líderes. Essa dissonância fez emergir nos associados um padrão cívico para avaliar os conflitos no EES, o qual se tornou recurso justificador para a crítica. Tal fato denota a importância que o ideal democrático e associativo tem nos EES, mesmo quando o mesmo não se efetiva em sua plenitude.

E também elas ficam desacorçoadas por causa dos cara aí, eles tão toda hora saindo, né meu, saem não dão explicação pra nós, pro galpão, não trazem nada de verba e coisa (...) eu acho que não é justo eles viajarem, se fosse justo eles chegariam e explicariam pra nós aonde é que foram, mas eles chegam, vão trabalhar e já era, aí eles ficam só revoltando as pessoas, quero ver se uma hora essas pessoas se revoltar contra eles, acho que isso aí vai acabar acontecendo, tu vai ver, o pessoal vai se revoltar, porque bem dizer nós temos trabalhando pra eles (T3).

Tu viu que a gente não decide coletivamente, coletivamente é a maioria ganha, mas tu viu que não é pela maioria, então ali a gente acata o que os outros falam, eu sei que não adianta falar (T8).

Eu aprendi mais a me comunicar aqui no galpão, antes eu era muito envergonhada, eu ficava bem quieta, as pessoas pisavam em cima de mim e eu ficava bem quieta, agora não, se eu acho que tá errado, tá errado e bato o pé que tá errado, era muito burra (...) hoje, tipo, se eu ver coisa errada eu me expresso, antes ficava quieta com medo de sair, de me botarem pra rua ( *referindo-se ao tempo em que ficou a outra coordenação*), agora eu não tenho medo mais, se eu tiver, se eu ver que tá errado às vezes eu saio até no, se agarrando os cabelos lá na rua, não quero nem saber, é meu dinheiro, muito me roubaram, agora não roubam mais (...) e organização, me organizar, querer fazer alguma coisa assim,

isso eu aprendi tudo no galpão, que a gente pode se reunir, luta pra mudar alguma coisa, nem foi no galpão, foi com o movimento (T10).

Como já se mencionou em outra categoria tipológica, será a partir da organização associativa que os sujeitos têm uma experiência na qual se consideram iguais aos **chefes**, aqui os líderes. É essa igualdade que permite a emergência da crítica e a possibilidade de mudar a situação de submissão, como indica o primeiro depoimento transcrito acima. O ideal democrático, que não se concretiza, é sempre mobilizado por todos nas falas, fato que reforça o caráter cívico, a partir do qual os sujeitos constroem a capacidade de indignar-se. Sentimento que surge somente quando um padrão de respeito e dignidade entre todos é disseminado. Em contraposição, é interessante perceber que, apesar da crítica, poucos querem assumir o ônus do poder, ou seja, maiores conflitos, maior tempo para o empreendimento. Há como justificativa da não responsabilização, por um lado, uma exaltação das atividades físicas como o verdadeiro trabalho e, por outro, uma referência de inabilidade de argumentação:

Eles queriam que eu entrasse pra esse grupo e eu não quis, eu prefiro tá lá fora trabalhando, lá puxando bombona, fazendo fardo do que tá aqui dentro, eu não gosto mesmo, ficar aqui dentro trovando e não decidindo nada e também não falar com as pessoas o que tão fazendo (...) eu não gosto, gosto de trabalhar na rua mesmo, tá lá com pessoas mesmo, não ficar aqui trancado, as pessoas lá tudo se matando trabalhando e eles aqui conversando (T3).

No caso, eu não entrei porque como eles já têm mais conhecimento nesse negocio de catador e do mundo inteiro, eles têm as palavras deles que não são concretas pra gente, por que a gente conhece o português, né, aí eles falam coisas que não são daí, tu vai falar eles debatem contigo, são contra a tua palavra, daí fica xarope (T7).

Nesta última citação, encontram-se elementos que corroboram a argumentação de Souza (2006), evidenciada no primeiro capítulo, sobre a dificuldade de apropriação, por grande parte da população, das habilidades necessárias para interferir na esfera pública. Há ainda dimensões subjetivas e o privilégio, por parte dos sujeitos, para uma esfera que não é a do trabalho: *“participar a gente até participa, mas como a gente tem filho pequeno não tem como ir viajar, ficar muito tempo fora, uma que a gente não consegue, né, os homens até conseguem mas as mulher não conseguem, com os filhos em casa” (T10).*

Se for uma coisa longe que é uma, duas ou três horas daqui eu vou, porque eu sei que eu vou voltar pra casa, eu tenho que voltar pra casa, eu não sei se é por tudo que eu vivi, o meu refúgio é aqui, eu não consigo me ver longe, não é falta de interesse, eu preciso voltar pra casa, eu preciso de segurança, e outra, eu posso ter tido mãe e pai até os treze anos e entre aspas porque eu nunca tive (...) meu pai era muito rígido, pra ti ter ideia nós tinha um pilar no meio da casa, nós tinha

que ficar de joelho no milho e nas tampinha e o relho pegando, nos abraçado assim, parecia coisa do tempo dos escravos, assim era o meu pai (...) então eu não sei, isso é de mim, isso que eu tô falando pra ti eu nunca falei pro T15, eu não sei, eu preciso, eu tenho que tá aqui, aqui é meu refúgio e eu não consigo me ver longe do meu filho, a minha vida é pra ele (T1).

Em síntese, os atores aqui classificados, da associação Cavalhada, têm uma inserção política periférica, ou seja, participam dos eventos dos catadores, mas não se identificam como sujeitos das bandeiras que o EES defende. Tal fato se estabelece por motivos diversos como a dificuldade de entendimento da linguagem do movimento ou o privilégio ao universo familiar.

Em geral, no grupo **em tensão** percebe-se que nenhuma das variáveis indicadas como características de um **meio social disponível** para ensejar lutas por reconhecimento são estabelecidas satisfatoriamente. Ou seja, não há um reconhecimento antecipado entre os integrantes dos EES que poderia criar uma solidariedade grupal na qual todos se sintam importantes e, também, a participação na esfera pública é fragilizada pois, quando ocorre, o sujeito observa-se como um apoiador do grupo (catadores ou economia solidária) e não como um protagonista que está lutando por direitos para seu coletivo. Evidências que auxiliam a confirmar a hipótese traçada desde o início deste trabalho quanto aos atributos de um meio social disponível para ensejar lutas por reconhecimento. Maiores considerações a respeito desta questão serão traçadas no próximo subitem, o qual desenvolve um compilado do terceiro capítulo e indica as primeiras conclusões da dissertação.

#### 4.3 – Da família ao trabalho: transição entre padrões de reconhecimento social

Nos dados, o cuidado com a família evidencia-se como elemento central das pretensões de vida dos sujeitos, envolvendo tanto a manutenção de um nível mínimo de consumo que garanta o bem estar material dos filhos quanto a dedicação afetiva para com os mesmos. Inclui-se também a importância dada ao casamento estável como uma das provas de bem viver. Assim, estas se constituem como as principais expectativas de subjetividade dos entrevistados, as quais podem ser ampliadas no cuidado com a comunidade, ação a partir da qual as pessoas se entendem como merecedoras de reconhecimento e acreditam contribuir para o todo social. Em conexão com estas elaborações os *constrangimentos* considerados importantes pelos associados dos EES relacionam-se a casamentos desfeitos, falta de emprego ou dinheiro (que impedem a subsistência da família) e ingresso dos filhos, ou deles próprios, no universo do crime. Situações que têm a capacidade de gerar nos sujeitos sentimentos de indignidade, materializados na indignação ou na culpa.

Tendo a premissa da busca por reconhecimento como parte da autorrealização, objetivou-se entender, como já foi colocado, qual era o significado social, em relação à teoria escolhida, desta centralidade do cuidado e mais especificamente da família. Os *constrangimentos* dos entrevistados, a partir das situações ilícitas, indicaram uma possibilidade de abstração do fenômeno, pois este tipo de ocorrência feria a dignidade dos entrevistados de tal forma que logo empenhavam câmbios em suas vidas. Como relatam os entrevistados de Kuhn (2007): “*ser criminoso não é bom*” (Kühn, 2007, p. 315). A partir destas evidências, junto ao já indicado, entendeu-se que as pretensões dos sujeitos vinculadas à família, quando realizadas, eram provas de que os mesmos haviam constituído-se como pessoas *de bem*. Estas trabalham honestamente e cuidam de sua família, garantindo ao país indivíduos (ela própria e seus filhos) que não atrapalham a ordem social. Assim, acredita-se que, ao entender-se como uma pessoa *de bem*, os atores encontram em si um valor que deve ser reconhecido pelo todo social, construindo a possibilidade de se autorrealizar. A contribuição ativa da pessoa *de bem* é dada quando, para além de sua família, cuida de uma comunidade maior, como no caso de T6, que cria crianças abandonadas, e T5, que se sente realizado ao trabalhar em um asilo. Diante dessas pretensões, as humilhações sociais (depredação, violação e exclusão) perdem força. Assim, quando sofrem tais refreamentos por parte de alguém com o qual não se estabelece a condição de igualdade, na maioria das vezes, gera-se o sentimento de naturalização (indiferença) pois, quando os entrevistados eram confundidos com marginais, por exemplo, a agressão do parceiro de interação é justificada para os mesmos, evidenciando as diferenças de status colocadas entre os sujeitos.

Quando os dados são pensados em relação à teoria de Axel Honneth, percebe-se que as orientações deste autor limitam a leitura dos elementos indicados no parágrafo acima, já que, para o mesmo, as situações capazes de fomentar os sentimentos de indignação e culpa seriam a violação, a exclusão e a depredação. Entretanto, em nossa amostra, nem sempre estas vergonhas sociais feriam a dignidade dos sujeitos estudados. Em alguns casos, a depredação se confirmou como motivo de culpa ou indignação, mas a emergência deste sentimento dependia do status da pessoa com a qual o conflito se estabelecia. Neste sentido, confirma-se a desigualdade moral, além da presença, na vida dos entrevistados, de outros padrões normativos ligados à pessoaalidade, os quais não estavam colocados nas esferas de Honneth, ou seja: o amor se compõe, em suas indicações, do direito à infância e do matrimônio livre, entretanto, na amostra percebeu-se que a violência permeia este universo e não se constituiu, na maioria dos casos, como ensejo ao reconhecimento; com relação à esfera do direito, fica relativizada, pelos sujeitos, a perspectiva da imputabilidade moral, pois há muitos que não se sentem parceiros de interação com igual valor para traçar discussões públicas e demandar os direitos conquistados junto ao Estado; por fim, casos de depreciação na esfera da solidariedade são comuns, principalmente em relação aos catadores, pois suas habilidades são

confundidas, muitas vezes, com a própria marginalidade. Assim, não se estabelece a perspectiva do reconhecimento de seu valor como importante ao todo social a partir do trabalho. Deve ficar claro que tais indicações não significam que os entrevistados ignorem a presença dos padrões de reconhecimento institucionalizados, entretanto, apesar de considerarem sua existência, em algumas situações, não se entendem pares para demandar justiça e, outras vezes, consideram que o padrão cívico não é o mais apropriado. Se, por um lado, esta configuração parece sublinhar as desigualdades, já que os próprios sujeitos se consideram indignos do reconhecimento cívico nas três esferas, por outro lado, tais universos indicam outros modelos de condução de vida e lógicas de justiça, as quais não podem ser colocadas em estado de inexistência. Assim, conclui-se que para utilizar a teoria do reconhecimento na análise de sociedades como a brasileira, é necessário empreender uma contextualização e, a partir desta, mediações teóricas.

Em relação ao coletivo de trabalho enquanto *meio social disponível* para ensejar lutas por reconhecimento, inicialmente é preciso pontuar que mesmo os sujeitos estando em um EES comum, as relações que cada um destes estabelece com a organização associativa são distintas. As dinâmicas do empreendimento interferem na forma como os sujeitos vivenciam o espaço de trabalho – ou seja, se o mesmo tem relações com outras instituições e movimentos sociais e se promove espaços de troca entre os associados, tais condições possibilitaram experiências que se aproximam do modelo cívico –, entretanto, entender se esta inserção servirá de ensejo para luta por reconhecimento dependerá também de fatores pessoais exigidos no mundo cívico. Em consonância com as declarações anteriores, a dissertação indicou que o histórico de envolvimento político dos sujeitos e as habilidades discursivas dos mesmos, por exemplo, são elementos fundamentais no universo deliberativo, que auxiliam a fomentar o engajamento no projeto da ES. Afirmações que não invalidam a possibilidade de se estabelecer variáveis intervenientes que auxiliam ou limitam a construção de uma lógica cívica por parte dos sujeitos. Neste sentido, a divisão da amostra nos perfis *em luta, em repouso e em tensão* proporcionou testar as interferências das variáveis estabelecidas – solidariedade e esfera pública – no processo de construção do substrato motivacional para a luta por reconhecimento.

Para os sujeitos *em luta* os coletivos laborais possibilitaram o reconhecimento antecipado de suas habilidades. Tal excelência foi confirmada, por exemplo, na criação, por parte destes, da organização do trabalho no EES, assim como pela sua função de liderança. Este processo garantiu a formação de bases pré-políticas que mobilizaram o engajamento no projeto do EES, pois os sujeitos aqui dispostos consideram-se construtores dos coletivos aos quais estão inseridos. Entretanto, observa-se que estes elementos sozinhos não conduziam a câmbios morais vinculados a lutas sociais, os quais só foram efetivados a partir da articulação com organizações dotadas de características de movimentos sociais, as quais, no estudo,

foram o MNCR e o Fórum de ES. Os processos de formação política nestes espaços, sua dinâmica organizacional e os objetivos por eles perseguidos, que incorporam a crítica ao sistema capitalista e ao princípio de êxito hegemônico, auxiliaram os sujeitos a perceber que suas qualidades laborais poderiam ser valoradas pelo todo social. Assim, com a presença destes dois elementos – reconhecimento das habilidades e esfera pública – foi possível: 1) promover, nos sujeitos, outro ideal de justiça, o qual passa a incluir o desejo de terem valoradas suas habilidades biográficas, pelo trabalho e; 2) estimular o sentimento de igualdade, a partir do qual os entrevistados puderam avaliar-se como um par social capaz de demandar justiça junto à sociedade. As lutas realizadas pelos movimentos representativos nos quais se envolveram, junto a vivências de resistência, solidariedade e reciprocidade foram os elementos que garantiram o engajamento. Nestas experiências, o Estado tem destituído seu patamar de instituição intocável e passa a ser considerado alvo de pressão para cobrar os direitos ainda não conquistados. Assim, nestes casos, entende-se que o EES foi central para o estabelecimento de uma lógica cívica, assim como, em algumas lideranças que já tinham esta constituída, para gerar um horizonte alternativo de estima a partir do qual os sujeitos demandam reconhecimento.

Para os entrevistados que se encontraram *em repouso* se sobressai a dimensão do reconhecimento de suas habilidades no nível dos empreendimentos. Tal fato é atestado nas trocas de saberes das feiras, nos encontros em que conhecem pessoas novas e contam suas histórias, na vontade de não desvincular-se do coletivo e no reconhecimento deste como um espaço de trabalho no qual se sentem estimados. Entretanto, a dimensão política que contribui para a formação do sujeito de direitos e para o ensejo à luta por reconhecimento é aqui enfraquecida. A inserção nos movimentos sociais é periférica e os processos discursivos não se efetivam. Pode ter influenciado, para tanto, a própria idade das associadas e seus poucos recursos discursivos. Assim, neste grupo há a ampliação das pretensões de subjetividade para a esfera do trabalho e o orgulho de pertencimento a um grupo, entretanto, tais elementos não promovem o ensejo pela luta por reconhecimento. Neste caso, tem-se a forte presença de uma das variáveis correspondentes ao meio social disponível, o reconhecimento antecipado das habilidades, mas as vivências destes associados na esfera pública não efetivaram a discussão coletiva dos problemas comuns e a inserção política. O engajamento se restringe ao trabalho no empreendimento, não se expandindo para lutas sociais mais gerais.

Por fim, para os sujeitos que se encontram *em tensão*, diferentemente dos outros perfis tipológicos, não se estabelecem relações de reciprocidade que garantam o reconhecimento antecipado. A destituição desta solidariedade interna fomenta a hierarquização das relações e faz com que os atores vivenciem o EES como um espaço dotado de conflitos, o que dificulta a possibilidade de engajamento no projeto coletivo. Assim, na associação Cavalhada, por exemplo, mesmo que sejam disponibilizados espaços de

construção e formação política, os sujeitos desta categoria não têm motivação para participar e se apropriar das discussões ali realizadas. Dois elementos emergem, ainda, neste último EES, os quais foram considerados centrais para as questões pontuadas nesta dissertação: 1) o poder de influência do ideal democrático (mesmo quando não se realiza de forma plena nas dinâmicas da organização) fortalece a capacidade crítica dos associados em relação aos processos de injustiça cívica efetivado dentro do EES e; 2) uma concepção do poder como algo oneroso, pois a ordem democrática impõe uma disposição para a participação que prejudica outras prioridades dos sujeitos como, por exemplo, o cuidado com a família. A igualdade colocada tanto na homogeneidade social como nas premissas do EES possibilita, mesmo no grupo *em tensão*, que relações hierárquicas sejam objeto de crítica. Ou seja, o modelo cívico é incorporado para julgar as desigualdades e são mobilizados, neste processo, discursos contra a exploração e a favor da democracia. Tal conclusão indica que, mesmo para as pessoas que não constroem outro padrão de estima e não lutam por reconhecimento, o EES torna-se um espaço de aprendizado moral em relação ao modelo cívico, atestando sua importância social. De outro lado, o segundo aspecto – concepção onerosa do poder – evidenciado na categoria *em tensão*, relativiza a força da crítica, pois nas situações de injustiça os sujeitos consideram que estabelecer o correto demanda um empenho que os mesmos não estão dispostos a realizar, além disso, é necessária uma legitimidade para lograr o apoio do grupo que é difícil de ser conquistada. Destarte, só em momentos limites, ou seja, quando as injustiças prejudicam as *pretensões de subjetividade* fundamentais (pessoa *de bem*) dos sujeitos é que atitudes vão ser tomadas.

As elaborações acima descritas indicam que, apesar dos EES não constituírem-se para a maioria dos associados como espaços sociais disponíveis para o ensejo à luta por reconhecimento (já que somente as lideranças puderam ser incluídas na categoria *em luta*), estes coletivos laborais associativos, pelo menos nos casos estudados, promovem um aprendizado moral, fundado no modelo normativo cívico, para quase totalidade dos indivíduos entrevistados. Considera-se que esta característica evidencia a importância social dos EES, mesmo quando: não se realizam plenamente os dispositivos democráticos; seus associados desejam desvincular-se da economia solidária ou; haja a desintegração do coletivo laboral. Tal assertiva é justificada pela indicação de que dificilmente os sujeitos estudados, devido à sua baixa qualificação, teriam possibilidade de desfrutar de aprendizados morais na atividade laboral a partir do modelo cívico fora dos EES. Para muitos, nos empregos ocupados anteriormente, o contrato, quando existiu, não garantiu o respeito mútuo. Às vezes, este era estabelecido pela pessoalidade e, em outros exemplos, predominavam as relações hierárquicas a partir das quais os entrevistados não identificavam um posto moral para empenhar críticas. Neste sentido, considera-se que os EES legitimam sua importância social por constituírem-se como espaços promotores de aprendizados cívicos.

Até o momento, cumpre-se o evidenciado na introdução desta dissertação, ou seja, entender como os EES tornam-se *um meio social disponível* para ensejar lutas por reconhecimento. Neste sentido, descobriu-se que mais do que apoiar demandas que os sujeitos já teriam construído – devido a vivências de situações de vergonha social, como indica Honneth – o *meio social disponível*, no caso os EES, traz a possibilidade de inserir os sujeitos na lógica cívica, a qual é a condição moral fundamental para que o substrato para a luta por reconhecimento possa formar-se. Como se observou, entre os entrevistados o sentimento de igualdade em relação a todos os atores da sociedade não está estabelecido, pois nos conflitos cotidianos estes admitem a pessoalidade e outros padrões normativos para estabelecer justiça. Neste sentido, há bloqueios internos com relação ao menor valor como pessoa, que devem ser eliminados para que lutas sociais, no sentido moderno, possam brotar, tendo os sujeitos que dispor de espaços de aprendizado moral de cunho cívico.

## 5 - CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou perceber, a partir de Axel Honneth, como o substrato motivacional para a luta por reconhecimento era produzido em associados de EES. Neste caminho, descobriu-se que o esquema teórico do autor deveria ser adaptado e complementado quando utilizado para a análise da realidade brasileira. A indicação empírica que possibilitou a formulação de tal argumento encontrou, nas histórias dos entrevistados, regramentos manifestados em situações de violação, exclusão e depreciação (que, para Honneth, motivam a luta social) que não geravam, nos sujeitos, o sentimento de desrespeito, a partir do qual se produziria o ensejo pela luta por reconhecimento. Nos casos em que esta se materializa, a condição igualitária foi produzida a partir do ingresso dos atores em EES. Neste espaço laboral os associados, oriundos de inserções desqualificadas no mundo do trabalho, passaram a construir uma crítica ao princípio de êxito imposto – a saber, trabalho masculino, assalariado, industrial, qualificado, bem remunerado. Tal mudança de olhar sobre o mérito proporcionou a valoração de si como importante para o todo social, reconfigurando a ordem valorativa da estima pelo trabalho e possibilitando a emergência de lutas por reconhecimento.

Tal conclusão não inviabiliza o modelo do autor alemão, calcado na assertiva de que um conflito (humilhação) gera a necessidade de buscar direitos, mas adapta a delimitação normativa relativa aos constrangimentos, problematizando o conceito de vergonha social, que em Honneth está subordinado a um padrão cívico. Este pode ser encontrado na caracterização que o investigador empenha entre reconhecimentos verdadeiros (padrões que seguem normativas igualitaristas) e reconhecimentos falsos (os que seguem outros padrões de justiça como, por exemplo, o hierárquico), assim como, no conteúdo das três esferas do reconhecimento, as quais, mesmo admitindo câmbios resultantes das lutas por reconhecimento, têm como fundamento valores cívicos. Tal premissa dificulta a análise do substrato para as lutas por reconhecimento em países nos quais se interpelam, na condução da vida cotidiana, normativas como a pessoalidade, por exemplo, pois as situações de vergonha social, indicadas por Honneth, perdem força, podendo não se constituir como motivos para a luta social.

O pressuposto do modelo cívico é um sentimento de igualdade estabelecido entre todos os sujeitos, a partir do qual os atores podem demandar justiça ao Estado democrático quando são vítimas de desigualdades baseadas em privilégios. Entretanto, no Brasil, como já colocavam Souza e Cardoso de Oliveira, não se estabelece o respeito mútuo calcado em um patamar igualitário. Assim, pretensões de subjetividade no sentido colocado por Honneth nem sempre são construídas, pois se admite que alguns possam ter reconhecimento no mundo do trabalho, por exemplo, e outros não. Logo, na análise da realidade social, é preciso considerar estas especificidades nacionais para perceber os padrões predominantes na condução da vida

cotidiana, pois a eclosão de lutas políticas está condicionada a estes. Ou seja, se os sujeitos são orientados por modelos de justiça não identificados com a lógica cívica, situações de vergonha social, no sentido honnethiano, serão naturalizadas.

Assim, concluiu-se que, neste país, para se traçar as possibilidades de eclosão de lutas por reconhecimento, tão importante quanto indicar conflitos prévios que ferem a dignidade dos sujeitos, é entender como se constituem meios sociais disponíveis que promovam a inserção dos mesmos em um padrão cívico. Tal afirmação é fundamentada nos achados da pesquisa, que proporcionaram estabelecer uma relação entre os países centrais - nos quais o espaço social que promove a luta social é um apoio para demandas que o sujeito já tinha constituído - e os países periféricos - nos quais, em muitos casos, o próprio meio promove que os sujeitos construam o sentimento de igualdade, o qual possibilita a elaboração das reivindicações a serem colocadas na esfera pública. Ou seja, assim como em Honneth, violação, depredação e exclusão ainda se constituem como substrato para a luta por reconhecimento, contudo, elas se materializam como elementos motivacionais para esta, somente após o ingresso dos sujeitos em um meio social disponível ao reconhecimento. Argumento que legitima a necessidade de analisar, em países como o Brasil, como os espaços coletivos podem proporcionar a inclusão dos sujeitos em uma lógica cívica e, para além, impulsionar o engajamento destes em lutas por reconhecimento.

A conclusão de que, no contexto nacional, os espaços produtores de câmbios morais, relativos à apropriação dos sujeitos de normativas igualitárias, eram centrais no que concerne à construção do substrato motivacional para a luta por reconhecimento, tornou a caracterização destes meios sociais disponíveis um objeto central da pesquisa. A partir das elaborações de Honneth, argumentou-se que estes deveriam promover um reconhecimento antecipado entre os sujeitos no interior de um grupo, pois este tipo de vivência garantiria o engajamento dos integrantes no projeto coletivo. Tal elemento foi comprovado nos dados, pois não basta que padrões de status igualitário sejam estabelecidos, para além, é preciso que se difunda o sentimento de estima entre os integrantes do EES para que se produza a coesão que permitirá a luta social. Entretanto, o que para Honneth aparecia como pré-requisito único, para os entrevistados nesta dissertação, não garantia a luta por reconhecimento, pois os trabalhadores associados, apesar de se sentirem importantes para o grupo laboral, não se consideravam ainda representantes de habilidades biográficas que mereciam o reconhecimento do todo social.

Entende-se que nas elaborações de Honneth somente o reconhecimento antecipado é sublinhado porque o autor aproxima os meios sociais disponíveis para a luta por reconhecimento aos movimentos sociais. Nestes últimos, os sujeitos ingressam previamente imbuídos de um ideal coletivo que comporta características a serem valoradas pelo todo

social, o que configura o movimento como um espaço de apoio para demandas por justiça que os sujeitos já haviam formulado, mesmo antes de ingressar no mesmo. Entretanto, nos EES, são as necessidades relativas à subsistência da família que, na maioria dos casos, estimulam a entrada no coletivo de trabalho, logo, não há como pré-requisito nenhuma identidade a ser defendida e lutas a serem empreendidas. Assim, nestes espaços laborais, não basta o reconhecimento antecipado para a promoção das lutas sociais, mas é necessário ainda que se construa, para os sujeitos, um ideal que carregue habilidades ímpares para o todo social, a partir das quais os associados possam atribuir valor ao seu trabalho e justificar suas demandas por reconhecimento. Tal peculiaridade do objeto de estudo impeliu a investigação a buscar outros elementos que pudessem caracterizar um espaço potencial para fomentar lutas por reconhecimento.

Neste sentido, percebeu-se que um segundo aspecto para assinalar um meio social disponível era a inclusão, dos integrantes de um coletivo, em discussões características da esfera pública, as quais devem ser orientadas por normativas cívicas e, no caso estudado, comportaram argumentos relativos a um modelo solidário, justificado pela construção do bem comum. Este tipo de inserção proporcionou, para a maioria dos entrevistados, a elaboração da crítica aos privilégios no trabalho associativo e, em alguns casos, a crítica ao próprio sistema capitalista a partir da construção de uma identidade solidária. Ou seja, a esfera pública proporciona a inclusão em um paradigma cívico e, para alguns, o engajamento em lutas por reconhecimento. Tais processos demonstram a importância da articulação entre o universo ideal – no caso dos EES, um modelo econômico solidário, que emerge a partir de um padrão que defende o direito de todos desfrutarem de uma reprodução ampliada da vida – e o real, colocado nos conflitos do próprio grupo associado e na desqualificação conferida aos trabalhadores pobres no modo de produção capitalista. O ponto fulcral destas elaborações defende que um meio social que inclui os sujeitos em lutas por reconhecimento necessita de um ideal coletivo cívico que seja mobilizado nas discussões cotidianas<sup>64</sup>, pois este se configurará como apoio normativo para que os sujeitos construam um novo horizonte valorativo a partir do qual vão avaliar suas experiências.

Outra elaboração importante é que, no modelo econômico capitalista, os trabalhadores entrevistados consideravam-se fracassados, no que diz respeito à sua contribuição social pelo trabalho. Neste contexto, o ideal do modelo econômico solidário traz a possibilidade de uma releitura desta situação, pois de excluídos passam a atores centrais na promoção do bem comum. É nesta contraposição que emerge a possibilidade da construção,

---

<sup>64</sup> É importante observar que o ideal cívico não necessita ser plenamente efetivado na realidade social - o que se configuraria uma expectativa irreal, já que as hierarquizações permeiam o mundo cotidiano -, pois sua importância se manifesta enquanto recurso para a crítica, a partir da qual os sujeitos poderão exigir igualdade de direitos.

por parte dos sujeitos, de uma habilidade que deve ser valorada pelo todo social: solidária, democrática, sustentável e justa. O peculiar destas elaborações é que a própria luta social fica condicionada a uma crítica externa ao sistema capitalista<sup>65</sup>. Atributo que parece configurar-se como uma segunda diferença em relação aos países centrais, no qual bastaria um reconhecimento antecipado das habilidades em um grupo, já que os aprendizados referentes à lógica cívica e uma estima mínima entre todos já está garantida, inclusive no próprio universo do trabalho.

Em síntese, a principal contribuição desta dissertação seria demonstrar que os sujeitos partem de expectativas sociais de subjetividade distintas das indicadas por Honneth, fato que traz a possibilidade de problematizar o conceito de vergonha social quando aplicado ao contexto periférico, e centraliza os meios sociais disponíveis como principais promotores dos câmbios morais que inserem os sujeitos em um padrão normativo cívico e promovem o ensejo pela luta por reconhecimento. Sendo os espaços coletivos fundantes na eclosão do engajamento político, tratou-se de empenhar uma caracterização dos mesmos. Os elementos constituintes de tal ambiente, nos EES, foram: a promoção de um reconhecimento antecipado, entre os integrantes do grupo, que legitima a importância de cada um para o todo e; a inserção dos participantes em esferas públicas, nas quais exercitaram exigências cívicas e estabeleceram contato com um ideal alternativo que carregava características a serem valoradas pelo todo social. Tais conclusões permitem deixar três questões para estudos futuros: Qual o padrão de justiça e, logo, de reconhecimento, que caracteriza a autorrealização dos sujeitos que não se inserem no modelo honnethiano?; O aprendizado moral de caráter cívico vivenciado pelos sujeitos nos EES é ampliado para as relações estabelecidas fora do âmbito da organização laboral? e; As variáveis – solidariedade e esfera pública – podem ser generalizadas para caracterizar um *meio social disponível* ao modelo normativo cívico em países periféricos, ou estão condicionadas à análise dos EES? Para além, é preciso indicar ainda em que medida estes processos democráticos ocorridos em um nível micro contribuem para o entendimento das questões referentes à formação de uma sociedade igualitária em que todos possam estimar-se reciprocamente, garantido uma justiça moral para além do status.

\*\*\*

---

<sup>65</sup> Uma crítica externa ao capitalismo significa que o mesmo é destituído da responsabilidade da integração social. Assim, outros sistemas econômicos devem ser fomentados para garantir o bem estar de todos. Neste sentido, a crítica se refere a um horizonte cívico, pois almeja que diferentes modelos econômicos tenham a chance de participar em igual medida da reprodução social. Maiores considerações sobre este assunto serão traçadas na segunda parte da conclusão.

Inicialmente se esclarece que esta última parte tem relação indireta com os achados descritos acima, pois se configura como uma reflexão oriunda da pesquisa, mas não é uma conclusão desta. Assim, considera-se que o trabalho se finaliza nas elaborações realizadas até aqui, mas busca-se um nível maior de abstração por se entender que tal empenho é importante para se indicar caminhos sobre as contribuições que as discussões sobre trabalho e reconhecimento podem dar ao ideal democrático. As elaborações aqui empenhadas terão como base a interpretação da teoria democrática de John Dewey, realizada por Axel Honneth (2001), a partir da qual se analisará o potencial do trabalho e, mais especificamente, deste nos EES, como integrador social. Neste sentido, realiza-se uma discussão entre crítica imanente e crítica externa ao capitalismo, a partir do trabalho, buscando-se perceber qual destas traz maiores possibilidades de engajamento dos sujeitos na vontade política, com vistas à resolução dos problemas comunitários, na perspectiva da cooperação reflexiva como enfoque democrático.

Segundo Honneth (2001), a concepção democrática de John Dewey, se fundamenta no estabelecimento de um sentimento comunitário a partir do qual todos se entendem importantes para a sociedade, passando a cooperar para a resolução dos problemas comuns através da inserção na esfera pública. Esta perspectiva se caracterizaria por desenvolver uma tese alternativa ao procedimentalismo de Habermas e ao republicanismo de Hannah Arendt, que compartilham a consulta comunicativa e a deliberação, realizada por uma esfera pública livre e pelo Estado de direito, como garantia da formação da vontade política. Ou seja, enquanto nesta última teorização a esfera pública é o espaço de consenso construído com vistas a possibilitar a expressão das liberdades individuais, motivação que já garantiria o engajamento político, em Dewey a esfera pública é somente um meio de resolução dos problemas comunitários. Destarte, enquanto os primeiros estão centrados na consulta deliberativa, este último focaliza como elemento promotor da ordem democrática a cooperação social. Neste caminho, o autor entende que, dado o processo de desintegração na sociedade atual, é inútil acreditar que todos os sujeitos logariam participar dos processos deliberativos. Assim, traça como alternativa a formação de espaços pré-políticos, caracterizados pela associação, a partir dos quais os sujeitos poderiam sentir-se parte de um todo. Este aspecto garantiria a emergência da vontade política, pois os indivíduos teriam confirmada, nos grupos, a relevância social de suas contribuições, entendendo-se um par digno capaz de se responsabilizar e demandar junto ao todo social:

Só a experiência de participar, por meio de uma contribuição individual, nas tarefas particulares de um grupo pode convencer o indivíduo da necessidade de um público democrático. (...) sem tal consciência da responsabilidade compartilhada e cooperação – Dewey corretamente assume –, o indivíduo nunca

conseguirá fazer dos procedimentos democráticos os meios para resolução dos problemas comuns (HONNETH, 2001, p. 84-85).

Partindo das elaborações referentes aos espaços pré-políticos, para Dewey, segundo Honneth (2001), o trabalho se configuraria como universo privilegiado para o estabelecimento do sentimento recíproco entre atores de uma comunidade ética. O autor acredita que o pluralismo das profissões traz a possibilidade de interesse mútuo entre os trabalhadores e o sentimento de contribuição conjunta para o bem comum. Neste sentido, advoga que formas justas de divisão do trabalho constituem-se como um pressuposto democrático: “*entender a vida ética democrática como resultado da experiência com a qual todos os integrantes da sociedade poderiam ter se eles se relacionassem cooperativamente por meio de uma justa organização da divisão do trabalho*” (HONNETH, 2001, p.90).

Diante destes argumentos, Maciel e Torres (2007) procuram analisar as possibilidades de emergência dos valores e práticas constituintes deste campo pré-político em dois contextos centrais de trabalho nos países periféricos: o flexibilizado e o desqualificado. No primeiro, concluem que os laços e os problemas comuns são estabelecidos superficialmente, assim os sujeitos não logram criar solidariedade e reconhecimento de suas habilidades para serem apreciados de forma duradoura, de tal modo, não conseguem transformar a autonomia dos formatos cooperativos de trabalhos em equipe, em engajamento para o bem comum. Ainda, baseado em Senneth, os autores colocam que as decisões de grande importância não competem aos grupos produtivos, mas somente às equipes de gerência, não se estabelecendo um mínimo de coesão social. No segundo caso, afirmam que a desqualificação conferida a estes trabalhos, pela ideologização do conhecimento considerado relevante, não reúne atributos que possibilitem o sentimento de contribuição ao todo social.

A princípio os EES estariam incluídos nos trabalhos desqualificados, entretanto, como demonstrou a pesquisa desenvolvida nesta dissertação, nestes coletivos há elementos que podem fundamentar sua caracterização como espaços pré-políticos. Como já se descreveu, esses são caracterizados por Dewey como grupos em que cada um dos sujeitos tem possibilidade de se sentir importante para o processo cooperativo, com vistas à resolução de problemas comuns, sendo a democracia o meio hábil para tanto. Neste sentido, salienta-se que, em muitos casos, a própria criação do EES se efetiva através da movimentação de sujeitos que desejam resolver problemas<sup>66</sup> relacionados ao desemprego, por exemplo, tendo na

---

<sup>66</sup> Os três EES estudados têm como motivação inicial a geração de renda. Tal condição fica evidente na associação Cavalhada, a qual é formada porque os trabalhadores, com sua transferência para a periferia dada pelo processo de desocupação da zona central, não teriam mais chances de catar um bom material reciclável. Assim, a associação é a forma encontrada para gerar renda, pois a prefeitura se compromete a fornecer lixo seco para esta, garantindo a continuidade do trabalho.

associação um aporte para o objetivo maior. Logo depois, a primeira variável que se elucidou como condição para o ingresso dos sujeitos na lógica cívica e para o ensejo de engajamento no projeto do coletivo, foi o estabelecimento de um reconhecimento antecipado. Os procedimentos democráticos e o status igualitário não garantiam a participação política dos associados dos ESS, apesar de constituírem elementos fundantes da lógica cívica, sendo a base do engajamento ao coletivo os processos recíprocos. Ou seja, foi o sentimento de pertencimento ao coletivo, de entender-se responsável pelo projeto solidário que promoveu o envolvimento dos associados com o EES, assim como, com as demandas deste na esfera pública. De outro lado, demonstrou-se que este grupo de trabalho só se coloca na discussão pública democrática quando constrói um ideal de estima alternativo a partir do qual os sujeitos podem considerar suas habilidades dignas de serem valoradas. No caso em questão, a virtuosidade está calcada em valores como solidarismo, sustentabilidade e associativismo, os quais, segundo os EES, contribuem na reprodução e integração de todos os participantes da sociedade. Neste sentido, o argumento traçado coloca que, para os grupos desqualificados, não basta que nos espaços pré-políticos os sujeitos se entendam parte, é necessário ainda que outro padrão de estima se coloque na discussão pública, já que o modelo hegemônico, até o momento, propiciava que os trabalhadores se entendessem como inaptos para acrescentar à cooperação social.

O horizonte alternativo de estima dos EES parte de uma crítica externa ao capitalismo, já que o considera destituído de normativas que visem à integração do todo social. A neutralidade deste sistema econômico estaria colocada na maximização do lucro, elemento que destitui a necessidade do mesmo assumir um posto moral. Neste sentido, Laville (2006) afirma que os sentimentos de indignação moral, na ideologia do mercado, aparecem como inclinações individuais e não como recurso para justificar demandas. Assim, o único caminho para elaboração da crítica seria romper com a redução da “*economia*” à “*economia de mercado*”. Ou seja, se o conceito de economia fosse ampliado, assumindo um caráter substantivo que tivesse como premissa a reprodução ampliada da vida de todos, as decisões políticas não ficariam mais subordinadas ao mercado e à obtenção de lucro, pelo contrário, a própria “*economia de mercado*” deveria ser regulada para garantir os objetivos mais gerais da “*economia*”. Em síntese, a postura indicada, como se demonstra no capítulo segundo, é construída na contraposição entre uma economia capitalista, baseada no mercado e destituída de moral e, de outro lado, uma economia substantiva, na qual se inserem os EES, dotada de valores democráticos. O capitalismo seria o sistema dominante, enquanto os outros modelos estariam subordinados. Assim, as críticas ao capitalismo são sempre externas, ou seja, sublinham o argumento de que ele não teria a obrigação da integração social, havendo a necessidade de se retomar outras concepções de economia, a partir das quais é possível regular o sistema capitalista e estabelecer o bem comum.

Honneth (2001, p.90) considera importante traçar formas alternativas de se entender os processos cooperativos ultrapassando a centralidade do mercado de trabalho capitalista. Entretanto, em texto publicado em 2009, defende a necessidade do estabelecimento de um posto moral ao capitalismo, o qual retome sua responsabilidade enquanto integrador social. O autor considera que até o momento foram empenhadas críticas externas ao sistema capitalista, as quais, por estarem ancoradas em processos idealizados, que não têm eco na realidade social (onde predomina a flexibilização e a precarização), acabaram desfalecendo a própria força da crítica social empenhada a partir do mundo do trabalho. Diante deste diagnóstico, o autor propõe uma mudança de olhar na análise desta dimensão da vida social, partindo para tanto de duas propostas: a) a necessidade da produção de uma crítica imanente ao capitalismo que proporcione a demanda por sentido ao trabalho a partir das próprias estruturas de reprodução social e; b) a necessidade de conectar o trabalho às questões de reconhecimento, ou seja, como atividade que representa a possibilidade de estima a todos, entendendo esta como responsabilidade que deve ser assegurada pelo próprio sistema (HONNETH, 2008).

Tornar o funcionamento do mercado dependente de condições que ele próprio não necessariamente precisa cumprir: os acontecimentos no mercado de troca do trabalho, amplamente intransparente, se realizam sob pressupostos de normas morais que permanecem válidas mesmo quando o desenvolvimento histórico as transgride. Ao mesmo tempo, estas certezas normativas de fundo formam o recurso moral ao qual os atores podem recorrer quando quiserem questionar as regulamentações existentes na organização capitalista do trabalho (HONNETH, 2008, p. 59-60).

Tal postura afirmaria a capacidade de reconhecer as normas que legitimam o capitalismo e, assim, estabelecer, a partir destas, uma crítica imanente capaz de justificar demandas por reconhecimento. Para apoiar o argumento do compromisso moral capitalista o autor retoma Hegel e Durkheim, nos quais o princípio moral do mercado poderia ser encontrado, respectivamente, nos conceitos de reconhecimento, para o primeiro, e solidariedade orgânica, para o segundo. Para Honneth (2008) ambos argumentam que o trabalho traz a possibilidade do sentimento da contribuição individual dos sujeitos em relação ao todo social. Entretanto, entendendo que tal compromisso do capitalismo não se efetivaria de forma espontânea Hegel focalizava a política e as corporações como instrumento regulador e Durkheim sublinhava a importância destas últimas. Assertivas que, conjuntamente às elaborações atuais da sociologia econômica, refutam os argumentos de Habermas ou de Polanyi, os quais dissertavam um mercado isento de moral. Tal postura mostra-se para Honneth incongruente, pois privilegiando a concepção do capitalismo somente como promotor da integração sistêmica fragiliza-se a capacidade de crítica ao mesmo:

Em todo o caso, as reações daqueles que povoam os mercados de trabalho capitalistas contemporâneos somente podem ser explicadas apropriadamente se,

ao invés da perspectiva da integração sistêmica, for assumida a da integração social; pois o fato de que nas condições dadas há sofrimento e não apenas predomínio da indiferença, que há luta e exigências e não apenas reações de apatia estratégica só pode ser compreendido se o mercado seguir sendo analisado como parte do mundo social da vida. Se nós assumirmos tal perspectiva, então no mercado capitalista de trabalho voltam à tona todas aquelas condições morais que aqui reconstruí com Hegel e Durkheim; e há poucos motivos para renunciar a este repertório de princípios morais do mundo do trabalho sob pressão das condições dadas na atualidade (HONNETH, 2008, p. 64-65).

Em síntese, das discussões pontuadas têm-se, de um lado, uma perspectiva teórica que considera que o capitalismo é fundamentado na maximização do lucro, utilizando-se da neutralidade como justificativa ideológica que legitima as desigualdades sociais. Assim, é necessário buscar outros padrões econômicos, existentes na realidade social, que tenham como objetivo a reprodução ampliada de todos, a partir dos quais se poderia justificar uma demanda por regulação ao capitalismo, já que em uma sociedade democrática todos teriam o direito de se desenvolver. De outro lado, Honneth coloca que é preciso imprimir um posto moral ao próprio capitalismo, pois considerando que este é o sistema hegemônico e que depende de legitimação para reproduzir-se, pode-se demandar do mesmo a garantia da integração social. Em relação a esta última perspectiva, os próximos parágrafos pretendem traçar algumas problematizações.

Souza (2006) considera que a hierarquia moral operante na sociedade moderna impossibilita a inserção virtuosa dos sujeitos pobres na divisão do trabalho no mercado capitalista. Este exige, por exemplo, a qualificação dos trabalhadores via escolarização. Entretanto, só logram bons resultados na escola quem dispõe de habilidades como concentração, disciplina e reflexividade, fatores que, segundo o autor, dificilmente são encontrados na personalidade das populações de baixa renda. A partir destas elaborações questiona-se: 1) Em países como o Brasil – no qual o mercado capitalista exclui grande parte da população pobre porque, dentre outros fatores, esta não incorpora as premissas fundamentais de sua organização (eficiência, controle do corpo, concentração, etc.) – uma crítica interna ao capitalismo conseguiria promover uma igualdade mínima que garanta aos trabalhos desqualificados sua valorização na cooperação social? Se a resposta for positiva, isso implicaria transformar a própria meritocracia capitalista calcada no padrão hegemônico de estima: trabalho formal, qualificado, bem remunerado. Além disso, o colocado até o momento leva-nos a uma segunda questão: Centralizar o capitalismo como integrador social não colocaria em condição de ausência outros sistemas de organização econômica que cumprem esta função na realidade social?

Quanto à primeira questão, os dados apontam que os associados sentiram-se parte do todo social, no sentido da cooperação de Dewey, quando mudaram seu padrão de estima. Além disso, foi este novo horizonte valorativo que possibilitou que muitos associados empenhassem lutas por reconhecimento na esfera da solidariedade. Lembra-se ainda que tal emergência fundamentou-se também no reconhecimento antecipado das habilidades dos sujeitos, fatores que possibilitaram que os mesmos destituíssem bloqueios internos com relação ao menor valor. Neste sentido, para fundamentar uma crítica imanente como promotora da integração social, seriam necessárias maiores problematizações pois, como percebe-se, as lutas por reconhecimento encontradas nesta dissertação partiram de críticas externas ao sistema econômico predominante, as quais foram fundamentadas em iniciativas reais – os EES. Tal indicação não considera que estas se constituem como único caminho para a integração social, ao contrário, entende-se que as mesmas estão baseadas em uma perspectiva essencialista – capitalismo sem moral, economia solidária com moral –, postura que não faz avançar as possibilidades de inclusão de todos à sociedade.

Por fim, alude-se que qualquer concepção que privilegie uma crítica imanente ou uma crítica externa estará deixando em aberto uma gama de justificações que trazem a possibilidade de cobrança moral à organização social moderna. Ao se considerar somente a primeira, nega-se a importância das múltiplas formas não capitalistas de organização social que têm proporcionado a inclusão de populações fragilizadas socialmente. Já ao se destacar a crítica externa, ignora-se um amplo espectro de justificações para demandar justiça. Destarte, sugere-se que a construção de uma sociedade cooperativa, na qual a democracia seja um meio para o progresso ético, compreende a busca, na realidade social, da moral que unifica os sujeitos para além da forma de suas atividades laborais concretas. Honneth (2001) coloca que este ponto de intersecção, na teoria de Dewey, seria a busca de todos pelo bem comum. Assim, no padrão cívico é preciso pensar como estabelecer o diálogo ético entre modelo normativo capitalista e modelo normativo solidário, objetivando a integração social. Entretanto, como bem demonstra a pesquisa, para além destas duas modalidades de crítica, as quais estão incluídas no padrão cívico, manifestam-se na realidade social outros padrões normativos. De tal modo, mais uma questão se coloca: É possível construir valores compartilhados que tenham como norte o bem estar da comunidade a partir de diferentes modelos de justiça? Acredita-se que esta condição já se encontra na realidade social, neste sentido, parece que o importante é a reconstrução normativa desses universos cooperativos, os quais podem ser permeados pela esfera democrática ou não. Essa postura investigativa possibilitaria descobrir horizontes valorativos comuns que transcenderiam os próprios padrões de justiça, sendo capazes de fundamentar a concepção da sociedade enquanto uma comunidade. Em outras palavras, interroga-se: Qual *textura* se encontra entre o homem *de*

*bem e o bem comum?* Questão que enseja desvendar a *gramática moral das cooperações sociais*.

## 6. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENÁTOUÏL, Thomas. **Critique et pragmatique en sociologie: quelques principes de lecture**. Annales Histoire, Sciences Sociales, Paris, n.02, 1999, p. 281-317

BENEVIDES, Rubens de Freitas. Luta por reconhecimento e especificidade brasileira. **OPIS**, Catalão, v. 11, n. 1, jan-jun 2011, p. 310-316.

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver — os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Concepções de Igualdade e (Des)Igualdades no Brasil. **Série Antropologia** (Brasília. Online), v. 425, 2009, p. 6-19.

\_\_\_\_\_. Concepções de igualdade e cidadania. **Revista Contemporânea**. V. 1,N.1. UFS-CAR, Jan. Jun, 2011, p. 35-48

\_\_\_\_\_. **Existe violência sem agressão moral**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 23 no. 67, junho/2008, p. 135-146.

\_\_\_\_\_. L'anthropologie et la psychanalyse em perspective. **Revue du MAUSS**, 2011b/1 n°. 37, p. 297-301.

\_\_\_\_\_. Racismo, direitos e cidadania. **Estudos avançados**, n° 18, São Paulo, 2004a, p. 80-93.

\_\_\_\_\_. Honor, dignidade y reciprocidade. **Cuadernos de Antropología Social**, n° 20, UBA, 2004b, p. 25-39.

CORAGGIO, José Luiz. Economia do trabalho. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009a.

\_\_\_\_\_. Economía popular y economía del trabajo (Cap. III). In: \_\_\_\_\_. **Política social y economía del trabajo – alternativas a la política neoliberal para la ciudad**. Madrid: Miño y Dávila editores, 1999.

\_\_\_\_\_. Polanyi y la economía social y solidaria en América Latina. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Que és lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo**. Buenos Aires: CICCUS, 2009b.

\_\_\_\_\_. Una perspectiva alternativa para la economía social: de la economía popular a la economía del trabajo. In CORAGGIO, José Luiz. **La economía social desde la periferia – contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007.

COSTA, Sergio. Contextos de construção do espaço público no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, Nº 47, 1997

CORRÊA, Andressa; FERRARINI, Adriani; GAIGER, Luís Inácio; VERONESE, Marília. **Relatório do projeto microempreendedorismo e associativismo em países de desenvolvimento periférico**. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

CORTES, Soraya Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de sociologia**. PPG/IFCH/UFRGS, n.9, Porto Alegre, 1998.

COSTA, Bianca Lima; NEVES, Magda de Almeida. Empreendimento de reciclagem: as mulheres na economia solidária. **Revista ESAC – Economia Solidária e Ação Cooperativa**. São Leopoldo, 2007.

DAROS, Marilene Liége. **Pobreza, ressentimentos e luta por reconhecimento: um estudo na ilha grande dos marinheiros**. Dissertação de mestrado apresentada no PPG de Ciências Sociais da Unisinos. São Leopoldo, 2009.

DEFOURNY, Jacques. Economia Social. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

FILHO, Alfredo Costa. Pensamento econômico no Brasil contemporâneo II – Paul Israel Singer. **Estudos Avançados**. Vol.15 no.43 São Paulo, Set./Dez. 2001

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. A aprendizagem cognitiva e moral em Axel Honneth e Michel Foucault e sua importância na compreensão do fracasso escolar das escolas públicas brasileiras. In: **Anais do Seminário de Sociologia e Política da UFPR**, 2010

GAIGER, Luis Inácio. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. A ativação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. In: **Anais do 32º encontro da ANPOCS**. Caxambu, 2008.

GAIGER, Luís Inácio; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

HABERMAS, Jürgen. O papel da Sociedade Civil e da Esfera Pública política. In: \_\_\_\_\_. **Direito e Democracia, entre facticidade e validade**. 2ed. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Ciencia y técnica como ideologia**. Madrid: Tecnos, 1986.

HONNETH, Axel. Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. **La société du mépris; vers une nouvelle Théorie Critique**. Paris: La Découverte-Gallimard, 2006.

\_\_\_\_\_. A textura da justiça; sobre os limites do procedimentalismo contemporâneo. **Revista Civitas**. V. 9, n. 3, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. **Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

\_\_\_\_\_. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Antony; TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Trabalho e reconhecimento - tentativas de uma redefinição. **Civitas**, Porto Alegre, v.8, n.1, 2008.

KUHN, Thomas. Condução da vida cotidiana e desigualdade social: um estudo explorativo em Salvador da Bahia. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

LACERDA, Luiz Felipe Barbosa. **Governar-se pra quê? As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários - o caso da Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação de Ciências Sociais. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

LAVILLE, Gean Louis; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

LAVILLE, Gean Louis. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. **Revista Katál**. Florianópolis. V. 11, n.1, jan. Jun. 2008, p. 20-42.

\_\_\_\_\_. Definiciones y instituciones de la economía. In: CORAGGIO (Org.). **Que és lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo**. Buenos Aires: CICCUS, 2009a.

\_\_\_\_\_. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: \_\_\_\_\_; FRANÇA FILHO, Genauto de Carvalho. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Economia Plural. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009b.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajatórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Antropologia. Campinas: U-NICAMP, 2004.

LEITE, Maria de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 24, n.º. 69, São Paulo, 2009.

LIMA, Jacob Carlos. Reestruturação industrial, desemprego e autogestão: as cooperativas do Vale do Sinos. **Sociologias**, n.19 Porto Alegre, jan./jun. 2008

LOURENÇO, Maria Lemos. O tempo de trabalho em sua dimensão subjetiva. **Revista de Psicologia**, São Paulo, março 2010, p. 199-215.

MACIEL, Fabrício; TORRES, Roberto. Trabalho, reconhecimento e democracia: aplicando teorias de vanguarda ao contexto periférico. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Org.) **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: annablume, 2007.

MATTOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua Nova**, n. 63, 2004.

MAYER, Ricardo. Lutas por reconhecimento em associações de catadores de lixo no sul do Brasil. In: **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife: UFPE, 2007.

MEDEIROS, Luíza Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista Psicologia & Sociedade**. Vol. 18, n.º. 2, Porto Alegre, 2006.

MICHELOTTI, Fernando Canto. **Catadores de “lixo que não é mais lixo”: um estudo da dimensão do reconhecimento social**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

NEVES DE SOUZA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katálisis**, vol.11, vo. 1, Florianópolis, 2008.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Niterói**. V.5, n.2, Rio de Janeiro, 2005, p. 157-177.

PINTO, Celi Regina Jardim. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. **Lua Nova**. N. 74, São Paulo, 2008.

ROSENFELD, Cinara. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. **Civitas**. Vol. 3, nº2, Porto Alegre, 2003.

SAAVEDRA, Giovanni Agostini. A Teoria crítica de Axel Honneth. *In*: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum, a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, outubro 2007, p. 3-46.

SENAES, Secretaria Nacional de Economia Social e Solidária. **Relatório Nacional (2005/2007)**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso: dez. 2010.

SILVA ARAÚJO, Gisele. Habermas e a democracia como antídoto à irracionalidade. **CEDES**. Rio de Janeiro, outubro de 2009.

SILVA, Larissa Tenfen. O multiculturalismo e a política de reconhecimento de Charles Taylor. **Novos Estudos Jurídicos**. Vol. 11 - n. 2, jul-dez 2006, p. 313-322.

SILVA, Marcelo; OLIVERIA, Gerson. Solidariedade assimétrica: capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de "economia solidária. **Rev. Katálysis**. Vol.12, nº.1, Florianópolis, 2009.

SINGER, Paul. A América Latina na crise mundial. **Revista Estudos Avançados**. Vol.23 n..66, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista Estudos Avançados**. Vol.18 n..51, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. Economía Solidaria. Um modo de producción y distribución. *In*: CORAGGIO, José Luiz. **La economía social desde la periferia – contribuciones latinoamericanas**. Altamira: Buenos Aires, 2007.

SOUZA, Jessé. A gramática moral da desigualdade brasileira. *In*: SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

STRAUSS, Anselm. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TIRIBA, Lia; ICAZA, Ana Mercedes. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

VERONESE, Marília Varíssimo. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. In: **Psicologia & Sociedade**, 17 (2), p. 58-69, 2005.

## 7. ANEXOS

### 7.1 – Tabela de caracterização dos entrevistados:

<b>Artesanato – Misturando Arte</b>		
<b>Pseudônimo</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>
A1	40 anos	3ª série do ensino fundamental
A2	42 anos	Ensino médio completo
A3	34 anos	Ensino médio completo
A4	53 anos	Ensino fundamental completo
A5	28 anos	Ensino médio completo
<b>Triagem de resíduos recicláveis – Cavalhada</b>		
<b>Pseudônimo</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>
T1	34 anos	4ª série do ensino fundamental
T2	18 anos	7ª série do ensino fundamental
T3	31 anos	4ª série do ensino fundamental
T4	46 anos	6ª série do ensino fundamental
T5	29 anos	Ensino fundamental completo
T6	80 anos	Analfabeta
T7	24 anos	7ª série do ensino fundamental
T8	35 anos	4ª série do ensino fundamental

		tal
T9	37 anos	6ª série do ensino fundamental
T10	24 anos	8ª série do ensino fundamental
T11	48 anos	7ª série do ensino fundamental
T12	31 anos	5ª série do ensino fundamental
T13	47 anos	Analfabeta
T14 – não entrevistada		
T15 – não entrevistado		
T16 – não entrevistado		
T17 – não entrevistada (filha de T5)		
T18 – não entrevistado (filho de T12)		
Confecção – Mãos Amigas		
Pseudônimo	Idade	Escolaridade
C1	52 anos	8ª série do ensino fundamental
C2	55 anos	2º ano do ensino médio
C3	44 anos	5ª série do ensino fundamental
C4	48 anos	8ª série do ensino fundamental
C5 – não entrevistada		